OLHARES POLÍTICOS CRÍTICOS SOBRE QUESTÕES DE NOSSO DESENVOLVIMENTO

ORGANIZADORES

LUIZ FELIPE OSÓRIO
JORGE O. ROMANO

EDUR
UFRRJ

Olhares políticos críticos sobre questões de nosso desenvolvimento

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Roberto de Souza Rodrigues

Vice-Reitor
César Augusto da Ros

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
José Luis Fernando Luque Alejos

Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação
Leandro Dias de Oliveira

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial
Patricia Reinheimer (Coordenadora),
Bruna de Azevedo Baêta,
Carlos Eduardo Coutinho da Costa,
Érika Flávia Machado Pinheiro,
Maria Cristina Drumond e Castro,
Marisa Fernandes Mendes,
Marta Regina Cioccari,
Sérgio Manuel Serra da Cruz.

Coordenação Administrativa
Wallace Lucas Magalhães

Vice-Coodernação Administrativa
Mariangela de Campos Dias

Luiz Felipe Brandão Osório e Jorge Osvaldo Romano
Organizadores

Olhares políticos críticos sobre questões de nosso desenvolvimento

EDITORA DA UNIVERSIDADE RURAL
Seropédica
2024

Todos os direitos dessa edição reservados à Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução dete volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da Editora.

Preparador de originais *Wallace Lucas Magalhães*

Projeto, diagramação e capa *Lavignia Setubal*

Supervisor de revisão *Wallace Lucas Magalhães*

Revisão *Pamela Joaquim Reis Caires*

Leitura de prova *Wallace Lucas Magalhães*

UFRRJ / Biblioteca Central / Seção de Processamentos Técnicos
Bibliotecário: Carolina Cristina Alves Martins (CRB-7 7177)

O42

Olhares políticos críticos sobre questões de nosso desenvolvimento [recurso eletrônico] / Luiz Felipe Brandão Osório, Jorge Osvaldo Romano (Organizadores). — Dados eletrônicos (1 arquivo : 5620 kb). — Seropédica, RJ: EDUR, 2024.

91 p.

E-book
Modo de acesso: Internet
Formato do arquivo: PDF
Inclui bibliografias

ISBN 978-65-86859-49-2 (e-book)

1. Brasil – Política e governo. 2. Desenvolvimento econômico – Aspectos políticos – Brasil. 3. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais – Brasil. I. Osório, Luiz Felipe Brandão. II. Romano, Jorge Osvaldo.

CDD 320.981

EDUR
Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
BR 465, Km. 7, Seropédica - RJ - CEP: 23.897-000
Telefone: (21) 2681-4711
Site: https://editora.ufrrj.br/
E-mail: edur@ufrrj.br

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8
Luiz Felipe Brandão Osório e Jorge Osvaldo Romano

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO E A VIOLÊNCIA NO BRASIL
Natália Silva de Souza e Bruno Filipe Mendes

1.1 Introdução.....12
1.2 Liberalismo e Estado: Ideologia e a forma política do capitalismo.....12
1.3 Do colonialismo ao capitalismo dependente: A formação do Estado brasileiro sob o alicerce do racismo.....16
1.4 O neoliberalismo no Brasil e a violência.....19
1.5 Conclusão.....23

CAPÍTULO 2 - DECOLONIALIDADE, ECOLOGIA POLÍTICA E LICENÇA SOCIAL NA MINERAÇÃO
Filipe Gaeta

2.1 Decolonialidade.....26
2.2 Ecologia política.....31
2.3 Licença social.....33
2.4 Conclusão.....35

CAPÍTULO 3 - DE BELO MONTE A BELO SUN: OS GRANDES PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS NA VOLTA GRANDE DO XINGU
Aline Braz dos Santos

3.1 Estado de exceção como paradigma de execução dos grandes projetos na volta grande do xingu, a violência simbólico dos atos de Estado e a colonialidade do poder.....39

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO, O AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA
Natália Silva de Souza e Bruno Filipe Mendes

4.1 Introdução.....44
4.2 Breve consideraçãoes sobre o imperalismo e o capitalismo dependente latino americano.....44
4.3 A questão agrária, o agronegócio e a continuidade da dependência econômica.....46
4.4 Conclusão.....53

CAPÍTULO 5 - ECOLOGIA POLÍTICA E A SOBERANIA ALIMENTAR PARA ALÉM DO EXTRATIVISMO
Mariana Fernandes e Beatriz Alves

5.1 Introdução.....57
5.2 A noção de ecologia política no contexto latino-americano.....57
5.2 A questão alimentar e o extrativismo como modelo hegemônico.....60
5.3 A soberania alimentar como uma nova via para a questão alimentar.....62
5.4 Considerações finais.....68

CAPÍTULO 6 - FEMINISMO E RESISTÊNCIA DECOLONIAL EM DEFESA DOS COMUNS, CORPOS E TERRITÓRIOS
Layssa de Almeida e Sarah de Souza Moreira

6.1 Contextualização.....74
6.2 As marcas da colonialidade e as experiências de resistência decolonial.....76
6.3 Feminismo como resistência desde os territórios corpo-terra.....79
6.4 A contribuição do debate dos comuns.....82
6.5 Experiência de lutas feministas e decoloniais em defesa dos comuns.....83
6.6 Considerações finais.....87

INTRODUÇÃO

RECUPERANDO OLHARES POLÍTICOS CRÍTICOS

Luiz Felipe Brandão Osório e Jorge Osvaldo Romano

Ao longo dos últimos anos testemunhamos o crescimento de uma concepção generalizada cada vez mais pejorativa sobre a política. Na sociedade como um todo, sua identificação é com ações reprováveis, como a prática politiqueira, clientelista, patrimonialista, contrária aos interesses sociais e voltada às demandas mesquinhas e particulares. O campo da política foi colocado no polo oposto ao da moral, afastando as pessoas que querem o bem. Essa marginalização do político na vida civil, por assim dizer, é recente, mais precisamente, coincide com o apogeu do neoliberalismo, principalmente a partir dos anos 1990. Nem sempre foi assim. Em outros momentos da história, a consciência da atuação e organização política da sociedade era muito presente. Acontece, porém, que apesar da tendência ao rechaço da política (que vai da reprovação e do afastamento e chega ao ponto até de sua criminalização em algumas ocasiões), percebemos na prática e na própria pele que a política é inevitável em uma sociedade, estando presente nas mais variadas searas, mormente funcionando como o principal e único instrumento de mudança. Não há vácuo em que, alguém deixar de fazer política, prevalecerá a de outros.

Com a polarização eleitoral e institucional decorrente dos últimos anos, e fundamentalmente após a pandemia (e o tratamento dado a ela no Brasil), a inevitabilidade e onipresença da política ficam evidentes e tornam-se indisfarçáveis. Mesmo com a consciência da importância da política, a pluralidade e a complexidade, nas quais a sociedade foi se constituindo neste século, vão demandando atenção e respostas a questões sensíveis e relevantes que se adaptem às novas condicionalidades, tanto do ponto de vista nacional quanto do internacional. Logo, a política revela-se como uma dinâmica multifacetada, abrangente e transversal que precisa ser levada em consideração não apenas na prática, como também na teoria. Afinal, a teoria é a bússola da prática.

Nesse sentido, em um contexto de desarticulação das lutas e de crise profunda, o estudo da política vai ganhando ainda mais relevância. A compreensão dos desafios que o modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil coloca tanto para o país quanto para os setores populares, demandam de olhares políticos críticos que permitam construir questões consistentes e visualizar caminhos para sua superação. Dessa forma, seguindo a tradição quase cinquentenária, é ofertada no primeiro semestre de 2021, a disciplina de Teoria Política.

Diferentemente dos anos anteriores, esse momento marcou, para além das condicionantes dos contextos nacional e internacional, o oferecimento da disciplina de forma remota, em função das restrições sanitárias no país, e por dois professores, que, ora, assinam essa introdução e organização da obra. O ensino executado de forma trouxe uma série de desafios das mais variadas ordens aos alunos e aos professores, muitos dos quais a dupla carga docente e o empenho discente tentaram atenuar. O resultado final, os trabalhos de conclusão do curso em formato de artigos científicos coroaram o esforço empregado pelo coletivo. Em virtude de todas essas peculiaridades, chegamos a conclusão da necessidade do registro dessa experiência, que agora se traduz em formato de livro, moldado em uma coletânea de artigos que trazem esse olhar político crítico às questões de nosso desenvolvimento.

Nessa disciplina procuramos recuperar, por um lado, os olhares de abordagens políticas clássicas críticas como as teorias marxistas do Estado e da política. Nesse caminho levamos discussões sobre o Estado e fascismo no capitalismo, sobre as reconfigurações do imperialismo e sobre o retorno do debate do Estado, particularmente com o olhar da teoria da derivação do Estado. Essas discussões nos permitiram identificar pistas para entender o papel do Estado neste momento do capitalismo, de predominância do capital financeiro

com o neoliberalismo, com novas formas de autoritarismo e sociabilidade que tem como referência o fascismo, tudo num contexto de revitalização do imperialismo na ordem internacional mundial.

Por outro lado, tentamos recuperar um leque de olhares sobre política de autores contemporâneos, particularmente sobre questões como: poder simbólico e campo político; o político, populismo e teoria do discurso; descolonialidade e ecologia política; biopoder, descolonização, estado de exceção e necropolítica; poder tecnológico e capitalismo da vigilância; psicopolítica e nova massa; neoliberalismo, nova razão do mundo e esgotamento da democracia liberal; heterosexismo, historização e desconstrutivismo; e sistema e antisistema.

Assim, procuramos tentar pensar, a partir do olhar de Pierre Bourdieu, as reconfigurações do campo político, particularmente da representação política, com o crescente peso do poder simbólico neste contexto de crise da democracia liberal, e seus impactos sobre o processo decisório nas políticas públicas ante o protagonismo das grandes corporações e de governos de potências imperiais.

Para pensar as reconfigurações do político e tentar "decifrar a esfinge" do populismo recorremos ao olhar da teoria do discurso que tem em Ernesto Laclau e em Chantal Mouffe os nomes mais proeminentes. Como entender a nova onda de populismos de direita? Como entender o que se tem chamado de "polarização da política" a partir da primazia do antagonismo que, com a lógica de amigo/inimigo, está reinando na prática política? Como transformar esse antagonismo em um agonismo, que sem deturpar as diferenças, permita a disputa de projetos e ao mesmo tempo a convivência com os adversários e não sua eliminação enquanto inimigos? Cabe um olhar que reconheça o conflito como um elemento da democracia, superando a absolutização do consenso que o neoliberalismo com sua ideologia de "fim das ideologias" e sua visão gerencial da política terminou levando à despolitização da sociedade, ao descrédito na política abrindo caminhos para novas formas de neofascismo e de populismos radicais de direita. Cabe o desafio de pensar o populismo como uma das lógicas da construção política e de identidades populares, numa tentativa de pensar o mundo politicamente, e não enquanto lógica de guerra.

No entanto, para poder dar conta das questões que nos afligem enquanto país latino-americano do Sul Global tinha que ser reformulado, recriado, descolonizado. Assim, procuramos transitar pelos caminhos da descolonialidade e da ecologia política recorrendo às contribuições de autores como Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Hector Alimonda, Maristela Svampa, Walter Mignolo e Silvia Rivera Cusicanqui. Com elas e eles procuramos entender a trajetória que nossos países têm sofrido da dependência histórico-estrutural à colonialidade do poder (com as lutas em curso pela descolonialidade); refletir como o racismo tem sido a chave a partir da qual se potencializa a exploração nos países coloniais e se constrói o mundo moderno; ver como o desenvolvimento é também uma continuidade dessa dependência econômica, política, social e cultural da colonialidade racista que nossos países continuam sofrendo.

Como pensar o desenvolvimento desde a perspectiva da América Latina? O que, desde o olhar descolonial, implica em superar a própria noção de desenvolvimento, ideia força quase hegemônica no continente antes do neoliberalismo e que permanece sedimentada em setores da *intelligentsia* política governamental e do senso comum também "progressista" como alternativa ao próprio neoliberalismo. Para poder nos descolonizar do desenvolvimento e também do neoliberalismo, se faz necessário descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. E a partir do olhar descolonial de uma ecologia política latino-americana, se situar nos lugares descoloniais, nos territórios rurais e urbanos onde se dá a exploração, a expropriação e a luta de resistências, que nos permitam pensar e construir não só desenvolvimentos alternativos ou pós-desenvolvimentos, mas alternativas ao desenvolvimento, como as fundadas no *bien vivir*.

Também a partir de uma conjunção do olhar da descolonização nas lutas anti-imperiais com as contribuições foucaultianas recorremos a autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe e Giorgio Agamben, para entender o fenômeno da violência. Como num contexto de radicalização neoliberal, em que o estado de exceção vem se assumindo como o novo normal de governo de nossos países, o biopoder reformula a questão da soberania e se instala como política da morte. O racismo continua no centro dessa necropolítica que se impõe como paradigma. Que pistas nos abrem estas reflexões para pensar a violência que assola os territórios urbanos e rurais em nosso país, e no Sul Global?

O fenômeno da violência vem junto com a expansão das mídias sociais e o predomínio do poder tecnológico enquanto psicopolítica num contexto de capitalismo da vigilância. Para conseguir formular questões sobre estes assuntos recorremos aos olhares de Shoshana Zuboff, de David Lyon e de Byung-Chul Han. Assim, procuramos entender como a informação tem-se constituído numa quarta ficção da mercadoria (além da vida subordinada à ordem do mercado enquanto trabalho, a natureza enquanto terra e a troca enquanto dinheiro). Essa quarta ficção se estaria dando neste mundo de conjunção do *Big Data, Big Other e Big Deal*, quando a realidade é subjugada e mercantilizada enquanto comportamento pelas grandes corporações do capitalismo da informação (em conjunção com os Estados).

O comportamento é motivo de controle alimentando o capitalismo de vigilância. E o controle da biopolítica, enquanto controle dos corpos, têm-se desdobrado e aprofundado com a psicopolítica, que através do *Big Data* e o poder amigável (*smart power*) com a dependência dos smartphones e a nova servidão voluntária que nos leva a compartilhar no mundo virtual nossas ações e toda nossa intimidade, passa também a conformar nossas preferências, nosso inconsciente. Essa psicopolítica define a conformação de uma nova massa que assume a estrutura de um enxame mais que de um grupo com vontade e projeto. A crise da representação, a transformação do cidadão em consumidor, a transparência como nova dominação com a conformação de uma sociedade do controle fundada, ironicamente, num discurso de maximizar a liberdade, modificam a topologia da violência, tanto sua macro como sua microfísica.

Todavia, nossa busca por olhares que nos permitissem construir questões sobre a forma na qual as dominações se manifestam no atual desenvolvimento hegemônico também nos levou a procurar alternativas a essas dominações. Assim, com a ajuda de Wendy Brown, Pierre Dardot, Christian Laval e Silvia Federici tentamos compreender o neoliberalismo enquanto uma nova razão do mundo, refletindo sobre o contexto de ruínas que a rodeia, com sua proposta de que a sociedade deve ser desmantelada, a política destronada e a esfera pessoal protegida e estendida levando à expansão do niilismo, do fatalismo e do ressentimento. Ante esse "fim do mundo", cabe tentar identificar formas de reencantá-lo, com o feminismo e a política dos comuns, com o comum como um novo princípio político que permita fundar toda uma nova sociabilidade, economia e governabilidade. Recorrendo aos debates entre Judith Butler e Nancy Fraser procuramos pensar as múltiplas interfaces entre a teoria crítica e a justiça social nos dias atuais com a desconstrução das próprias alternativas – como a do feminismo – ao pensar o *queer* enquanto estratégia desconstrutiva do gênero. Como articular redistribuição e reconhecimento, procurando ao mesmo tempo desestabilizar as estratégias de normalização incorporadas pelo modo de produção capitalista? Como, em última instância, superar as violências encobertas nas próprias alternativas?

E, assim, também passamos finalmente a refletir sobre a reprodução do sistema e a construção do antissistema a partir dos olhares de Ailton Krenak, Helena Silvestre e Boaventura de Souza Santos. Como construir alianças antissistema procurando varrer as ruínas do neoliberalismo e adiar o fim dos mundos? Como se pode recuperar a reciprocidade e criar a capacidade de juntar o mundo? Como e o que aprender das novas possibilidades democráticas que uma diversidade de experiências em nível territorial das

populações tradicionais e indígenas, com reconhecimento e protagonismo das mulheres, estão expressando, mas que ficam ocultas pela hegemonia do "não há alternativas"? Como construir juntos ideias para adiar o fim do mundo?

Evidentemente que esse ambicioso programa de estudo e reflexão não se esgota num período letivo. É um tipo de olhar e uma tarefa pedagógica e de pesquisa que continua em aberto para próximos cursos e turmas. O que a seguir compartilharemos nos próximos capítulos são exemplos de respostas iniciais que esse conjunto de olhares e questões provocaram em nossos alunos.

Assim, no capítulo 1, o artigo "Neoliberalismo e a questão da violência" expõe as fraturas que a política econômica de nosso tempo abre em nossa sociedade, tendo como um dos principais efeitos, o aumento da violência no Brasil, a qual carreia a ascensão do racismo e das opressões. Em outras palavras, mostra como as questões materiais e as decisões políticas vão impactando em um cotidiano social cada vez mais esgarçado e com perspectivas ainda mais sombrias.

No capítulo 2, no excerto "Descolonialidade, ecologia política e a questão dos direitos humanos na mineração" são compartilhadas preocupações e denúncias quanto às atividades mineradoras no estado de Minas Gerais a partir de uma perspectiva teórica mais ampla, que franqueia o diálogo entre descolonialidade, ecologia política e a questão dos direitos humanos.

A seguir, no capítulo 3, a contribuição "De Belo Monte a Belo Sun: os grandes projetos desenvolvimentistas na Volta Grande do Xingu" nos convida a transitar por experiências distintas, mas que convergem em muitos aspectos, de maneira a refletirmos sobre os limites e possibilidades dentro do desenvolvimento capitalista, considerando elementos nacionais e internacionais.

No esteio, vem o capítulo 4, com o texto "Imperialismo, agronegócio e a questão agrária brasileira", o qual discute o agrário sob um foco ampliado, o do internacional, situando-o como uma dinâmica própria dos desdobramentos do imperialismo, ou seja, do capitalismo em âmbito internacional, a partir da intensificação das relações de produção e da apropriação de territórios para além do urbano, esgarçando ainda mais o tecido social. Assim, o internacional entrelaça-se com o caso específico do Brasil e seu agronegócio.

O capítulo 5, "Ecologia política e a soberania alimentar para além do extrativismo" nos brinda com uma reflexão original que amalgama os conceitos próprios da ecologia política e da soberania alimentar para poder pensar alternativas e políticas que superem o extrativismo e inaugurem novas práticas e resistências em meio às complexas lutas que envolvem o tema.

E finalmente, no capítulo 6, o ensaio "Feminismo, agroecologia e resistência decolonial em defesa dos corpos, territórios e comuns" traz à tona problemáticas da agroecologia envolvendo um tema fundamental e pouco discutido, se comparado com sua importância: o feminismo, aqui representado, como forma de resistência decolonial, voltada à defesa não apenas dos corpos, mas dos territórios e de uma nova perspectiva sobre o todo social, a dos comuns.

Diante dessa pluralidade de temas e de tantas abordagens originais, percebemos como são multifacetados os olhares políticos do desenvolvimento de nosso tempo. Este livro, sem qualquer pretensão de esgotar os assuntos, traz provocações que podem ser contestadas ou aprofundadas dentro do campo científico. Fundamentalmente, é um livro que leva pistas importantes para a reflexão e para as lutas sociais, colocando a política no centro do debate, ou seja, denotando sua importância para a transformação e para a possibilidade de um novo mundo, de uma sociabilidade libertadora e inclusiva. Cabe, agora, ao leitor desfrutar do conteúdo e avançar na discussão. Adiante!

Seropédica, Dezembro de 2024.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO E A VIOLÊNCIA NO BRASIL

Natália Silva de Souza e Bruno Filipe Mendes

1. Introdução

No presente trabalho será realizada uma discussão sobre o conceito de Estado moderno, buscando demonstrá-lo como fenômeno especificamente capitalista (Mascaro, 2013), e então se discutirá o liberalismo em um contexto amplo – enquanto ideologia hegemônica no período de formação dos Estados modernos, enquanto guarda-chuva para formação e implementação de arquiteturas institucionais específicas relacionadas ao Estado – e o imperialismo no contexto das transformações geopolíticas e conflitos do século XX, até chegar ao processo de difusão do neoliberalismo.

Após, será discutido o processo de formação do Estado brasileiro marcado sob o alicerce do racismo, do colonialismo e do capitalismo dependente. Enquanto processos estruturantes refletem uma série de permanências na atualidade. Seja pelo racismo estrutural que mata e exclui jovens negros e a população indígena; pela colonização do pensamento que se dá através da ciência moderna e do cinema; ou pela relação de dependência que mantém a economia brasileira numa lógica de instabilidade.

Compreendido este contexto histórico nacional, será retomada a questão da difusão do neoliberalismo enquanto uma política de Estado estratégica por parte dos Estados Unidos da América (EUA) a partir dos anos 80, operada de forma a expandir os limites de expansão do capital de suas multinacionais, sobretudo nos países do sul global. Então, serão trabalhados os impactos do projeto neoliberal no Brasil, com foco no estado do Rio de Janeiro, e a questão da violência.

2. Liberalismo e Estado: Ideologia e a forma política do capitalismo

O Estado reveste a forma de um aparelho de poder público impessoal, deslocado da sociedade (Pachukanis, 2016), para irradiar a impressão de descolamento do domínio econômico do domínio político. A constituição de todo o sistema de circulação de mercadorias e de relações contratuais possibilita que o Estado se coloque dessa forma, naturalizando os processos nos quais se coloca como parte exterior, como as relações trabalhistas e os contratos.

Como afirma Mascaro (2013, p. 18), a troca de mercadorias é a chave para se chegar ao conceito de Estado. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, indivíduo, mas por uma instância apartada de todos eles, que é o Estado, tal como compreendido por Marx no contexto da obra 18 de Brumário: "*Somente sob o segundo Bonaparte parece ter o Estado se autonomizado completamente. A máquina do Estado consolidou-se já de tal modo frente à sociedade burguesa que basta que se encontre à sua frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro*" (Marx, 2008, p. 322-3 e p. 332). O Estado aparece como autônomo em relação à dinâmica entre o capital e o trabalho. É importante para o presente trabalho a desmistificação dessa noção de Estado completamente autônomo, pois é necessário compreender as diversas pressões de grupos econômicos às quais está sujeito.

Em *Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa*, de 1914, Lênin (1982, p. 570) traz à tona que no início do século XX, as potências imperialistas (Inglaterra, França, Rússia e Alemanha), com população, à época, de 250 a 300 milhões de habitantes e território de 7 milhões de km², possuíam colônias com população de 500 milhões de habitantes numa superfície de 64 milhões de km². A invasão, colonização e subjugação de povos era a principal

fonte de riqueza das potências imperialistas que, somadas ao Japão, no período em que Lênin escreveu esse texto, avançavam sobre a Pérsia, a China e a Turquia.

Isso integrava o contexto político do período de hegemonia do liberalismo enquanto conjunto de escolas definidoras do pensamento político e econômico no ocidente. A teoria liberal funcionava como um guarda-chuva amplo, que ao longo dos séculos XVIII e XIX se utilizaram, no campo da prática política, de grupos distintos como apologistas da escravidão e socialdemocratas. Esse período coincide com a formação dos estados modernos e do capitalismo. Como afirma Franco (2014):

> Em outras palavras, é possível admitir que a história do capitalismo no mundo se confunde com o próprio liberalismo. Ainda que em seu passado tenha se apresentado como uma visão de mundo profundamente revolucionária, podemos afirmar que, no presente, é tão somente uma ideologia voltada para manter a qualquer custo o lucro máximo e sustentar as relações sociais de produção baseadas na exploração e no individualismo e na maximização da racionalidade a qualquer custo. (Franco, p. 26, 2014).

Como afirma Lênin, a primeira guerra mundial foi uma guerra de conquista, de pilhagem, de partilha do mundo, divisão e redistribuição das colônias e das esferas de influência do capital financeiro (Lênin, 1982). Acentuou as desigualdades e as contradições de classe, desencadeando processos de ruptura política, a começar pela Revolução Russa. Primeiramente, este período histórico marca, no Ocidente, sobretudo a partir de 1929, a crise do liberalismo, a nacionalização das economias e o crescimento da participação do Estado nas economias. Segundo, este cenário reflete a competição entre as potências imperialistas, em um momento de ausência de potências hegemônicas, o que perdura até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Apenas em 1929, o keynesianismo entra em voga no ocidente e as críticas ao liberalismo econômico se popularizam.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA tornam-se potência hegemônica no Ocidente e dão continuidade ao legado colonial, intervindo direta ou indiretamente em vários países na América do Sul, América Central, Europa, Ásia e África. Em Balas de Washington, Prashad (2020) demonstra como esses processos de intervenção são movidos por interesses econômicos para promover a expansão do capital estadunidense no exterior, sobretudo assegurando a participação de suas multinacionais em setores importantes da economia desses países. O imperialismo estadunidense nasce como política colonial e de anexação de territórios, e se transforma em imposição de políticas econômicas ao longo do século XX.

O México perdeu um terço de seu território, incluindo o que se tornaria os estados do Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México, Texas e Utah. Enquanto isso, os Estados Unidos entraram na guerra de 1812 contra os britânicos para tomar o Canadá;[...] outros ainda pediram o genocídio dos nativos americanos para que os colonos pudessem ter todo o continente para si [...]. O imperialismo estadunidense nasceu não nos portos de Havana e Manila em 1898, mas no vasto território que eventualmente se estenderia de Nova York a São Francisco. Mas essa "colonização interna", com seu genocídio em larga escala dos povos nativos, não parecia totalmente colonialismo, pois era ocultada por cobertores conceituais como "expansão territorial" e "fronteira do assentamento". (Prashad, 2020, p. 61-62).

O imperialismo surge como "dominação absoluta dos trustes, poder dos grandes bancos e larga política colonial" (Lênin, 1917, p. 13), no século final do XIX, manifestando-se primeiro nos EUA (que carregava séculos de avanço sobre terras indígenas e de países como México e Cuba), e na Alemanha, e poucas décadas depois (por volta de 1910), essa lógica – que carregava grandes tensões que culminaram em guerras – já havia se expandido para um número muito maior de países. Buscava-se o domínio sobre o sul global, a superexploração

das populações desses territórios, o controle sobre riquezas naturais, a maximização do lucro de multinacionais através da política colonial.

Nas duas décadas que antecedem a primeira guerra mundial, observou-se intensa industrialização e expansão bélica entre as potências imperialistas. No entanto, a guerra reduziu o poder de intervenção conjunta das potências imperialistas por conta da crise generalizada, abrindo janelas de oportunidade para experiências revolucionárias populares, como a Revolução Russa, ao passo que, a crise de 1929/1930, anos depois, intensifica a crise do liberalismo econômico enquanto modelo de não intervenção do Estado na economia. A trajetória política e econômica do Brasil na passagem da década de 1920 para 1930 reflete uma maior presença do Estado na economia, sobretudo se colocando como ator e indutor da industrialização.

Contudo, não se pode afirmar que anteriormente à crise de 1929, não havia intervenção na economia, pois o aparato estatal teve um papel importante nos processos de industrialização da Europa e dos EUA desde o século XIX, principalmente a partir dos instrumentos de compras governamentais e de investimento em avanço tecnológico. O que ocorre com maior intensidade a partir de 1929, no Ocidente, é o desenvolvimento do planejamento econômico e do papel da planificação, em conjunto com as pressões sociais cada vez mais intensas por conta da elevação da capacidade de organização dos trabalhadores, provocando também concessões em alguns países. O período de consenso entre a grande maioria dos governos nacionais de que era necessária a organização estatal da economia, criar mercados, elevar as condições de vida da população para evitar uma revolução socialista, bem como, direcionar os diferentes setores industriais e agrícolas, é o período de crise do liberalismo clássico.

A transição do comércio internacional para o padrão dólar é um reflexo da gradual expansão da economia estadunidense. Lênin já previa que a unificação territorial norte americana caminharia para a formação da maior potência agrícola e industrial do planeta (Lênin, 1980). A hegemonia no ocidente chega, de fato, com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, processo que se consolidou junto à transnacionalização da economia estadunidense, reconstrução de países europeus e sucessivas intervenções militares, além da expansão do capital privado estadunidense pelo mundo. Tais processos influenciaram profundamente a política externa norte americana.

Após 1945, as intervenções militares dos Estados Unidos em países estrangeiros tornam-se mais intensas, a começar pela Guerra da Coreia (1950-1953), sucedida pela guerra do Vietnã (1961-1975). A partir daí, a máquina de guerra foi direcionada para o Oriente Médio, primeiramente financiando os Mujahideen no Afeganistão para provocar a derrubada da República Democrática do Afeganistão, fortemente vinculada à URSS. Com a desintegração da URSS, a hegemonia tornou-se global e a pressão sobre os países que resistiram como Cuba, Coreia do Norte, o Iraque do partido Baath, Líbia, Síria, foi muito maior. Dentre estes países, alguns passaram por mudança de regime (no caso do Iraque e Líbia, através de intervenção militar), e todos passaram por gravíssimas crises econômicas, que envolveram escassez de alimentos e bens de consumo[1].

Três grandes intelectuais da corrente neoliberal que surgiram depois da crise do liberalismo, Hayek, Friedman e Mises, manifestam que um regime autoritário e liberal era mais favorável do que regimes democráticos, pois em suas visões – Hayek e Friedman (LIND, 2011) olhando para a ida dos economistas neoliberais para trabalhar para Pinochet, no Chile, e Mises (2005, p. 25-30) para o período liberalizante da economia italiana sob o regime fascista de Mussolini –, regimes democráticos poderiam produzir interferência no livre mercado, o que seria uma violação de liberdade superior à violência contra minorias, partidos de esquerda, sindicalistas e movimentos sociais praticada pelos regimes de Mussolini e Pinochet.

1 O "período especial" de Cuba, a "árdua marcha" da Coreia do Norte, a catástrofe humanitária oriunda da intervenção dos EUA no Iraque, e depois na Líbia e na Síria.

No pensamento neoliberal há uma essência que está no mercado, como processo de interação entre os indivíduos sem intervenção de força externa. Entende-se que uma sociedade de indivíduos voltados para seus próprios interesses, em sua totalidade, satisfará as necessidades de todos, pois a necessidade-última, nessa lógica, é a liberdade e a criatividade oriunda da competição que essa lógica de livre mercado – que só pode ser assegurada pelo Estado – proporciona. Nesse sentido, é correto afirmar que esses autores defendem uma concepção de ser humano que repete a ideia de sujeito do liberalismo clássico, de direitos formais universais, mas com uma ênfase inédita no processo de livre mercado sem intervenção, e na desestatização e desregulação. Isso é parte importante da construção psicológica do ser humano empresário de si, e ocorre paralelamente à perda de direitos decorrente do enfraquecimento e perda de coesão entre as categorias da classe trabalhadora, que são desmobilizadas pelo projeto neoliberal.

D'eramo (2020) demonstra como fundações criadas pelo grande capital privado estadunidense financiaram intelectuais neoliberais e conservadores no mundo a partir dos anos 1970, para propagar não só ideologia como também interesses geopolíticos estratégicos. Isso teve início a partir da pressão de grandes capitalistas conservadores na câmara de comércio dos EUA, que tinham interesse em conservar e expandir seus lucros no exterior. O governo de Ronald Reagan (1981-89) nos EUA e a sua política externa, assim como a de Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido, são emblemáticos desse processo, assim como os governos que os sucedem. A partir dos anos 1980, as pressões por desestatização e desregulação começam a surgir cada vez com maior intensidade no mundo, irradiando dos EUA e da Europa, vindo a produzir maior impacto no sul global como na América Latina, África e Oriente Médio. Como também afirma Franco (2014):

> A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente após os anos 1970, o mundo conheceu uma nova roupagem para a hegemonia capitalista. Esta hegemonia do capital, que se estabelece a partir desse período em particular, tem no neoliberalismo a alternativa para as crises colocadas diante da nova realidade que se apresenta em nível global. (Franco, p. 17, 2014).

Três grandes intelectuais da corrente neoliberal que surgiram depois da crise do liberalismo, Hayek, Friedman e Mises, manifestam que um regime autoritário e liberal era mais favorável do que regimes democráticos, pois em suas visões – Hayek e Friedman (LIND, 2011) olhando para a ida dos economistas neoliberais para trabalhar para Pinochet, no Chile, e Mises (2005, p. 25-30) para o período liberalizante da economia italiana sob o regime fascista de Mussolini –, regimes democráticos poderiam produzir interferência no livre mercado, o que seria uma violação de liberdade superior à violência contra minorias, partidos de esquerda, sindicalistas e movimentos sociais praticada pelos regimes de Mussolini e Pinochet.

No pensamento neoliberal há uma essência que está no mercado, como processo de interação entre os indivíduos sem intervenção de força externa. Entende-se que uma sociedade de indivíduos voltados para seus próprios interesses, em sua totalidade, satisfará as necessidades de todos, pois a necessidade-última, nessa lógica, é a liberdade e a criatividade oriunda da competição que essa lógica de livre mercado – que só pode ser assegurada pelo Estado – proporciona. Nesse sentido, é correto afirmar que esses autores defendem uma concepção de ser humano que repete a ideia de sujeito do liberalismo clássico, de direitos formais universais, mas com uma ênfase inédita no processo de livre mercado sem intervenção, e na desestatização e desregulação. Isso é parte importante da construção psicológica do ser humano empresário de si, e ocorre paralelamente à perda de direitos decorrente do enfraquecimento e perda de coesão entre as categorias da classe trabalhadora, que são desmobilizadas pelo projeto neoliberal.

D'eramo (2020) demonstra como fundações criadas pelo grande capital privado estadunidense financiaram intelectuais neoliberais e conservadores no mundo a partir dos anos 1970, para propagar não só ideologia como também interesses geopolíticos estratégicos. Isso teve início a partir da pressão de grandes capitalistas conservadores na câmara de comércio dos EUA, que tinham interesse em conservar e expandir seus lucros no exterior. O governo de Ronald Reagan (1981-89) nos EUA e a sua política externa, assim como a de Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido, são emblemáticos desse processo, assim como os governos que os sucedem. A partir dos anos 1980, as pressões por desestatização e desregulação começam a surgir cada vez com maior intensidade no mundo, irradiando dos EUA e da Europa, vindo a produzir maior impacto no sul global como na América Latina, África e Oriente Médio. Como também afirma Franco (2014):

> A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente após os anos 1970, o mundo conheceu uma nova roupagem para a hegemonia capitalista. Esta hegemonia do capital, que se estabelece a partir desse período em particular, tem no neoliberalismo a alternativa para as crises colocadas diante da nova realidade que se apresenta em nível global. (Franco, p. 17, 2014).

3. Do Colonialismo ao capitalismo dependente: A formação do Estado Brasileiro sob o alicerce do racismo

A conquista do território que hoje denominamos como Brasil, assim como o de outras colonias, ocorreu através da subjugação, assassinato e violência (Marx, 2008) e esse sentido colonial nunca deixou de compor a estrutura do país, pois aqui não houve, ao menos inicialmente, um projeto de nação. Na realidade, a ocupação desse território tratou-se de um "projeto mercantil" com a promessa de gerar grande lucratividade (Martins, 2021). Mesmo com a ausência de rupturas, a formação do Estado Nacional e do capitalismo formou um novo sistema político econômico que, forjado pelo imperialismo, estaria subordinado às potências hegemônicas em uma condição de dependência.

Em tempos coloniais, a exploração da mão de obra ocorria sem intermediações nas quais o trabalhador pudesse desfrutar de direitos básicos. Naquele tempo, indígenas foram escravizados sob a justificativa de crenças sobrenaturais, assim como a população negra, condenada por uma passagem bíblica referente aos filhos de Cam, pertencente ao Velho Testamento (Moura, 1994). Ambas justificativas possuíam embasamento racista que, inicialmente, apresentou-se de forma pura: o colono, branco, possuía a cultura que seria imposta a esses povos e essa, por sua vez, justificaria a expropriação da cultura, organização estamental e força de trabalho dos escravizados. Conforme explica Clóvis Moura,

> Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas "bárbaras", "inferiores", "selvagens" que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações "civilizadas" (Moura, p. 2, 1974).

O racismo moderno, tal qual o conhecemos hoje, nasce justamente junto ao capitalismo. Destacamos ainda que, raça como um conceito de hierarquia entre os homens, surge no séc. XVI[2]. Isso foi resultante das condições materiais desse momento que, como explicamos acima, foi marcado pela expansão europeia sobre o território de populações não brancas.

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta

2 Cf. Silvio Almeida em "Racismo Estrutural" (2016)

do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a idade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (Almeida, p. 18, 2016).

Posteriormente, a burguesia aprimorou esse racismo que passou a ganhar roupagem científica, sendo a Europa o epicentro desses debates, mais especificamente a Inglaterra e França com as produções de Robert Knox e Arthur de Gobineau, respectivamente. Os debates buscavam desenvolver chaves que explicassem e justificassem a superioridade branca europeia sobre os não brancos. Esses estudos ocorreram no início do século XIX e tinham como metodologia a análise de crânios e esqueletos para analisar a superioridade dos nórdicos em relação às outras "raças", por exemplo (Moura, 1972).

Nesse sentido, o racismo foi sendo articulado como uma arma ideológica da burguesia[3], apresentando-se como um conteúdo político de dominação. No entanto, essa dominação sempre esteve exposta às tensões causadas pela luta de classes. No Brasil a classe proletária não se formou através da migração dos camponeses para os burgos, mas sim, por uma população etnicamente diversa (Moura, 1995) e que se unia contra seus opressores através de greves, revoltas, fugas e construção de quilombos (Moura, 2020).

Portanto, os povos oprimidos do Brasil colônia foram sujeitos ativos na história, embora privados de liberdade. Tão ativos que influenciaram decisões político-econômicas por aqui tomadas, exemplo disso foi a transição entre o escravismo pleno e o escravismo tardio. Clóvis Moura (1994) demonstrou que a escravidão teve duas fases distintas no que tange os aspectos econômicos, políticos e culturais. O primeiro momento durou até a extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850, e tratou-se do escravismo pleno.

Este momento foi marcado em toda sua plenitude pela escravidão indígena e negra. Tal modo de produção configurou as classes fundamentais daquele momento – senhores e escravos. Os conflitos entre esses dois grupos antagônicos determinaram as divergências ideológicas e o comportamento da época, sendo as contradições estruturais o que determinou a passagem do escravismo para o trabalho livre. Entre os dois períodos citados, não houveram mudanças estruturais significativas nas relações de produção, porém houveram alterações regionais e tangenciais que possuem relevância.

Além disso, Moura (1972) explica ser simplista as análises que tratam o período escravocrata como homogêneo, pois causas internas e externas ocasionaram mudanças na estrutura escravocrata que, embora pudessem ser insignificantes inicialmente, com o tempo foram ficando mais visíveis.

O autor denominou o segundo momento como escravismo tardio que tem como característica central "o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista" (Moura, 1972). Isso ocorreu, pois o modo de produção capitalista foi dinamizado por um vetor externo chamado pelo autor de "capital alienígena", investido em áreas estratégicas para o desenvolvimento da economia e formação da burguesia local que, desde esse momento, estava subjugada pelo subdesenvolvimento. Florestan Fernandes, em *Capitalismo Dependente e as Classes Sociais na América Latina* (1973), explica que as transições que ocorreram no capitalismo europeu provocaram mudanças nas economias da América Latina. Porém, embora essas mudanças estivessem ocorrendo, o escravismo continuava imóvel, pois os senhores de escravos conseguiam estabelecer táticas de manipulação política que apoiavam o processo modernizador ao mesmo tempo que conservava os interesses sob a sua propriedade de escravos.

3 Cf. Clóvis Moura (1972).

Portanto, o escravismo tardio foi marcado por relações escravistas e capitalistas, sendo que a segunda não surge a partir de um processo de acumulação interna, mas através de um polo externo que condicionou a sociedade brasileira. Nesse momento foram criados novos instrumentos de regulação, pois o encarecimento dos escravos, a opinião pública e as leis protetoras passaram a designar qual seria o tratamento que os escravizados receberiam. O comportamento dos escravos também foi alterado, as revoltas e rebeliões foram diminuídas, pois foram desmobilizadas através das novas formas de controle, promovidas pelas estratégias de dominação da classe dominante que, mesmo durante a transição, não queriam mudanças sociais referentes aos seus interesses e posições de poder.

A escravidão teve fim apenas com a consolidação do capitalismo nacional e como apresentado, essa transição não ocorreu através de rupturas estruturais, mas sim através de uma dinâmica que possibilitou manter as relações de poder preexistentes, assim como, a condição de dependência do Brasil no que diz respeito a Divisão Internacional do Trabalho. Em *Capitalismo Dependente e as Classes Sociais na América Latina*, Florestan Fernandes (1973) assinala que o modelo de capitalismo que triunfa na América Latina é enraizado no antigo sistema colonial e extrai dele seus dinamismos organizatórios. Nesse momento, as ciências sociais brasileiras debatiam o capitalismo dependente como "colonial" ou "neocolonial".

Mesmo com a industrialização, o *status* do Brasil no cenário internacional não foi alterado. O país seguiu cumprindo o mesmo papel na Divisão Internacional do Trabalho e a modernização ocorreu de tal forma que a condição de dependência apenas foi aprofundada. Mesmo a partir de 1950, a acumulação do capitalismo brasileiro não ocorreu de forma autônoma, ou seja, ela não contou com uma acumulação prévia, mas com um vetor internacional que seguia exportando para os países dependentes as tecnologias que descartavam para si (Martins, 2021).

Novamente voltando-se para a luta de classes no Brasil, destacamos que as lutas populares conseguiram tencionar o sistema capitalista no período anterior ao golpe empresarial-militar. Carla Martins (2021) aponta dois caminhos possíveis. O primeiro trata-se do aprofundamento do "atrelamento dependente" e o segundo à uma virada nacionalista e democrática. Segundo a autora,

> A década de 1960 apresenta uma cada vez mais nítida divisão social do trabalho e maior delimitação de classes e de seus opostos interesses, com o fortalecimento da classe trabalhadora e a forte repressão a ela dirigida durante as próximas décadas perdidas. Instaura-se uma nova relação de forças para que seja permitida maior acumulação. O Golpe de 1964 foi o enterrar da possibilidade de uma alternativa (Martins, p. 553, 2021).

Nesse sentido, a condição de dependência e de um Estado formado para explorar o seu povo, formado como mera consequência desse processo acumulativo de capital, foi reafirmada. Assim, o intercâmbio desigual entre as nações resulta na transferência de valor para os países do centro. Para compensar a perda de capital a burguesia demanda a produção de mais-valia excedente. Essa será produzida através da superexploração da classe trabalhadora (Marini, 1991). Marini (1991) explica que a superexploração ocorre através de três mecanismos:

1. Aumento da jornada de trabalho;
2. Aumento da intensidade do trabalho;
3. Queda do consumo dos trabalhadores.

Esses mecanismos são um agravante para o proletário, pois ele o impede de repor sua energia, vitalidade e disposição a fim de se recompor para trabalhar novamente. Por fim,

a superexploração não se trata de uma exploração mais árdua. Uma vez que a exploração é a compra da força de trabalho com o tempo necessário e o tempo excedente, sendo o segundo, o responsável pela formação da mais-valia, a superexploração ocorre quando os salários pagos são menores do que o seu valor real.

Portanto, o racismo e a condição de dependência, fundamentais para a consolidação do capitalismo local e formação do Estado brasileiro, mantêm-se nas engrenagens do sistema.

A violência acaba por atuar como mecanismo de controle e manutenção da ordem social (Martins, 2021). A concentração de riquezas, da escravidão à super exploração da mão de obra, sempre depender de um aparato de instrumentos de repressão que é perpetuada pelo próprio Estado. Para Marx e Engels (2008) o Estado é o aparelho repressivo da burguesia. Marielle Franco (2014) aponta que essa violência pode ser através da atuação dos agentes de segurança e também através da negligência do Estado para formação de políticas públicas que garantam o acesso a direitos básicos. Em seu estudo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, a autora volta a sua atenção para a segurança pública e afirma que o Estado de Direito trata jovens negros e pobres como inimigos em potencial, mesmo que produza a impressão de que está em defesa de todos. No próximo tópico, iremos debater a formação do neoliberalismo e a relação que ele possui com a violência.

4. O neoliberalismo no Brasil e a violência

Florestan Fernandes ressalta, já em 1972, a expansão econômica dos EUA na América Latina aliada à transformação do imperialismo, que assume a forma da dominação da "empresa corporativa norte-americana" moldando a modernização desses países. Fernandes (1972), afirma que as burguesias nacionais dos países da América Latina não estão submetidas a controle público e a pressões democráticas, ao contrário de países capitalistas avançados, que possuem maior potencial de resistir às pressões do imperialismo dos EUA:

> Suas burguesias nacionais e suas elites no poder não estão submetidas a controle público e a pressões democráticas. Em consequência, o processo de modernização, iniciado sob a influência e o controle dos EUA, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável. Apenas alguns setores, movidos por sentimentos políticos, intelectuais ou religiosos, opuseram-se a essa forma de recolonialismo. (Fernandes, 1972, p. 23).

Em 1989, ao final do Governo Reagan, é lançado o Consenso de Washington, um marco do projeto neoliberal na política externa dos EUA e que tratava-se de um conjunto de medidas econômicas baseadas em privatizações, desregulamentações e redução do protecionismo econômico. Nos EUA, os principais reflexos da aplicação desse receituário são a privatização da saúde, junto ao fim da oferta de saúde gratuita e o congelamento dos aumentos na renda dos trabalhadores (por poder de compra). Essas transformações econômicas transformaram a saúde numa atividade exclusivamente empresarial, que passa a ser operada por conglomerados financeirizados. O grande capital busca, de diversas maneiras, se apropriar de setores como a educação pública, a previdência pública e a saúde pública; pressionando por maiores fatias do orçamento público e da renda da população, como fazem com as classes médias, no Brasil, as redes de planos de saúde, os fundos de previdência privada e as redes de escolas particulares. O perfil do grande capital na atualidade é cada vez mais concentrado, grandes conglomerados concentram as atividades nos setores citados.

No bojo do Consenso de Washington, estava uma agenda econômica internacional que se propunha a "modernizar" a administração pública, transformando-a em "gerencial". Consistia, basicamente, na implementação de conceitos e estratégias de gestão privada na

administração pública, além de tornar o Estado mais enxuto, focado na regulação do mercado; e não mais um proprietário de empresas e ator econômico. Além disso, no contexto de sua implementação, flexibilizou as formas de contratação da iniciativa privada pelo Estado, possibilitando à iniciativa privada gerir hospitais públicos, unidades educacionais públicas e museus, por exemplo, através de contratos entre o Estado e organizações sociais. Essa agenda internacional ficou amplamente conhecida no Brasil como "Reforma Gerencial" e no exterior como "Nova Administração Pública".

A aplicação da agenda neoliberal no Brasil se inicia com a eleição de Collor, em 1989, primeiras eleições diretas para presidente desde 1960, pois de 1964 até 1985 perdurou uma violenta ditadura militar no Brasil, implementada com forte apoio dos EUA, numa estratégia para impedir o avanço de reformas estruturais e de nacionalizações de empresas e setores estratégicos no Brasil. O governo de Collor se inicia com a instituição do Programa Nacional de Desestatizações, que visava sepultar o desenvolvimentismo no Brasil. Entretanto, o seu governo foi conturbado, com grandes dificuldades de formar maioria no Congresso, e o mandato foi interrompido por um *impeachment* que teve como justificativa corrupção e perda de apoio político no Congresso Nacional. O governo sucessor (1992-1994), de Itamar Franco, cumpriu papel fundamental na gradual formação da hegemonia da agenda neoliberal, que vem a se consolidar no governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A partir disso, como afirma:

> A adoção da agenda liberalizante ganha hegemonia e sepulta de vez o passado desenvolvimentista do país, ao construir um novo consenso em torno da pauta de reformas ditada pelos interesses do capital financeiro, cristalizando uma unidade programática entre os seus diversos setores – bancos, multinacionais e grandes corporações nacionais (Passarinho, 2010, p. 4).

O avanço do projeto neoliberal no Brasil teve seu maior reflexo na desestruturação da sociedade e na reafirmação da dependência. O Brasil experienciou de 1930 a 1980, um processo de industrialização com inúmeros problemas, descontinuidades, exclusão da população pobre no campo e na cidade. Entretanto, esse processo de industrialização deu ao Estado brasileiro uma relativa autonomia com relação à economia global, pois uma grande porcentagem dos produtos consumidos no Brasil eram produzidos no próprio Brasil. O que ocorre a partir dos anos 1990, que reforça intensamente a dependência, é o gradual aumento de importações de bens industrializados a partir da exposição da indústria nacional à concorrência desleal com multinacionais estrangeiras. Isso provocou o fechamento de parte considerável do parque industrial brasileiro e a dependência de importações, além de ter gerado desemprego. Esse processo é muito bem descrito em artigo de Gennari (2002), *Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos anos 1990*.

Aliado a isso, ocorreu uma forte queda nos investimentos estatais e, é importante ressaltar que existe um vínculo fundamental entre a queda nos investimentos estatais e o aumento da pobreza. Por ideologia de governo, o Estado se eximiu de investimentos sociais, em industrialização, e transferiu essa responsabilidade para a iniciativa privada, como se a iniciativa privada fosse capaz de assumir isso. A experiência brasileira prova que não, sendo o caso do Rio de Janeiro ainda mais emblemático devido à interação do neoliberalismo com o legado do percurso histórico do estado. Sobre esse aspecto:

> Abordar o processo de neoliberalização em contextos semiperiféricos específicos, como as experiências latino-americanas, invoca a necessidade de compreender a formação econômico-social e espacial resultante dos processos históricos anteriores sobre a qual essa dinâmica de aprofundamento do neoliberalismo atua e com a qual ela interage – bastante distinta das geografias resultantes da experiência fordista-keynesiana dos países de centro. (Tonucci Filho e Magalhães, 2017, p. 435).

As quedas do investimento público (IPEA, 2015, p. 13) na economia, na geração de empregos e em habitação por parte dos governos federais e do estado do Rio de Janeiro provocaram degradação nas condições de vida da população a partir dos anos 1990, aliado ao processo de desindustrialização. Soma-se a isso, as consequências da não resolução do problema agrário brasileiro que empurrava as pessoas do campo para as cidades. O inchaço das principais cidades por causa do êxodo rural é um problema nacional nunca resolvido que exerceu grande influência no processo desordenado de ocupação do território. A cidade do Rio de Janeiro possui 1018 favelas nos registros da prefeitura e nelas vivem 22% da população, 1,4 milhão de pessoas. A formação das favelas refletem a desigualdade na ocupação do espaço urbano e a intensificação da presença de grandes conglomerados no mercado imobiliário elevam essa desigualdade. Essa é a faceta mais visível do avanço do neoliberalismo nas cidades brasileiras. "A pobreza, portanto, exige um Estado com capacidade de apresentar programas sociais com uma das mãos e a polícia, com o aparato penal, com a outra." (Franco, p. 35, 2014).

Tonucci Filho e Magalhães (2017) trazem reflexões importantes acerca dos impactos da financeirização e do neoliberalismo na ocupação urbana, e o papel do setor financeiro na canalização de valor advindo de fontes diversificadas para conglomerados:

> O neoliberalismo urbano baseia-se numa lógica econômica que promove a financeirização da cidade, que fomenta e pega carona na valorização imobiliária e se agência através de um fortalecimento do poder de fogo dos capitais imobiliários na conformação da política urbana e de uma forma de planejamento voltada para o abastecimento desse mecanismo através de projetos e planos urbanos diversos, sendo o processo de gentrificação a frente de expansão territorial de um meio urbano ultra valorizado que esse modelo de planejamento busca promover. Os serviços avançados que compõem a economia urbana nos pilares desse mercado imobiliário inflado abarcam atividades de apoio direto à organização do comando e controle da esfera produtiva, que se posicionam na ponta de canais diversos de valor extraído da produção, da distribuição e do consumo, recebendo fluxos de lucros e dividendos oriundos de capitais de diversas naturezas e de grande alcance territorial. O setor financeiro é a expressão máxima desse padrão de canalização de valor advindo de fontes diversificadas, abarcando atividades desde a indústria até a mobilização da renda da terra, que permite uma criação de vínculos extrativos de valor com a economia urbana de forma ampla e difusa. Sua hegemonia passa pelo poder de criar tais vínculos e estruturas de canalização de mais-valor na sua direção. (Tonucci Filho; Magalhães, 2017, p. 441).

A cidade do Rio de Janeiro é dividida entre as Zonas Norte, Oeste, Sul e Central. A especulação imobiliária configura bairros nobres com perfil socioeconômico elevado nas Zonas Sul, Oeste e Central, e nas favelas próximas a esses bairros foi operado o projeto Unidades de Polícia Pacificadora – UPP, que começou em 2008 na favela do morro Dona Marta, no bairro Botafogo, na zona Sul da cidade. O projeto, no papel, consistia basicamente numa replicagem de projetos de gestões anteriores do governo estadual de polícia comunitária. Nos governos de Leonel Brizola (1983-87 e 1991-94), esse projeto de polícia comunitária tinha como base o respeito à população local (cabe relembrar a campanha do então governador contra o "pé na porta", a invasão de domicílios de famílias pobres por policiais militares) e estava aliado a obras importantes de infraestrutura, como a construção de um grande número de escolas públicas e casas culturais.

Entretanto, o projeto de UPP iniciado em 2008 teve um enfoque completamente diferente. Consistia basicamente na ocupação militarizada de favelas, sobretudo as localizadas próximas a bairros de classe média alta. O enfoque se limitava à ocupação militar dos territórios, e suas limitações e erros já chegaram a ser admitidos pela própria PMERJ[4]. Favelas

4 Polícia admite erros nas UPPS e especialistas avaliam mortes de PMs. In: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/policia-admite-erros-nas-upps-e-especialistas-avaliam-mortes-de-pms.html. Acesso em: 06 out. 2022.

no Rio de Janeiro concentram pessoas de classe baixa e há a presença de facções criminosas ligadas a atividades como tráfico de drogas e exploração de serviços como gás, televisão e internet, além de milícias, que são fruto da simbiose entre a corrupção de militares e policiais e o crime organizado. Ambos, mas sobretudo as facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, aliciam a juventude pobre e majoritariamente preta. As UPPs são o reflexo do foco do Estado na violência e na repressão, e da insuficiência dos investimentos em educação, habitação e empregos.

Acerca do tema da violência exercida pelo Estado, cabe fazer diferenciações, e o neoliberalismo enquanto crise do Estado-providência ou da social democracia traz novas formas de violência enquanto efeitos sociais de políticas econômicas de ajuste estrutural sobre o emprego e a renda, tal como afirma Tavares dos Santos (2007):

> As violências exercidas pelo Estado no âmbito do Estado-nação, podem ser assim identificadas: violência exercida por membros das polícias, civis e militares, federais, estaduais ou municipais; a violência programada nos programas de colonização e assentamento; as violências do Estado contra os direitos humanos (direitos civis, políticos, sociais e direitos de quarta geração). Porém, aqui devem estar os efeitos violentos da crise do Estado-providência (crise da habitação, da saúde, da educação e da segurança) e os efeitos sociais de políticas econômicas de ajuste estrutural sobre o emprego e a renda. (Santos, 2007, p.75 apud Franco, 2014, p. 73).

O tema da segurança pública no estado do Rio de Janeiro é bastante sensível. Os indicadores de homicídios, assaltos e furtos de veículos são bem elevados. Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro[5] mostram que os furtos de veículos se mantiveram em uma média de 16 mil casos por ano de 2010 a 2020; as mortes por decorrência de ação de agente do Estado chegaram a diminuir de uma média de 1000 por ano para até 500 entre 2010 e 2015, mas voltaram a crescer e ultrapassar a média de 1000 por ano de 2016 até a atualidade; já o indicador de letalidade violenta do instituto aponta uma média de 7 mil mortes violentas entre 2000 e 2010, e de 6 mil mortes violentas por ano entre 2010 e 2020. Essa situação vem se degradando desde os anos 1990. Rocha (1997, p. 7) aponta para a estagnação da renda per capita devido à perda e falta de dinamismo produtivo, justamente quando as políticas neoliberais começaram a avançar no país.

A banalização da pobreza e da miséria tornaram-se traços característicos da população, que foi se tornando cada vez mais egoísta e individualista, absorvendo "a nova razão do mundo" neoliberal. Ocorre, para Dardot e Laval (2016), uma bifurcação gradual a partir de dois grandes impulsos paralelos da "modernidade": a democracia política e o capitalismo. Esses impulsos tomam uma forma mais sólida após a Segunda Guerra Mundial, com a crença na independência relativa das instituições, das regras, das normas morais, religiosas, políticas e econômicas, e a formação de Estados de bem-estar social. No contexto dessa bifurcação, intensifica a oposição entre a consciência de sujeito portador de direitos inalienáveis e de sujeito econômico guiado por seus interesses. A história recente da modernidade demonstra a consagração de um desequilíbrio em favor deste último, o sujeito econômico guiado por seus interesses, num cenário de competição (Dardot; Laval, 2016, p. 318) e isso se tornou um traço psicológico marcante na atualidade.

O tema da segurança pública é instrumentalizado por políticos através da violência. A repressão passou a ser um tema eleitoreiro, e isso se refletiu fortemente na eleição de Witzel em 2018 (que afirmou num dos últimos debates televisionados que a polícia deveria "atirar na cabeça") para o governo do estado. O sentimento de angústia e revolta das classes médias fluminenses com a enorme quantidade de assaltos, roubos, furtos e tiroteios é manipulado por políticos que, a partir da ênfase na repressão, no uso da polícia militar, buscam criar

5 Banco de dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. In: https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/ Acesso em: 06 out. 2022.

a sensação para as classes médias de que "os problemas relativos à violência estão sendo resolvidos". Ocorre que as classes médias não sentem em grande parte os efeitos da repressão, do racismo institucionalizado pelas forças de segurança e da ocupação militar de favelas.

5. Conclusão

Durante todos esses séculos o país não vivenciou rupturas que pudessem abolir o racismo e superar o capitalismo. Portanto, é condizente com as condições colocadas que os povos oprimidos sigam na mira do Estado, concepção moderna que, como explicado, surge para conter as contradições ligadas à luta de classes. Do assassinato de uma criança indígena à chacina do Jacarezinho, a violência segue como um alicerce fundamental de dominação da classe burguesa no Brasil. No entanto, nos recusamos a acreditar que essa será a nossa condição para sempre.

Acreditar que essa violência durará para sempre é, acima de tudo, uma crença fatalista resultante do neoliberalismo, como muito bem nos ensinou Paulo Freire. Se o racismo moderno é resultado do modo de produção capitalista, é necessário fomentar a ousadia de construir outra sociedade na qual não só o modo de produção seja alterado, mas também a moral humana. Frantz Fanon acreditava na possibilidade do fim da exploração do homem pelo homem e na construção de uma nova humanidade, objetivos que só seriam atingidos através de uma Revolução Social de caráter internacionalista.

Se é o Estado a forma política do capitalismo, é necessário a organização da classe proletária pela queda e transformação radical desse Estado. Não apresentamos nenhuma novidade aqui. Lênin (1970) defendeu a ditadura do proletariado justamente para que pudéssemos definhar a máquina estatal de repressão e o controle exercido pelo grande capital. Portanto, não é possível pensar que os índices de violência podem cair, pois essa falha do capitalismo brasileiro é justamente um componente fundamental do controle social exercido no Brasil.

O Atlas da Violência (2021) apresentou dados que demonstram claramente como o componente racial segue agindo como uma arma ideológica da burguesia brasileira. Não nos importamos com as mortes violentas, porque quase 80% delas se tratam de pessoas negras. A Chacina do Jacarezinho matou 28 favelados e quem limpou o sangue derramado no chão no dia seguinte foram os próprios moradores, porque o papel do Estado nesses territórios é justamente matar para controlar.

Damos esse sentido prático à conclusão deste artigo porque não é possível realizar considerações finais sem a revolta com as reflexões apresentadas e porque o nosso referencial teórico foi de autores que nunca negaram a importância da luta para que pudéssemos superar aquilo que apontavam em seus estudos. Se é sabido pela burguesia nacional que o povo negro brasileiro carrega consigo um potencial revolucionário, cabe as organizações reconhecerem esse papel buscando construir um movimento que almeje a queda do capitalismo e abolição do racismo.

O artigo almeja sintetizar processos históricos complexos a partir da realidade violenta do Rio de Janeiro e a relação com políticas neoliberais e o desmonte do Estado. Para tal, discutimos o colonialismo e as raízes da disseminação do neoliberalismo enquanto uma prática imperialista. Realizamos a discussão sobre a construção do Estado brasileiro sob os alicerces do racismo, do colonialismo e do capitalismo dependente. Ressaltamos o conteúdo racista e elitista das políticas neoliberais pela forma como afetam a população pobre e preta, sobretudo a política de segurança focada na repressão e no encarceramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência** 2021. São Paulo: FBSP, 2021

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'ERAMO, Marco. **Dominio:** La guerra invisible del potenti contro i sudditi. Itália: Feltrinelli, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. *In*: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA."REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO". **Anais** [...] Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina, 2013, p. 216-232.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras:** uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2018. 136 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2166/Marielle%20Franco.pdf;jsessionid=0EB841F03BFA7B75786710C0424204D3?sequence=1. Acesso em: 06 out. 2022.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e Abertura econômica no Brasil nos anos 1990. **PESQUISA & DEBATE**, São Paulo, v. 13, n. 1(21), p. 30-45. São Paulo: 2001.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa**. Obras Escolhidas 1. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Obras Escolhidas 1. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos:** novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Coleção alicerces. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. Tradução de J. Ferreira. Porto: Vale Formoso, 1970.

LIND, Michael. **Why libertarians apologize for autocracy**. The experience of every modern nation-state proves that libertarianism is incompatible with democracy. [S.l], Salon, 2011. Disponível em: https://www.salon.com/2011/08/30/lind_libertariansim/. Acesso em: 06 out. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Carla Benitez. Permanências estruturais e ausência de rupturas na política criminal e de segurança nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 548-579, 2021.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Coletânea Os Pensadores: Marx. 2 ed. São Paulo, SP: Abril, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-43, 1994.

MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a Luta de Classes no Brasil. **Revista Debate Sindical**, São Paulo, n. 20, p. 43-48, 1995.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, p. 208-224,1983.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2020.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 1994.

MISES, Ludwig Von. **Liberalism**: the classical tradition. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.

ORAIR, Rodrigo Octávio. Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. Texto para discussão. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2016.

PACHUKANIS, Evgeni. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

PASSARINHO, Paulo. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington:** uma história da CIA, golpes e assassinatos. Tradução de Rafael Tatemoto. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ROCHA, Sonia. Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro. Texto para Discussão nº 536. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: **IPEA**, 1997.

TONNUCI FILHO, João Bosco. MAGALHÃES, Felipe Nunes. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cad. Metrop**., São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-454, maio/ago 2017.

CAPÍTULO 2

DECOLONIALIDADE, ECOLOGIA POLÍTICA E LICENÇA SOCIAL NA MINERAÇÃO

Filipe Gaeta

1. Decolonialidade

O conceito de "decolonialidade" se originou como uma resposta às experiências do colonialismo e do racismo historicamente existentes em países da Ásia, América Latina e África, e trouxe uma proposta de visão de mundo pautada nas disparidades entre as grandes metrópoles mundiais e as sociedades periféricas que se encontravam em uma posição de subalternidade.

As sociedades da periferia eram consideradas pelas grandes metrópoles como primitivas e inferiores, a partir do conceito de diferença global:

> O enorme espectro da história humana que os sociólogos tomaram como seu domínio era organizado por uma ideia central: a diferença entre a civilização da metrópole e outras culturas cuja característica principal era seu primitivismo. Chamarei essa ideia de diferença global. Apresentada em muitas formas diferentes, esse contraste atravessa a sociologia do final do século dezenove e do começo do século vinte (Connell, 2012, p. 313).

Os estudos pós-coloniais começaram na década de 1970, com autores como Franz Fanon (Peles negras, Máscaras Brancas) e Edward Said (O Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente).

Ao descrever o "orientalismo", o autor reforça a ideia de que os textos sobre o oriente escritos pelos ocidentais demonstram uma representação, ou seja, algo artificial, sendo uma visão daquilo que um não oriental transformou em um símbolo do oriente. Nesse sentido, o autor afirma que:

> Todo aquele que escreve sobre Oriente (e isso vale até para Homero) presume algum antecedente oriental, algum conhecimento prévio do Oriente, ao qual ele se refere e no qual ele se baseia. Além disso, cada trabalho sobre o Oriente se filia a outros trabalhos, audiências, instituições e ao próprio Oriente. (...) O valor, a eficácia, a força e a aparente veracidade de uma declaração escrita sobre o Oriente, portanto, baseiam-se muito pouco no próprio Oriente, e não podem instrumentalmente depender dele como tal. (...) Desse modo, todo o orientalismo está fora do Oriente, e afastado dele: que o orientalismo tenha qualquer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente (...) (Said, 2007, p. 32-33)

Desta forma, Said (2007, p. 32/33) corrobora com os conceitos apresentados, principalmente sobre a incapacidade dos autores clássicos da metrópole em relatar as realidades das periferias. Isso ocorre devido ao fato de que esses autores possuíam uma visão já constituída e estabelecida e não procuraram relatar os pontos de vista daqueles que realmente vivenciam o processo cultural local.

Trazendo esses conceitos para a realidade dos países latino americanos, Santos e Menezes (2009) utilizam a expressão "Epistemologias do Sul" para demonstrar, historicamente, o colonialismo e o capitalismo como formas de dominação política e cultural eurocêntrica sobre formas de conhecimento de comunidades tradicionais, causando sofrimento e impedindo o desenvolvimento de novos pensamentos dos povos alvo desse processo de exclusão. As discussões de Quijano (2000) sobre a colonialidade do poder

reiteram a importância da crítica sobre o capitalismo como forma de dominação dos povos latino americanos, legitimada pelo pensamento eurocêntrico que era pautado na tentativa de inferiorizar a raça e cultura dos negros e índios.

Sendo assim, os estudos decoloniais se basearam em novas visões de mundo antes negligenciadas e buscam novos testemunhos através de experiências vivenciadas e relatadas por mulheres, negros, não ocidentais, indígenas, entre outros. O grande desafio desses estudos, além de dar a voz a esses povos, foi conseguir que as grandes metrópoles e suas instituições acadêmicas absorvessem essa diversidade de pontos de vista. Esse propósito se torna um desafio na medida que *"(...) a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente"*, como afirma Spivak (2014, p. 20).

Walter Mignolo (2006) reforça a mesma linha de pensamento, demonstrando a necessidade da manutenção da situação colonial pautada no falso discurso científico, condição primordial para que as sociedades europeias continuem seu processo de desenvolvimento.e modernização:

> Daí que o discurso das ciências seja um discurso regional - o discurso da história regional do pensamento europeu. Essa história particular é, no entanto, dupla. Por um lado, ela é a "história da modernidade europeia" mas, por outro, ela é também a "história silenciada da colonialidade europeia". Enquanto a primeira consiste numa história de auto-afirmação e de celebração dos sucessos intelectuais e científicos, a outra é uma história de negações e de repúdios de todas as outras formas de racionalidade (Mignolo, 2006, p, 51)

Proporcionar que novos discursos sejam "ouvidos" provocaria uma mudança no pensamento das ciências sociais e em seus "clássicos", enriquecendo a teoria social. Com essa mudança, as ciências sociais passariam a ter novas perspectivas da realidade, e isso possibilitaria uma ampliação das concepções sobre as análises das sociedades contemporâneas.

Porém, um dos principais esforços dos autores decoloniais tem sido desconstruir os argumentos coloniais dos autores clássicos oriundos das grandes metrópoles e com grande reconhecimento acadêmico. A elaboração de um discurso que denuncia o imperialismo, racismo e preconceito existente na visão de autores clássicos tem sido mais presente nos textos e artigos pós-coloniais do que o trabalho de elaboração de um aparato teórico que traga a mensagem a ser transmitida pelos povos que foram alvo da dominação colonial. Construir um "corpo coerente de argumentos teóricos" é também um grande desafio dos estudos decoloniais e Knobel (2015 p. 7) corrobora com essa linha de pensamento: "E, provavelmente, esse argumento não está equivocado, pois as teorias pós-coloniais ainda são mais convincentes quanto ao trabalho "desconstrutivo" que vêm realizando do que no tocante às tentativas de construir um corpo coerente de argumentos teóricos.".

Dessa forma, as leituras de artigos relacionados aos estudos decoloniais despertam reflexões que podem dialogar com as realidades vivenciadas por comunidades brasileiras. Este pensamento se torna mais complexo quando diversas formas de dominação capitalista exercidas por grandes empreendimentos estrangeiros sofrem resistência e são contestadas por comunidades locais, demonstrando que as relações impostas pelo primeiro se distanciam da realidade sociocultural do segundo. Para exemplificar algumas dessas situações será estabelecido neste artigo uma correlação entre os conceitos sobre decolonialidade e as relações de emprego provenientes da atividade de mineração.

A atividade de mineração tem sido responsável por diversas mudanças sociais em diferentes localidades do Brasil, estabelecendo diferentes relações com as comunidades, culturas e meio ambiente presentes nessas localidades. Este fato ainda tem se agravado quando se refere a empreendimentos que se instalam em locais onde existem comunidades já estabelecidas, alterando seus modos de vida.

Cada território e cada povo, devido às suas peculiaridades, reagem de forma específica às mudanças ocasionadas pela mineração, e a descrição de pequenos fatos ocorridos em áreas de interferência dessa atividade possibilitam análises profundas sobre os interesses que permeiam o extrativismo mineral e as reações desencadeadas por aqueles que são afetados diretamente por essas intervenções.

Como sugestão de análise de impacto social, cultural e ambiental da atividade minerária através da descrição de uma realidade cotidiana vivenciada, pretende-se discorrer sobre um evento ocorrido em 2018 em uma pequena cidade do interior do Estado de Minas Gerais, Brasil. Nessa localidade a empresa mineradora tinha compromissos relativos à contratação de mão de obra local para atuar em suas atividades. Referências da própria mineradora sobre o "programa de priorização de mão de obra local" e o "programa de capacitação de mão de obra local" são encontradas no RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) de dezembro de 2016, além de estratégias de priorização contratação de mão de obra local apresentadas no PCA (Plano de Controle Ambiental) relativo ao plano de fechamento de mina de junho de 2021.

Porém, a população se demonstrava insatisfeita com as devidas contratações, apresentando constantes reclamações aos membros do poder executivo municipal, sob o argumento de que a população da cidade não estava sendo contemplada com as oportunidades de emprego na empresa mineradora que se instalara na cidade, tampouco nas empresas terceirizadas ligadas à atividade principal.

Em contrapartida, a multinacional mineradora apresentava relatórios de que atendia a elevados índices de contratação de mão de obra local, informando, inclusive, que esse número não era ainda maior devido à falta de capacitação técnica dos profissionais da região para atuar em setores específicos da empresa. Essa controvérsia originou uma reunião que se realizou no dia 08 de fevereiro de 2018, e contou com a presença de membros da câmara municipal, prefeitura, associação comercial do município e funcionários da própria empresa mineradora.

Após alguns minutos de discussão, constatou-se que a empresa, em acordo com o Órgão Licenciador Estadual, havia adotado como critério de definição de "mão de obra local" a demonstração dos possíveis contratados estarem morando no município e, dessa forma, a mera apresentação de comprovante de residência, independente do tempo de moradia, era suficiente para definir quem seria um "cidadão local".

Dessa forma, a reunião passou a ter como objetivo refletir sobre qual seria a definição de ser "cidadão local", considerando que há vários anos os partos eram transferidos para cidades vizinhas devido à ausência de uma maternidade na cidade, impossibilitando uma classificação de naturalidade através do nascimento. Um fato curioso ocorreu nesse momento de discussão, pois um dos presentes solicitou aos demais que demonstrassem seus registros de nascimento e após todos os participantes colocarem seus documentos de identidade sobre a mesa, percebeu-se que nenhum deles possuía o nome da cidade em questão como "naturalidade" (município de nascimento), apesar de todos se considerarem cidadãos daquele território.

A partir da identificação do cerne do problema, foram levantadas diversas possibilidades para se identificar o que seria um cidadão daquele município, com o objetivo de informar ao órgão licenciador uma proposta de definição do que seria "mão de obra local".

Objetivamente, a proposta final definiu critérios absolutos e relativos para conceituação de "cidadão local" com o intuito de possibilitar maior geração de emprego de "mão de obra local", já que diversas "pessoas de fora" estavam tomando espaço dos "nativos" através de uma simples locação de imóvel e apresentação de comprovantes de residência. Os critérios absolutos foram assim definidos:

Critério 1.1 – Identidade - Constar na RG ser natural da Cidade.
Critério 1.2 – Filiação - Constar na RG ou certidão de nascimento dos pais que estes são naturais da cidade

Em relação aos critérios absolutos bastaria apenas um deles para que o cidadão esteja apto a ser contratado como "mão de obra local".Os critérios relativos foram assim definidos:

Critério 2.1 – Histórico Escolar - Ter estudado na cidade.
Critério 2.2 – Casamento - Ter se casado com um cidadão ou cidadã da cidade (o cônjuge teria que pertencer às definições previstas no critério 1).
Critério 2.3 – Domicílio Eleitoral - Ter votado na cidade na última eleição
Critério 2.4 – Residência - Ter residência fixa na cidade nos últimos 5 anos.

Em relação aos critérios relativos, deverão ser atendidos pelo menos dois deles para que o cidadão esteja apto a ser contratado como "mão de obra local".

Além dos itens anteriores, fora discutido na reunião a não realização de contratações de profissionais locais de nível técnico e superior pela empresa, ficando definido que a mineradora deveria disponibilizar vagas de emprego para essas categorias. Além do compromisso de contratação de no mínimo 30% de mão de obra local, a proposta a ser apresentada ao Órgão Licenciador era que 5% das vagas de emprego seriam de nível superior e 10 % de nível técnico, sendo que estas pessoas a serem contratadas deveriam ocupar cargos na Anglo *American* compatíveis com o nível de escolaridade apresentado.

al reivindicação se refere ao fato de que a população local não ocupava cargos de chefia ou que tivessem algum poder de comando. A parte intelectual e de controle (racional) ficava a cargo da multinacional imperialista e o trabalho braçal (empírico) destinado à população local. A manutenção dessa relação buscou garantir que o povo não tivesse acesso ao conhecimento teórico e estratégico, se mantendo, assim, em situação de subalternidade. A proposta final gerou um documento com a assinatura dos participantes e foi enviada ao Órgão Licenciador no dia 14 de agosto de 2018. Porém, essa solicitação de adequação dos critérios até então estabelecidos pelo Estado para definição de "mão de obra local" não foi atendida e sequer respondida.

Como consequência da falta de satisfação por parte do órgão licenciador, a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro protocolou uma representação no TCE (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais) em 09 de outubro de 2020. Esse procedimento foi uma resposta à Auditoria Operacional número 96934 do TCE, que tinha como objetivo avaliar o desempenho municipal na fiscalização de condicionantes relativas aos impactos provenientes da atividade minerária. A representação teve como objetivo demonstrar que diversos impactos da atividade minerária eram constantemente fiscalizados pelo município, conforme determinado pelo TCE, sendo posteriormente relatados ao órgão licenciador. Porém, este último, que é responsável por exigir da empresa o cumprimento das obrigações firmadas, além de continuar inerte, não emitiu respostas aos questionamentos do município e às propostas de mudança de critérios para definição de mão de obra local.

Importante dizer que além dos demais compromissos relatados, em 05 de dezembro de 2017 fora firmado entre o Município de Conceição do Mato Dentro e a Anglo *American* um protocolo de intenções cuja obrigação prevista no item 3.1.17 dispõe que:

> A Anglo American deverá apresentar com a periodicidade trimestral, contada a partir da concessão pelo órgão ambiental competente da Licença Prévia e da Licença de Instalação da Etapa 03 do Sistema Minas – Rio, relatório contendo dados a respeito da contratação de mão de obra local em todo o Sistema Minas Rio. O relatório deverá conter dados da contratação de mão de obra advinda de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Serro. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2017, V.)

Essa obrigação de apresentação ao município dos dados sobre contratação de mão de obra local também se tornou parte da condicionante 33 da Licença Operacional do Alteamento da Barragem do Sistema Minas-Rio, conforme Parecer Único 0656948/2019 (SIAM) de 11 de outubro de 2019.

A história introdutória acima descrita tem como objetivo uma análise sobre decolonialidade, ecologia política e licença social através de um caso verídico e aparentemente pouco relevante mas que demonstra, nas entrelinhas, resquícios ainda presentes da relação de colonização; dependência econômica iminente da atividade minerária; subalternidade em relação ao Órgão Licenciador e à empresa; condições precárias às quais a classe trabalhadora tem se submetido; privação de direitos da população local; interferência da empresa em conceitos de cidadania e pertencimento do território e perda de qualidade de vida das populações que estão estabelecidas ou que se estabelecem nos locais onde a empresa mineradora opera suas atividades.

Através dos conceitos apresentados por cidadãos conceicionenses sobre critérios de identificação de "mão de obra local" pretende-se demonstrar a incapacidade de uma mineradora inglesa, que representa as grandes metrópoles, em compreender a realidade das periferias, neste caso, uma pequena cidade do interior do Brasil.

Percebe-se uma relação direta entre um discurso de "modernidade" pautado em uma ideia de desenvolvimento e progresso trazida pela atividade minerária (que movimenta relações de emprego e comércio), mas que esconde o colonialismo ali presente, através da manutenção da dominação cultural, econômica e política. Esses conceitos dialogam com as ideias de desocidentalização e decolonialidade, da forma como são entendidas por Pinto e Mignolo (2015, p. 383-384).

Além disso, percebe-se o órgão licenciador (responsável pela elaboração de pareceres técnicos e consequentemente dotado do saber científico), conjuntamente com a empresa, ao ignorar a proposta apresentada por representantes da população local para definição dos critérios acima descritos, comprova ainda mais o colonialismo presente, pois reafirma que novos discursos não serão ouvidos, principalmente quando estas falas são provenientes de comunidades consideradas como primitivas e inferiores.

Nesse mesmo sentido, Aníbal Quijano, ao discorrer sobre a colonialidade do poder reitera a importância da crítica sobre o capitalismo como forma de dominação dos povos latinos americanos, legitimada pelo pensamento eurocêntrico que era pautado na tentativa de inferiorizar a raça e cultura dos negros e índios, demonstrando que existe uma tentativa de caracterizar as culturas latino americanas como primitivas e místicas, enquanto a sociedade europeia seria dotada do saber científico e tecnológico.

> Estes elementos 'pré-modernos' destinavam-se a ser substituídos no futuro por Estados-Nação como na Europa. A Europa é civilizada. A Não Europa é primitiva. O sujeito racional é Europeu. A Não-Europa é objeto de conhecimento. Como corresponde, a ciência que estudará os Europeus chamar-se-á 'sociologia'. A que estudará os Não-Europeus chamar-se-á 'etnografia' (Quijano , 2013, p. 92)

A proposta de definição de "mão de obra local" em questão também tem como objetivo a elaboração de um aparato teórico que traga uma mensagem a ser transmitida pelo povo conceicionense que foi alvo da dominação econômico-social oriunda da atividade minerária, já que a finalidade deste artigo não é apenas desconstruir os conceitos capitalistas trazidos com a empresa mineradora europeia que legitimam a dominação sobre a população conceicionense através da promessa de emprego

Finalmente, é importante ressaltar que, apesar de se tratar de percepções sobre um caso real, acredita-se que casos semelhantes provavelmente ocorram em diversas outras regiões do Brasil e, desta forma, espera-se que essas análises contribuam de uma forma mais extensiva e abrangente.

2. Ecologia política

A atividade de mineração no município objeto deste estudo, por ter se iniciado a partir de 2008, se insere em um contexto que diverge daquele presente em outras localidades do país, justamente por ocorrer em um período recente. Em muitos processos minerários mais antigos, as cidades foram se formando no entorno dos empreendimentos que se instalavam em áreas pouco povoadas, mas, nesse caso específico, a atividade se iniciou onde existiam diversas comunidades tanto na área do empreendimento quanto em seu entorno. Desta forma, houve a disputa por empregos entre as pessoas que já viviam na região e os "imigrantes" que chegavam em busca de novas oportunidades de emprego.

A oferta de trabalho disponível também gerou outra grande mudança em relação às atividades produtivas da região, já que um grande número de trabalhadores rurais abandonaram seus locais de trabalho em troca de novas oportunidades na mineradora, trazendo à tona a discussão sobre o colonialismo presente neste processo, demonstrando que o biopoder sobre a natureza não se reflete apenas na exploração sobre os recursos naturais, mas também sobre os corpos humanos subalternos da dominação colonial.

> El proyecto moderno implicó siempre el ejercicio de un biopoder sobre la naturaleza, entendido como poder sobre los espacios físico-geográficos, los suelos y los subsuelos, los recursos naturales, flora y fauna, el aprovechamiento de las condiciones climáticas, pero también poder sobre los cuerpos humanos subalternizados por la dominación (Alimonda, 2012, p. 20)

Dessa maneira, o município passou a apresentar um panorama de total dependência da atividade de mineração devido à escassez de mão de obra no campo e a consequente diminuição das demais atividades produtivas, impedindo a diversificação econômica local.

A mineradora, a partir desse momento, se transformou na principal geradora de compensação financeira e a maior fomentadora de empregos, tornando o município "minerodependente", reforçando ainda mais o caráter colonial dessa atividade. Além disso, os recursos minerais são finitos, sendo de extrema importância que os gestores responsáveis pelo território alvo da atividade minerária desenvolvam estratégias que assegurem independência sócioeconômica no momento da exaustão desse bem não renovável.

Porém, mesmo que exista um planejamento sócioeconômico pós-extrativista, é importante esclarecer que, em relação aos empregos disponibilizados, esses não apresentam a mesma oferta durante todos os anos de atividade minerária. A maior disponibilidade de contratações se concentra durante a instalação do empreendimento, momento inicial em que ocorre a construção de sua estrutura física, sendo esta fase de curta duração. O número de empregados diminui consideravelmente durante os anos de operação da atividade, trazendo uma falsa expectativa para a população que acredita em melhorias de qualidade de vida através de estabilidade no local de trabalho:

> Además, ambas posiciones resaltan la asociación entre mega-proyectos extractivismo y trabajo, generando expectativas laborales en la población que pocas veces se cumplen, puesto que en realidad se trata de proyectos capitalintensivos y no trabajo-intensivos, tal como lo muestra de manera emblemática el caso de la minería a gran escala (Svampa, 2012, p. 10).

A redução drástica no número de contratação de mão de obra entre as fases de instalação e operação reforça ainda mais a importância da cobrança do órgão licenciador de um planejamento da mineradora em relação à contratação de mão de obra local, já que toda a desestruturação de um sistema socioeconômico existente é causado pela empresa.

Além dos problemas relacionados à oferta de empregos, a atividade de mineração trouxe transformações consideráveis no ambiente urbano e rural. Os impactos ambientais da atividade já são bastante conhecidos em todos os locais onde as empresas mineradoras se instalam, mas como foi dito anteriormente, o fato da mineração ter se estabelecido em locais onde já haviam comunidades muito próximas, gerou diversos conflitos devido a impactos que interferem na qualidade de vida da população. Diversas populações na América Latina tem resistido à exploração minerária devido ao desequilíbrio social trazido por essa atividade, principalmente no que se refere a defesa do conceito de "*buen vivir*":

> La naturaleza, vinculada por todas partes con la vida de la sociedad, fue transformada apenas en "tierra". Y con este movimiento se desarticulan equilibrios sociales constituidos durante siglos, que otorgaban sentido e identidad a los individuos, y que estaban en el fundamento de los imaginarios sociales. Este proceso, que se fue dando en todo el mundo, ha afectado, y continúa afectando, a los pueblos indígenas latinoamericanos y está presente en la resistencia campesina en defensa de sus tierras, e inclusive en los movimientos que en todos los países, a lo largo de los Andes, se oponen a la gran minería. La defensa y el respeto por la Pachamama, postulado central de la propuesta andina del "buen vivir" que recogen las recientes constituciones de Ecuador y de Bolivia, se vincula directamente con el intento de proteger y dejar fuera del mercado a la naturaleza (Alimonda, 2012, p. 8-9).

Na área rural de Conceição do Mato Dentro houve constantes denúncias da população sobre a contaminação dos córregos em consequência da construção de barragens de rejeitos da mineração; proprietários de terras alertaram sobre o secamento das nascentes em propriedades no entorno do empreendimento devido ao excesso de uso de recursos hídricos subterrâneos pela mineradora; proprietários próximos relataram rachaduras em suas casas originadas pelas explosões de dinamite usadas para extração do minério; produtores rurais informaram sobre a poeira nas plantações e piora na qualidade do ar devido ao excesso de partículas de minério na atmosfera, além do constante barulho dos motores dos enormes caminhões que trabalham dentro da mina e que incomodam bastante todos que vivem ao redor.

A sede urbana do município, mesmo estando há aproximadamente 25 quilômetros de distância do local da mina, sofreu impactos diversos. Com a chegada dos milhares de novos trabalhadores, houve um crescimento vertiginoso da cidade, de forma desordenada. O aterro sanitário não suportou o acúmulo de resíduos sólidos diários, esgotando sua capacidade antes do esperado; o hospital teve piora considerável no atendimento devido ao grande volume de novos pacientes; novos bairros, loteamentos e invasões de terras surgiram devido à grande especulação imobiliária, já que os novos trabalhadores lotaram as pousadas existentes e alugaram praticamente todas as casas disponíveis; os preços dos aluguéis e dos imóveis tiveram aumento considerável; grande parte das novas construções, ao não atender aos parâmetros urbanísticos, geraram problemas em relação à mobilidade urbana pois as ruas não foram planejadas com passeios, as casas não cumpriram as normas de afastamento das vias e das construções vizinhas, além de um processo desnecessário de verticalização das moradias; o crescimento populacional também causou falta de abastecimento de água nos bairros e escassez de redes de esgoto, causando a poluição dos córregos da cidade.

O "*buen vivir*" indica, em outros países da América Latina, a escolha em explorar atividades como o turismo e manter a biodiversidade da região prevaleceu sobre a opção de exploração desenfreada de bens primários, pois percebeu-se que a restauração do meio ambiente e a manutenção da qualidade de vida da população possuem maior importância do que o desenvolvimento econômico.

> Ecuador es sin duda el país latinoamericano en el cual se debaten más seriamente estos temas, en clave de una nueva institucionalidad ambiental, en la cual el Buen Vivir se postula como una alternativa al desarrollo convencional. A título de

> ejemplo, recordemos que la nueva Constitución (2008) enuncia los derechos de la Naturaleza, otorgándole un carácter de sujeto y estableciendo su derecho a la restauración y a ser defendida. Asimismo, a través del SENPLADES (Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo), el gobierno elaboró el Plan del Buen Vivir, 2009-2013 que propone, además del "retorno del estado", un cambio en el modelo de acumulación, más allá del primario-exportador, hacia un desarrollo endógeno, biocentrado, basado en el aprovechamiento de la biodiversidad, el conocimiento y el turismo (Svampa, 2012, p.14).

A exemplo da cidade escolhida como objeto do presente estudo, até o fim da primeira década do século XXI, antes da atividade de mineração, seu crescimento vegetativo era negativo e sua população era de 17.908 habitantes, conforme dados do censo de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Durante a instalação do empreendimento, 7932 trabalhadores foram contratados pela empresa e suas terceirizadas, conforme dados do parecer único, número 1375747/2017 SIAM (Sistema Integrado de Informação Ambiental do Estado de Minas Gerais).

O poder público foi totalmente incapaz de acompanhar o aumento populacional, considerando que nenhum município brasileiro recebe um preparo prévio para a chegada de empreendimentos desse porte e potencial poluidor. A estrutura administrativa não dispunha de corpo técnico suficiente para uma mudança tão veloz, apesar dos vultosos recursos que passaram a ser recebidos pela exploração do minério. Tornou-se necessário, e com urgência, licenciar um novo aterro sanitário e aumentar a coleta de lixo nos centros urbanos da sede e dos distritos, além da construção de um novo hospital. O número de fiscais da prefeitura não era suficiente para conter as invasões e grilagem de terras, muito menos para proteger as áreas de preservação ambiental, considerando que esses impactos ocorriam em pequena escala em um passado recente. A concessionária de saneamento que atuava na cidade não conseguiu construir as redes de água, esgoto e drenagem em tempo hábil, já que novos bairros surgiam de forma clandestina.

Todo esse panorama de completo caos apenas demonstra que o dinheiro recebido pela exploração da atividade minerária não foi suficiente para garantir qualidade de vida da população que ali vivia, e muito menos para os novos moradores e trabalhadores que chegavam.

Dessa forma, o "bem viver" passa a ter uma importância primordial nesse local devido à controvérsia existente entre uma cidade que se tornou rica em um curto espaço de tempo também se tornar cada vez mais pobre em todos os aspectos relativos à qualidade de serviços públicos. As desigualdades sociais presentes na América Latina ocorrem justamente pela exploração de nossas riquezas naturais:

> Por su parte, también en esta línea (asociado a lo que se conoce como la "enfermedad holandesa"), Acosta y Schutz reflexionaron sobre la "maldición de la abundancia". "Somos pobres porque somos ricos en recursos naturales", afirman dichos autores, (Acosta 2009, Schuldtz y Acosta, 2009) para analizar luego la conexión entre paradigma extractivista y empobrecimiento de las poblaciones, el aumento de las desigualdades; las distorsiones del aparato productivo y las depredación de los bienes naturales (Svampa, 2012, p. 8).

3. Licença social

Mesmo com a piora considerável da qualidade de vida demonstrada no item anterior, ocasionada principalmente pelo grande número de pessoas que chegaram para trabalhar na mineração, o discurso de vantajosidade em relação à atividade minerária ainda prevalece tanto nas estratégias de comunicação da empresa mineradora quanto pelas ações realizadas pelo órgão licenciador. O controle biopolítico das populações que vivem em áreas de projetos extrativistas ocorre justamente através da licença social, ou seja, por meio do convencimento

da população através de um falso discurso pautado na governança e sustentabilidade, ou até mesmo na oferta de supostas vantagens, a exemplo dos novos empregos.

> Además de ello, intervienen otros actores – especialistas, periodistas, mediadores simbólicos, entre otros-, que contribuyen a espesar la trama actoral en el proceso de "producción socio-discursiva" (Antonelli:2009), con el objeto de obtener la "licencia social" a través del convencimiento y quiebre de las comunidades. En suma, la conjunción de estos tres ejes, Desarrollo Sustentable, RSE y Gobernanza, configuran los marcos comunes del discurso dominante cuyo objetivo es la legitimación de los proyectos extractivistas, al tiempo que diseñan las bases de aceptación local de los mismos, a través de un poderoso mecanismo de control biopolítico de las poblaciones (Svampa, 2012, p. 6).

Esse controle do convencimento reflete a própria estrutura administrativa do órgão que licencia os empreendimentos minerários. Em seu corpo técnico não há profissionais competentes para realizar análises de caráter social. Talvez por isso a solicitação presente na introdução do artigo a respeito da "mão de obra local" não tenha sido respondida até os dias de hoje. A proposta de contratações de "mão de obra local" está prevista nos Planos de Controle Ambientais, mas não há "Planos de Controle Sociais". Dessa forma, as licenças de empreendimentos minerários ignoram os impactos sociais advindos da mineração. ressalta a constante violação de direitos humanos coletivos advindos do extrativismo em outras regiões da América Latina:

> Además, el extractivismo nos advierte, como ya hemos señalado, acerca del inicio de un nuevo ciclo de violaciones de derechos humanos ambientales y colectivos; derechos amparados por la normativa nacional e internacional, que incluyen aquellos de los pueblos originarios (Convención 169 de la OIT) (Svampa, 2012, p. 13).

A abordagem sobre impactos sociais da mineração normalmente demonstra a interferência sobre as pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários. Esses cidadãos, obviamente, recebem um impacto direto da atividade e merecem destaque nas análises sobre o tema. Porém, os impactos nos centros urbanos que foram citados no item interior normalmente são esquecidos pelos Órgãos Licenciadores que são responsáveis pela fiscalização e controle da atividade das mineradoras. Esses impactos, cuja origem é o crescimento desordenado da cidade devido ao grande fluxo de novos trabalhadores, deveriam ser levados em consideração no momento do Licenciamento. É de extrema importância que a elaboração de condicionantes para mitigar os impactos sociais do empreendimento se torne um assunto relevante, em complementação às compensações relativas aos impactos ambientais. A falta de interesse do Estado em criar condicionantes para mitigar os impactos sociais é tão perceptível que nos órgãos onde se analisa os processos de licenciamento não existem técnicos da área social, apenas da área ambiental. As equipes técnicas desses órgãos são compostas por biólogos, geógrafos, geólogos, engenheiros ambientais e florestais, não existindo assistentes sociais, sociólogos e antropólogos, por exemplo.

Além disso, os órgãos licenciadores do Brasil não consideram os problemas de limpeza urbana, saúde, educação, segurança pública e saneamento como impactos diretos da atividade minerária, mesmo essa atividade sendo o causador do aumento acelerado da população, e consequentemente, responsáveis pela piora na qualidade de vida das pessoas que vivem naquele local. Essa interpretação se baseia no artigo 28, §3º, do decreto 47383, de 02 de março de 2018 que dispõe:

> As condicionantes ambientais devem ser acompanhadas de fundamentação técnica por parte do órgão ambiental, que aponte a relação direta com os impactos

> ambientais da atividade ou empreendimento, identificados nos estudos requeridos no processo de licenciamento ambiental, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico, bem como ser proporcionais à magnitude desses impactos.

4. Conclusão

Apesar de todos os problemas demonstrados ao longo do texto, que comprovam a piora iminente da qualidade de vida da população, o discurso da mineradora é de que a cidade vive um grande progresso, devido à enorme geração de empregos. A promessa de novas oportunidades de trabalho mascaram os problemas sociais apresentados na área urbana e rural, e aumentam ainda mais a dependência financeira da cidade em relação à empresa mineradora multinacional estrangeira. O discurso de que a exploração é vantajosa é legitimada pela falsa criação de índices de contratação de mão de obra local, que se pautam em critérios estabelecidos pela própria empresa e pelo Estado. A população nativa acredita que será beneficiada por novas contratações, mas, na verdade, além da oferta de empregos ter curta duração, não atenderá à propostas salariais dignas, já que a capacitação dos trabalhadores locais não atende ao grau de especialização necessária para ocupar os melhores cargos, sendo esses últimos ocupados pelos trabalhadores vindos de outras localidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor. Una introducción a la ecología política latino-americana. *In*: Ramón Grosfoguel y Roberto Almanza Hernández (ed.), **Lugares descoloniales – Espacios de intervención en las Américas**. Bogotá: Editorial de la Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma ciência social. **Contemporânea – Revista de Sociologia** da UFSCar. v.2, n.2, p. 309-336, jul-dez 2012.

KNÖBEL, Wolfgang. Reconfigurações da teoria social após a hegemonia ocidental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, fev. 2015.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: Santos, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre: v 15, n.3, p. 381-402, jul-set. 2015.

QUIJANO, Aníbal. 2000 "Colonialidad del Poder, Eurocentrsismo y América latina" *In*: La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. E. Lander Comp. CLACSO. **UNESCO**, Buenos Aires, p. 33-48, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epstemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza; e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SVAMPA, Maristella. Pensar el desarrollo desde América Latina. *In*: MASSUH, Gabriela (Ed.). **Renunciar al bien común: Extractivismo y desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Mardulce, 2012. p. 17-58.

CAPÍTULO 3

DE BELO MONTE A BELO SUN: OS GRANDES PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS NA VOLTA GRANDE DO XINGU

Aline Braz dos Santos

O presente objeto de pesquisa restringe-se à *Belo Sun Mining Corporation*, empresa canadense que está protagonizando um projeto de mineração aurífera industrial na Volta Grande do Xingu; a ideia deste trabalho, contudo, é tentar nos direcionar para uma reflexão um pouco mais ampla sobre a região, a partir do entendimento de que a Volta Grande do Xingu é uma área de fronteira econômica na Amazônia paraense, em um processo protagonizado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Belo *Sun* representa, desta forma, impactos cumulativos aos da UHE de Belo Monte, reverberando consequências socioambientais a um mesmo ecossistema atingido por dois grandes empreendimentos.

A escolha de estruturação deste texto para tal exposição se dá através de uma explanação do tema – com uma breve menção a alguns autores que não foram abordados na disciplina, mas que servem teoricamente para tratar, em específico, dessa temática –, contextualizando a região na qual se dão os dois grandes projetos, alguns dos atores envolvidos, seguindo narrativa que tenta situar acontecimentos e fatos que se reverberam ao longo do processo. Posteriormente, depois de desenvolvida a temática, pretende-se abordar a questão através das óticas de Bourdieu com a conceitualização de "violência simbólica"; de Agamben com o paradigma do "estado de exceção"; e com as concepções trazidas por Quijano sobre "colonialidade".

Sendo assim, entende-se a Amazônia, na contemporaneidade, como área estratégica central para o Estado brasileiro dentro das novas configurações econômicas globais. A partir dos anos 2000, verifica-se o que muitos autores vão chamar de Consenso das *Commodities*[6], um momento em que o Brasil se encontra fortemente influenciado pelo peso adquirido pelas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, correspondente a uma alta demanda mundial por tais produtos. Essa dinâmica, além de envolver nexos do setor mineral nacional, põe em centralidade também as capacidades e os custos energéticos que possibilitam uma inserção internacional suficientemente competitiva. Além do mais, passam a endossar o omportamento de um estado rentista, contando com as rendas do extrativismo para fundos governamentais tanto a nível local como federal, em pretexto de conversão orçamentária para políticas de distribuição e desenvolvimento social nacional.

A América Latina e a Amazônia, como um todo, são encaradas globalmente como palcos férteis para o extrativismo de bases industriais, ou neoextrativismo (Svampa, 2019), fazendo com que sejam direcionados para essas regiões investimentos massivos de infraestrutura e logística. Pode-se dizer que a partir dessas dinâmicas é possível observar a configuração no século XXI de uma nova fase de acumulação capitalista, refletida nesse caso através da Amazônia brasileira em seus aspectos fundiários e de recursos naturais. David Harvey (2014) quando fala em acumulação por despossessão[7], possibilita enxergar essa região como parte dos processos de acumulação capitalista que retoma a incorporação

6 Maristella Svampa é uma socióloga argentina que se debruça sobre o entendimento deste processo no continente latino-americano, especificamente. Na construção do projeto de pesquisa, utilizam-se suas concepções sobre o Consenso das Commodities para analisar o contexto brasileiro a partir de 2003 em suas dimensões produtivas e de exportação, entendendo que houve, a partir de então, uma reprimarização da pauta agroexportadora e mudanças na dinâmica fundiária e no próprio mercado de terras, intensificadas principalmente após a crise financeira de 2008. O livro utilizado é: SVAMPA, Maristella. As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

7 David Harvey, em o Novo Imperialismo (2004), conceitua a "acumulação por espoliação", ou "acumulação por despossessão". Tal referência é utilizada no trabalho de pesquisa como matriz teórica para tratar a base da questão da nova corrida mundial por terras e por recursos naturais, um caminho que ao longo do percurso me leva até a questão da Amazônia e, mais especificamente, da Volta Grande do Xingu. Por mais que não faça parte das leituras abordadas na disciplina e da reflexão central que irá se desenvolver neste trabalho, esses conceitos são lentes que permitem observar a visão macro da questão abordada. Devidamente por isso, escolhe-se não alongar em exposições da teoria de Harvey, apenas passando por esta conceitualização como uma forma de introdução à visão sobre o tema.

de territórios como forma de absorver parte do capital sobreacumulado da economia global, principalmente em tempos de crise – se for considerar a intensificação desse processo no pós 2008. A despossessão, ou os processos de desapropriação de terras, como nomeia Michel Levien[8], é inerente a esse fenômeno, ao passo que expandem e impõem à fronteira econômica para territórios habitados que ainda não haviam sido incorporados por completo pela lógica do capital, sobrepondo-se a modos autênticos de reprodução socioespacial, como o de populações indígenas, por exemplo.

A ocupação da Amazônia pela fronteira de acumulação econômica tem sido conduzida pelo Estado brasileiro através de grandes investimentos e financiamentos estatais, com a colaboração conjunta de forte presença de capital privado e estrangeiro. O PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento) é responsável por um montante exorbitante de recursos, voltados para a instalação de projetos de infraestrutura guiados por três eixos principais: logística, mineração e geração de energia. O setor energético vê sua expansão no vetor hidrelétrico através das capacidades da bacia amazônica; os rios, para além da função de geração de energia, são vistos como importantes corredores logísticos de transporte de grãos e minerais extraídos da região, vide o Projeto Corredor Tapajós; e a mineração tem sido pauta prioritária dos projetos de governo, principalmente após 2016, quando começa-se a discutir, em níveis legislativos, a possibilidade de minerar em Terras Indígenas, devido à abundância de recursos presentes nessas regiões, mas que a Constituição Federal brasileira impede que haja a devida extração.

Sobre um mesmo território, a Volta Grande do Xingu, localizada no município de Senador José Porfírio (PA), insere-se a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o Projeto Volta Grande de mineração de ouro da empresa canadense Belo *Sun*. Por mais que correspondam a interesses distintos, – a este ponto já se deixa claro que o primeiro se trata de um empreendimento estatal, enquanto o segundo é privado, e isso tratá algumas percepções distintas sobre seus impactos e funções para com as populações atingidas – os dois projetos compartilham do mesmo interesse de expansão capitalista desenvolvimentista através da exploração do potencial de riquezas da área, além de possuírem lógicas de operacionalização semelhantes, principalmente no que tange o papel do Estado.

Belo Monte pode ser considerada a principal obra executada pelo PAC, e por mais que tenha sido um dos carros chefes do governo Dilma Rousseff, trata-se de um projeto da década de 1980, ainda durante os governos militares, intitulado de Projeto Kararaô. Por sua ocasião, ocorreu pela primeira vez o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, na cidade de Altamira (a mais impactada pela construção da UHE hoje em dia), como forma das populações locais expressarem resistência ao modelo de desenvolvimento proposto. A ideia que se defende para que as resistências indígenas e ambientalistas tenham conseguido barrar a execução do projeto à época, mas não agora, é que hoje em dia há uma coligação muito maior entre empresas privadas e estrangeiras junto ao Estado brasileiro, tanto energéticas quanto extrativistas, principalmente se for considerar o aumento da participação das regiões amazônicas e deste setor no PIB.

A barragem construída no rio a fim de criar os reservatórios para funcionamento da usina criou o conhecido Trecho de Vazão Reduzida (TVR), que diminui o nível de água do fluxo do Xingu a pelo menos 100 km rio abaixo, local onde estão situadas populações ribeirinhas e assentadas nas comunidades de Vila da Ressaca, Itatá, Garimpo do Galo, Ouro verde e Ilha da Fazenda, além de residentes das Terras Indígenas de Paquiçamba (povo Juruna/Yudjá), Arara da Volta Grande (povo Arara) e Ituna (habitada por indígenas em isolamento voluntário). O Projeto Volta Grande de extração de ouro fica localizado justamente no TVR, a apenas 10 km da TI Paquiçamba. O licenciamento para instalação e operação da

8 Michael Levien (2014) é um sociólogo que promove um diálogo sobre as ideias de despossessão e espoliação de Harvey, montando sua análise em torno do que ele chama de "regimes de desapropriação". O sociólogo complementa a teoria de Harvey dando ênfase central ao papel do Estado nos processos acima descritos, em tom, até mesmo, de uma complementaridade crítica. Perpassa-se por este autor, por ele, assim como Harvey, fazer parte do arcabouço teórico que tem sido reunido em torno da pesquisa.

mina foi concedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMA), diferentemente de Belo Monte, que foi concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). O fato de um projeto ter sido licenciado em âmbito federal e o outro em âmbito estadual coloca muitas dúvidas em torno dos processos tramitados na esfera institucional estatal.

Sendo assim, destaca-se a importância de perceber que a interação dos grandes projetos de desenvolvimento com os povos amazônicos é marcada, historicamente, pela supressão de direitos e invisibilidade dos seus modos não-capitalistas de reprodução e subsistência. A expansão da fronteira econômica de acumulação na Amazônia, e neste caso específico, no estado do Pará, acirra conflitos e disputas pelo uso dos recursos naturais entre os povos tradicionais e os empreendedores, que desde o início das obras de Belo Monte, observa-se uma quebra de regras nos processos de licenciamento ambiental e violação de uma ampla gama de direitos. Pode-se citar como exemplo o Artigo 231 da Constituição Federal do Brasil e a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que dispõem sobre direitos indígenas e de populações tradicionais. Nas duas jurisdições, os direitos foram violados com os ritos de licenciamento e, no caso de Belo Monte, com a construção[9]. Percebe-se, portanto, que a ilegalidade é o que torna possível a execução desses grandes projetos que, de um lado, existe uma lei e um sistema de controle, mas que de outro não possuem força, pois não se aplicam. Nesse caso, são os atos que adquirem força de lei, e não a lei em si, e esses, sim, possuem caráter aplicável e vinculante.

Diante do que foi exposto, desenvolve-se aqui uma reflexão dos processos de licenciamento estatal para esses dois grandes projetos a partir dos conceitos de poder e violência simbólicos de Pierre Bourdieu e de estado de exceção de Giorgio Agamben, além de uma posterior aplicação da ideia de colonialidade do poder de Aníbal Quijano. Nesses casos, a violência aplicada não se trata de uma expulsão crua e física apenas, mas sim de uma violência a nível jurídico, em que a ilegalidade se dá por atos recorrentes de suspensões da norma. Isso mostra que, ao invés de mobilizar a força do estatuto de decisão jurídica, o que impera é o estatuto da decisão política, em consonância com a força do capital econômico. Cria-se, desta forma, os territórios de exceção.

ESTADO DE EXCEÇÃO COMO PARADIGMA DE EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS NA VOLTA GRANDE DO XINGU, A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DOS ATOS DE ESTADO E A COLONIALIDADE DO PODER

Bourdieu traz para a sociologia e para todo pensamento moderno, um tipo de reflexão que combina méritos de Weber, Durkheim e Marx, a saber, respectivamente: o monopólio da violência legítima pelo Estado, a integração lógica e moral do mundo social, e a luta de classes com o aparelho da coerção a serviço da classe dominante. A partir daí, é possível perceber o autor seguindo um caminho em tentativa de desvendar o Estado nos domínios do simbólico, ou melhor, buscando a materialidade do simbólico. Para além do monopólio da violência física apontado por Weber, Bourdieu quer desnudar o Estado como âmbito do monopólio da violência física e simbólica. Para tanto, ele afirma:

9 É importante destacar que, embora a análise do texto seja tanto sobre Belo Monte quanto sobre Belo Sun, os dois projetos não se encontram em fases semelhantes. Belo Monte já teve todas suas licenças concedidas e no ano de 2019 já entrou em fase de operação plena. Belo Sun, com o Projeto Volta Grande, já adquiriu as duas primeiras licenças, Licença Prévia e Licença de Instalação, faltando ainda a última, Licença de Operação. É importante destacar também que em 2017, logo após a concessão da Licença de Instalação pela SEMA, o Ministério Público do Pará derrubou as licenças e transferiu a competência para tal ao IBAMA. Em 2019, contudo, o processo já voltou para âmbito estadual e as licenças do SEMA resgataram sua validez. Em 2022, todas as licenças da Belo Sun encontram-se suspensas.

> Parece-me que não é possível compreender verdadeiramente as relações de força fundamentais da ordem social sem que intervenha a dimensão simbólica dessas relações: se as relações de força fossem apenas relações de força físicas, militares ou mesmo econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e facílimas de inverter (Bourdieu, 2014, p. 224).

O poder político do Estado, segundo Bourdieu, apenas é possível por conta de uma crença coletiva na sua autoridade, mesmo que seja uma crença situada no inconsciente. Acho interessante mencionar o exemplo que ele cita do calendário republicano, que nos parece tão óbvio, mas que está situado numa percepção de temporalidade dentro das estruturas do tempo público, marcada por referências sociais e coletivas (Bourdieu, 2014, p. 34). Com isso, ele mostra que o Estado não está dado só por suas estruturas mais evidentes, mas também por suas formas simbólicas inconscientes, através de codificações produzidas por seus meios burocráticos. O Estado entra, aqui, como um princípio de ordem pública, determinado em princípios de consentimento. Ele existe porque acredita-se que ele existe. Bourdieu chama isso de "ilusão bem fundamentada":

> Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos – diplomas escolares, títulos profissionais ou **calendário**. De regressão em regressão, chegamos a um lugar que é fundador de tudo isso. Essa realidade misteriosa existe por seus efeitos e pela **crença coletiva em sua existência** [...]" (Bourdieu, 2014, p. 38, grifo meu).

O ponto em que pretende-se chegar aqui, é mostrar que a autoridade do Estado, da condução de suas políticas e da violação das próprias leis que os sustentam, é possível através da crença na sua autoridade para tal. A própria autoridade é simbólica, e justamente daí que surge a violência simbólica, pois a crença nessa autoridade e em seus respectivos atos confere legitimidade, ainda que haja revolta. Essa forma "universal" na qual se compõe o Estado resulta na eliminação de qualquer outra realidade, de qualquer outra forma de ser e de atuar, fazendo com as imposições sejam naturalizadas. Sendo assim, uma das formas fundamentais de reprodução da dominação pelas instituições do Estado é a violência simbólica, uma vez que a imposição de um mundo absoluto, que o Estado vem definindo como universal, serve à legitimação de uma ordem arbitrária. O interesse nacional é um desses elementos legitimadores, e a questão da energia é um bom exemplo disso, acompanhada pela ideia de desenvolvimento e de bem público. Nesse caso, tratar de projetos de energia como Belo Monte e de extração mineral como o da Belo *Sun*, que trazem em sua retórica a ideia de desenvolvimento, é tratar de violência física e simbólica o ambiente em que se situam e os povos que ali habitam. Em meio a esses processos, emergem conflitos e enfrentamentos ao posicionamento do Estado como condutor de um ponto de vista absoluto e universal.

Em torno da leitura de violência simbólica de Bourdieu, compreende-se que a chave interpretativa dos grandes projetos na Amazônia, e desses dois casos em específico, é a tese de Agamben sobre Estado de exceção. A exceção foi o paradigma de implementação de Belo Monte, e está sendo com o Projeto Volta Grande da Belo *Sun*, no sentido básico de que houve explicitamente um rompimento entre o direito público e o fato político, e a execução de uma dialética "dentro-fora", conforme aponta Agamben (2018).

Para o autor, essa questão da dialética dentro-fora se dá através de uma função que cabe ao Estado, como autoridade legítima, de distribuir inclusão, entendida como cidadania. Contudo, embora haja formalmente a inclusão, sob a retórica de que a lei é para todos, concretamente existem os que estão "de fora", colocados deliberadamente pelo próprio Estado nas zonas de exceção, ou de "anomia" (Agamben, 2018). O filósofo italiano percorre um caminho ao longo da história mundial mostrando que estas pessoas "de fora" podem

estar nas periferias, nas favelas, e em demais espaços considerados vazios em diversas regiões do planeta. O exemplo máximo disso, utilizado por Agamben, seriam os subjugados nos campos de concentração do nazismo. Aqui, entendo que as populações tradicionais que habitam o coração da Amazônia estão na zona de anomia de Agamben, sejam elas indígenas, ribeirinhas, como é no caso da Volta Grande do Xingu (Agamben, 2018).

Mostra-se, portanto, que a própria ideia de desenvolvimento está ligada aos processos de violência, que pelo aparato burocrático do próprio Estado, se faz uma violência simbólica legítima. Os processos de licenciamento, tanto de Belo Monte quanto de Belo *Sun*, se fazem o lugar da violência simbólica e da exceção. O caso de Belo *Sun* talvez possa ainda ser um pouco mais emblemático nesse sentido, pois a competência dos licenciamentos ficou nas mãos do governo estadual do Pará, através de sua secretaria de meio ambiente – a SEMA – enquanto a competência deveria ser do IBAMA, por afetar diretamente terras da União, que são as Terras Indígenas. A noção de "urgência" em fazer o projeto ser executado serviu como fundamento suficiente para passar por cima das questões; as ideias de bem-público e de desenvolvimento servem como justificativas para suspensão de uma norma, que mesmo com a ocorrência de conflitos e resistências, como observado nos casos dos grandes projetos na Amazônia, haverá garantia de sua realização.

Adentrando um pouco mais no desenvolvimento desta ideia de estado de exceção, é interessante relembrar que o autor mostra que a suspensão da norma, muito conhecida como estado de sítio, está presente na maioria das constituições republicanas como uma ferramenta a ser acionada em momentos de excepcionalidade. A questão é, quando isso passa de uma medida excepcional a algo recorrente e usual, aí tem-se o estado de exceção.

> Se exprimem uma relação com o estado de guerra que foi historicamente decisiva e ainda está presente, as noções de 'estado de sítio' e de 'lei marcial' se revelam, entretanto, inadequadas para definir a estrutura própria do fenômeno […]. O estado de exceção não é um direito especial (como o direito da guerra) mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite. (Agamben, 2018, p. 15).

Ele vem sendo cada vez mais comum e presente na política contemporânea, sendo completamente passível de coexistir com a democracia, marcado inclusive por relações próximas às insurreições e resistências, e até mesmo às guerras civis. É um dispositivo que passa a ser utilizado como técnica governamental, a qual é acumulada, ao longo do tempo, de acordo com interesses. É uma dinâmica em que o próprio Estado decide quando o direito e a norma, é aplicada igualmente para todos, ou não. O estatuto dessa decisão não deixa de ser um monopólio, assim como o da violência simbólica – nos termos de Bourdieu – também o é. Interessante também pontuar que embora a exceção seja colocada como uma zona estabelecida entre o fato e direito, o normal e caos, ele é diferente da anarquia, pois nele existe uma ordem, ainda que não seja a ordem jurídica.

A este ponto, percebe-se uma clara dinâmica de poder envolvendo povos amazônicos e autoridades políticas e econômicas, com a sobreposição de decisões e modos de atuação dos segundos aos primeiros. O modo de se obrigar, de se impor, do Estado e do capital, seja este nacional ou estrangeiro, sobre os indígenas e os ribeirinhos, reflete, como já pontuado anteriormente, a universalização de um ponto de vista absoluto e universal. Aqui, a conceitualização de "poder" exposta por Aníbal Quijano se faz ilustrativa quando ele diz que este deve ser entendido como um conjunto de relações de exploração, dominação e conflito, que começa com o poder europeu sobre os ameríndios ainda na época da colonização das Américas. Dessa forma, compreende-se as relações estabelecidas por este padrão de poder como colonialidade do poder, uma face que ainda se faz atual, e que se reflete dos processos descritos de avanço da fronteira econômica sobre a Amazônia no presente século XXI.

É interessante perceber que dentro desta dialética entre dominadores e dominados, ou conquistadores e conquistados, nos termos de Quijano, surge a ideia de "raça". A raça é um componente fundamental para compreender essa dinâmica de dominação, tendo em vista que é através dela, dessa diferença fenotípica e biológica, que as relações de dominação irão se estabelecer e, inclusive, legitimar-se.

> […] la codificación e las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en **situación natural de inferioridad** respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. (QUIJANO, 2014, p. 778, grifo meu).

A construção de uma perspectiva eurocêntrica sobre o entendimento das raças naturalizou as relações coloniais, de exploração e dominação sobre os ameríndios e, também, os negros que vieram traficados da costa africana. Dessa forma, consolidam-se padrões de superioridade e inferioridade que determinam as estruturas de poder. Para além de um conceito biológico, a raça passa para escalas sociais e políticas, e se estabelece uma zona de discriminação através do padrão de universalidade imposto pelas estruturas burocráticas do Estado. Acaba-se posicionando as raças "inferiores" nas tais zonas de anomia, como diz Agamben (2018). Os povos indígenas estão nesse limiar há cinco séculos, reproduzindo uma dinâmica de dominação, de exclusão dentro das normas jurídicas do estado nação, subjugados por interesses políticos e econômicos que fazem parte de uma organização sistêmica mundial, a do capital.

> […] todas las formas de control y de explotación del trabajo y de **control de la** producción-apropiación-distribución de productos fueron articuladas alrededor de la relación capital-salario (en adelante capital) y del **mercado mundial**. Quedaron incluidas: la esclavitud, la servidumbre, la pequeña producción mercantil, la reciprocidad y el salario. En tal ensamblaje, cada una de dichas formas de control del trabajo no era una mera extensión de sus antecedentes históricos. Todas eran histórica y sociológicamente nuevas. En primer lugar, porque fueron deliberadamente establecidas y organizadas para producir mercaderías para el mercado mundial. En segundo lugar, porque no existían sólo de manera simultánea en el mismo espacio/tiempo, sino todas y cada una articuladas al capital y a su mercado, y por ese medio entre sí. Configuraron así un nuevo patrón global de control del trabajo, a su vez un elemento fundamental de un nuevo patrón de poder, del cual eran de modo conjunto e individual dependientes histórico-estructuralmente (Quijano, 2014, p.780).

Trazer a questão de raça para a temática dos grandes empreendimentos na Volta Grande do Xingu é um ponto crucial sem o qual não seria possível compreender nem a violência simbólica e nem o estado de exceção ali naquela região, e sequer em qualquer outro lugar da Amazônia e da América Latina como um todo. Olhar para a Amazônia brasileira significa olhar para toda região da bacia amazônica como pertencente a uma mesorregião, que é o continente latino-americano, e as dinâmicas históricas de reprodução socioespacial que nele se reverberam. O componente indígena é chave nas relações de exploração de recursos naturais pelo grande capital, seja ele representado por estruturas de estados nacionais de direito ou por grandes grupos corporativos privados e transnacionais. Transformar tais espaços, como o Xingu, em regiões de uso e utilidade econômica é uma diretriz que acompanha o processo histórico latino e brasileiro, mantendo as bases da colonialidade do poder até os dias atuais. A Amazônia é, assim, apropriada, espoliada, e hegemonicamente dominada pelas fronteiras do modo de acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Girgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013

LEVIEN, Michael. **Da Acumulação Primitiva aos Regimes de Desapropriação**. Rio de Janeiro: Sociologia e Antropologia, 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Cuetiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO, O AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Natália Silva de Souza e Bruno Filipe Mendes

1. Introdução

Em outubro de 2021, a imagem de mulheres negras revirando um caminhão de lixo à procura de comida chocou o país. Esse foi um dos fatos mais marcantes da conjuntura política de um ano pautado pela morte e pela fome – de acordo com a Rede PENSSAN, 19 milhões de brasileiros conviveram com a fome em 2020. No entanto, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no mesmo ano o agronegócio bateu recordes de exportação atingindo a marca de US$120,59 bilhões, alta de 19,7% em relação ao último ano.

É fato que o agronegócio possui importância na economia brasileira, pois representa 26,6% do PIB, por exemplo. No entanto, o aumento da taxa de lucro desse setor representa mais uma das contradições do capitalismo: a produção exacerbada de alimentos em um país marcado pela fome. É a gênese do capitalismo escancarada a partir da exploração desmedida com o objetivo final de *valorizar o valor*, dinâmica financeira que nos afasta de qualquer perspectiva de ganho coletivo a partir do agronegócio. Embora seja uma contradição, esse movimento está em consonância com a continuidade da dependência político-econômica do Brasil em relação às potências econômicas globais – processo impulsionado pelo imperialismo.

O objetivo deste trabalho é apontar o impacto do imperialismo sobre a questão agrária, a partir da observação do processo de abertura para o capital estrangeiro na agropecuária. Para isso, realizaremos um levantamento bibliográfico a fim de embasar teoricamente a relação entre imperialismo, mercados globalizados e a questão agrária no Brasil; e levantamento de dados sobre os fundos financeiros e grupos estrangeiros que atuam direta ou indiretamente no agronegócio brasileiro. Como resultado, pretende-se ter a dimensão da perda de soberania sobre os preços dos alimentos e *commodities* para o mercado interno, e do impacto da entrada do capital financeiro internacional no mercado de terras e na exploração de *commodities* no Brasil.

2. Breves considerações sobre o imperalismo e o capitalismo dependente latino americano

A categoria imperialismo ganhou centralidade para o campo marxista no início do século XX a partir dos debates que buscavam compreender os novos padrões de acumulação capitalista. O debate pioneiro atribuiu diversos significados a essa categoria analítica que, embora não tenha sido formulada por Marx e Engels, foi uma das que mais influenciaram a luta comunista (Gouvêa, 2012). Em um primeiro momento, os debates entre os setores reformistas (Eduard Bernstein, John Hobson, Hilferding e Kautsky) e os setores revolucionários (Rosa Luxemburgo, Lênin, entre outros) delimitaram as diferenças entre eles[10].

O primeiro campo compreendia o imperialismo como uma deformação temporária do processo civilizatório capitalista, portanto, passível de ser superada. E o segundo, que tomamos como referencial neste trabalho, compreendia o imperialismo como um movimento

10 As disputas em torno do termo não diziam respeito apenas a uma questão teórica, mas também, à quais seriam as escolhas táticas do movimento operário (Gouvêa, 2020).

intrínseco à acumulação capitalista ou como uma fase específica de seu desenvolvimento (Del Roio, 2007). Portanto, o imperialismo é marcado pela homogeneização dos espaços políticos e econômicos do mundo pelo capitalismo, sendo assim, a materialização da forma política do capitalismo no terreno internacional do capital (Osório, 2018).

Fernandes (2021), ao debater a atualidade do imperialismo explica que o imperialismo contemporâneo é um fenômeno intrínseco à expansão desigual do mercado mundial e contratendência às crises capitalistas. Para Fernandes (2021, p. 102),

> "[...] o imperialismo é um fenômeno econômico, político, cultural e militar que atua dialeticamente como uma tendência na formação (desigual) do mercado mundial capitalista, assim como uma contratendência a suas crises, em especial à queda tendencial da taxa de lucro. Se sua essência está nas dinâmicas de transferências de (mais-)valor, sua forma se expressa através de diversos dispositivos econômicos e extraeconômicos, principalmente mediatizados pelos Estados imperialistas." (Fernandes, 2021, p. 102).

Harvey, um importante pensador britânico, é autor de *O Novo Imperialismo* (2003), livro em que reflete sobre a hegemonia dos EUA e a dominação política, econômica e militar. Nos últimos anos, ele passou a questionar a validade e atualidade do conceito imperialismo, o que suscitou um interessante debate entre autores como John Smith, Fernandes, Suwandi, Michael Roberts e o próprio Harvey.

O geógrafo britânico passou a defender a categoria de "capital global, desterritorializado, desenraizado e despersonalizado". Segundo ele, existem fluxos complexos de valor que expandem o acúmulo de riqueza e poder em uma parte do mundo em detrimento de outra. Entretanto, ele acredita que esses fluxos são mais complicados e mudam constantemente de direção, para o autor "a drenagem histórica da riqueza de leste a oeste por mais de dois séculos, por exemplo, foi amplamente revertida nos últimos trinta anos.". (Harvey, 2014, p. 52 *apud* Patnaik, 2017, p. 169 *apud* Fernandes, 2021, p. 98).

O autor também afirma que empresas chinesas e indianas exploram cobre na Zâmbia e produtores brasileiros de soja invadem terras paraguaias para expandir sua produção. Para Harvey (2014), "a rigidez da categoria de imperialismo inviabiliza um maior entendimento das novas dinâmicas de acumulação, expropriação e "destruição criadora" do capitalismo contemporâneo". O autor enfatiza que, em sua posição, o fluxo de valor está mudando para o oriente, onde se encontra grande parte das maiores economias do mundo.

Ele também cita que as classes trabalhadoras do "norte" vivem um processo de intensificação da superexploração e não se beneficiam das transferências de valor apontadas por Smith (2018) que questiona a invalidade da categoria imperialismo na contemporaneidade, que a transferência líquida de recursos de países pobres (incluindo a China) para países imperialistas em 2012 excedeu os 3 trilhões de dólares, por volta de 12% do PIB das nações pobres. Fernandes (2021) faz importantes apontamentos sobre o giro teórico de Harvey:

> A nosso ver, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey, em detrimento da do imperialismo, embora tente realçar novas complexidades e fenômenos no processo (desigual) de expansão do mercado mundial capitalista, incorre no equívoco de analisar a reprodução dessas desigualdades deslocadas dos centros econômicos, financeiros e militares. A mundialização do capital redesenhou as dinâmicas de produção, reprodução e apropriação do (mais-)valor. Harvey, por exemplo, menospreza o monopólio tecnológico de patentes, marcas e propriedade intelectual de que as grandes multinacionais sediadas em países imperialistas ainda possuem pleno domínio.
>
> [...] o processo de desindustrialização em países que estão na vanguarda tecnológica para um novo ciclo de acumulação, apesar de gerar piores condições de vida e desemprego para a população desses países, é totalmente distinto do movimento de reprimarização de economias periféricas latino-americanas, por exemplo (Fernandes, 2021, p. 101).

Assim, na década de 1880, o imperialismo passou a ser um condicionante do capitalismo, ou seja, uma questão estrutural. No entanto, isso não eliminou as velhas estruturas já existentes. Na realidade, elas apenas passaram a ser sustentadas por novas edificações. No Brasil, por exemplo, a formação do Estado Nacional ocorreu sob a égide do escravismo tardio[11], marcado pelo "cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista" (Moura, 1994, p. 53).

Além disso, após a Independência, o latifúndio não só permaneceu latente, como também foi aprofundado. A própria Lei de Terras, de 1850, foi reeditada após a abolição da escravidão, dificultando o acesso a terra por parte dos trabalhadores e fortalecendo a formação da burguesia local (Mendonça; Pereira, 2014). Portanto, o escravismo tardio e a manutenção do monopólio da terra ofereceram as bases necessárias para a formação do capitalismo dependente que, apenas após a abolição da escravidão, se tornou o modo de produção dominante, sendo fomentado e subjugado pelo imperialismo (Souza, 2019).

De acordo com Vânia Bambirra (2013), o capitalismo brasileiro se desenvolveu dentro do contexto de expansão do capitalismo mundial, nos condicionando a dependência, uma vez que, os países dominantes atuam como determinantes de quais serão os nossos parâmetros de atuação. Essa condição de dependência ocasiona o intercâmbio desigual entre as nações que resulta na transferência de valor para os países do centro. Para compensar a perda de capital, a burguesia local, através da superexploração da classe trabalhadora, produz mais-valia excedente (Marini, 1991). Portanto, a presença dos países periféricos na reprodução do capital internacional, funciona enquanto uma espécie de válvula de escape para a produção do capital excedente global (Luxemburgo, 2021).

Nesse sentido, a condição de "subdesenvolvimento" do Brasil cumpre um papel social na reprodução global capitalista. Portanto, as imperfeições existentes em nosso sistema, constituem o próprio capitalismo brasileiro e, sem essas falhas, ele sequer existiria (Fernandes, 1972). Acerca dessa contradição, desenvolveram-se estudos sobre a realidade latino-americana que tendiam para uma explicação pautada pelo dualismo entre "arcaico" e "moderno": duas sociedades conectadas, mas com dinâmicas próprias. Rodolfo Stavenhagen (2014), rebate essa perspectiva, pois ambos os pólos são resultados de um mesmo processo histórico e perduram porque representam o funcionamento de uma sociedade global. Portanto, a origem sociológica do subdesenvolvimento latino americano está no capitalismo imperialista e na sua condição de dependência (Barboza, 2018).

3. A questão agrária, o agronegócio e a continuidade da dependência econômica

Para Douglas Barboza (2018), um dos principais entraves para o desenvolvimento do país é a questão agrária, pois a dinâmica econômica, político e cultural no meio rural, impulsionam uma dinâmica perversa que bloqueia o esforço para aumentar a melhoria da qualidade de vida da população rural e sua participação política. É comum que a definição do rural e do urbano expressem a lógica do dualismo citado. No entanto, o campo não é um espaço atrasado em relação ao urbano e deve ser compreendido como parte de um processo histórico único do desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, a condição do trabalho precarizado no campo, por exemplo, é fundamental para a superexploração da mão de obra da classe trabalhadora e, por fim, para o capitalismo dependente latino americano. As relações de trabalho no campo possuem pouca ou nenhuma proteção trabalhista e esse cenário piorou com a política neoliberal intensificada a partir do golpe parlamentar de 2016. No entanto, o campo não é um espaço atrasado em

11 Clóvis Moura (1972) explica ser simplista as análises que tratam o período escravocrata como homogêneo, pois causas internas e externas ocasionaram mudanças na estrutura escravocrata que, embora pudessem ser insignificantes inicialmente, com o tempo foram ficando mais visíveis. Assim, o autor analisa dois principais momentos do modo de produção escravista brasileiro, o escravismo pleno e o tardio.

relação ao urbano e deve ser compreendido como parte de um processo histórico único do desenvolvimento capitalista.

A nossa sociedade possui bases agrícolas, no entanto, a industrialização brasileira da década de 1930 mudou essa dinâmica, pois o rural passou a ser subordinado à indústria a partir da posição de fornecedor de matérias-primas e mão de obra às cidades. Até 1980, a política de créditos impulsionou a modernização da agricultura e sua integração com a indústria – processo que intensificou o controle sobre a produção no campo (Kato, 2019).

Na década de 1990, o Consenso de Washington[12] (1989) atuou na América Latina através da desregulamentação da economia e do desmonte do Estado social. Esse processo tornou viável a emancipação do capitalismo financeiro (Amaral, 2007). No campo brasileiro, esse processo se reproduz através da modernização da agricultura e do fortalecimento da monocultura exportadora. Como explica Karina Kato:

> Durante toda a década de 1980, nossa economia passou por um período de ajuste estrutural, com a redução do Estado e a mudança das políticas públicas voltadas para a agricultura, diminuindo o crédito. Entretanto, logo as políticas de ajuste estrutural e a necessidade de equilibrar nossa balança comercial deficitária colocaram a agricultura de larga escala – que hoje conhecemos como o agronegócio – como gerador de divisas e "grande salvador" do balanço de pagamentos. Alguns autores chamam a atenção para o fato de que a dívida é uma estratégia disciplinadora, preparando o contexto para a ampliação dos mercados e o avanço da financeirização da terra (Kato, 2019, p. 2).

Dentre outras questões, a dinâmica do agronegócio é pautada pelas exigências do capitalismo financeiro, condição que aprofunda ainda mais a superexploração da força de trabalho no campo, marcada pela quase inexistência de direitos trabalhistas (Xavier, 2017). Além disso, o movimento constante de expansão do capitalismo e aprofundamento da centralização de renda, acirram a disputa por terras no Brasil. O processo de estrangeirização de terras, a ser aprofundado neste trabalho, consiste, num primeiro momento, na abertura para o capital estrangeiro comprar terras e investir no agronegócio brasileiro. O controle imperialista sobre a comercialização de alimentos e *commodities*, alinhado a esse processo de estrangeirização de terras, tem produzido impactos sobre a questão agrária e aumento dos conflitos por terra.

Um dos aspectos a ser observado e analisado neste artigo é o movimento de reprimarização da economia brasileira que trata-se de um duplo processo de desindustrialização e de direcionamento da pauta exportadora para *commodities*, resultando em uma nova acomodação da economia brasileira no mercado global. O pacto de formação da economia do agronegócio, parte importante desse processo, é analisado e descrito por Guilherme Delgado no livro *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio* (2012). Ao discutir a questão agrária face ao capital financeiro, Delgado (2012) faz uma importante observação sobre a questão agrária na obra de Kautsky:

> O centro da discussão sobre "questão agrária" situa-se na obra de Kautsky como um debate simultaneamente teórico e político sobre a superioridade econômica da grande exploração em confronto com a pequena, com as consequências desse desenvolvimento no sentido de criar, também no campo, uma relação de assalariamento crescente. Ademais, o próprio Kautsky reconhecia que, em paralelo à proletarização agrária, sobreviviam e se reproduziam as formas tipicamente camponesas de exploração agrícola, com grande significação quantitativa para a produção agrícola de sua época e uma não menos significativa e majoritária classe de camponeses, com seu peso social e político a considerar (Delgado, 2012, p. 63).

12 Termo cunhado por John Williamson para nomear uma série de reformas políticas exigidas da América Latina pelo Banco Mundial, FMI e o governo dos Estados Unidos.

No Brasil, desde o final da década de 70, há uma queda na produção de alimentos *per capita* e crescimento da produção agrícola voltada para exportação, e a crescente relação de assalariamento é absolutamente interrompida pela mecanização e o monopólio. Como resultado, vemos o crescimento da miséria e da pobreza urbana que refletem uma estrutura deficitária na demanda por fontes de calorias e proteínas. Para Delgado (2012), o problema não se trata de inviabilidade capitalista nesse tipo de produção, mas sim de ausência de política de Estado para a questão nutricional e a questão da produção de alimentos.

A produção de alimentos como arroz, feijão, mandioca, milho e batata, no Brasil, é majoritariamente camponesa, tratando-se de pequenas propriedades de até 200 hectares que empregam 87,92% da população rural (IBGE, 2006). Já a monocultura de soja e a pecuária, têm a maior parte de sua produção voltada para exportação e ocupa a maior parte área agricultável do país, 180 milhões de hectares, enquanto a pequena produção ocupa 100 milhões de hectares (IBGE, 2006).

O Brasil possui 851 milhões de hectares, e quase 10% desse total (77 milhões de hectares) são terras em situação de conflito (CPT, 2021). 41,3% do território brasileiro, aproximadamente 351[13] milhões de hectares, é utilizado pela agropecuária. A área de pastagens ocupa 160 milhões de hectares. A área de lavouras, 62 milhões de hectares (IBGE, 2017), atingirá 85 milhões de hectares em 2028, segundo projeções do governo. As estatísticas refletem a desigualdade no acesso à terra: 2,5 milhões de propriedades com menos de 10 hectares, ocupam 7 milhões de hectares, enquanto 51 mil propriedades com mais de mil hectares, ocupam 167 milhões de hectares (IBGE, 2017).

Como afirma Delgado (2012, p. 67), o capital financeiro possui influência determinante por conta da centralidade do crédito agrícola para a pequena, média e grande produção. Os pequenos proprietários de terra são excluídos e rejeitados pelo capital e pelas políticas públicas – isso desencadeia aumento da violência no campo. Ao passo que os juros reivindicam parcela crescente do lucro agrícola dos pequenos produtores, a maior parte do crédito agrícola subsidiado no Brasil vai para grandes proprietários, que passam a ter um sistema de crédito consolidado a partir dos anos 2000, e possui demanda crescente e uma estrutura de demanda relativamente estável, sobretudo por conta da dimensão que passa a ter as exportações de soja e proteína animal para a China, país em desenvolvimento, que concentra aproximadamente 21% da população mundial, com taxas estáveis de crescimento econômico e que representa a maior parcela dessa demanda crescente.

O objetivo deste tópico passa por identificar a relação do imperialismo, observado na pressão para que sejam atendidas demandas de interesses econômicos de países estrangeiros no Brasil, tais como: as mudanças institucionais que possibilitaram a compra de terras por grupos econômicos estrangeiros, inclusive para especulação; e a política contínua de buscar influenciar e determinar a política ambiental do Brasil, no sentido de viabilizar ou inviabilizar determinados temas sensíveis – a partir da obra de Nazira Camely, que faz uma crítica à esquerda às ONGs, enquanto satélites do imperialismo.

Antes de aprofundar no objetivo do artigo, faremos um resumo do processo de formação do agronegócio, para se ter a dimensão do que se trata esse termo, que se convencionou usar para se referir às cadeias produtivas agroindustriais e que tem tomado dimensão mais ampla pela diversidade dos atores que investem na produção agropecuária voltada para exportação e compram terra por especulação.

O papel central do Estado, exercendo funções bancárias para o financiamento da produção agropecuária e do aumento das expectativas sobre a produção, é observado por Delgado (2012), que analisa em profundidade as transformações cíclicas entre 1965 e 2012, período que compreende o auge do capital financeiro na agricultura, a crise de financiamento, o período de transição e o pacto de economia política do agronegócio.

13 De 1985 até 2000, há uma redução da área utilizada pela agropecuária (IBGE, 2017), identificada no período de crise de financiamento e transição.

O primeiro período histórico considerado por Delgado engloba a chamada modernização conservadora (1965-1985), que tem início com o sufocamento da luta pela reforma agrária a partir do golpe empresarial-militar de 1964 e consiste basicamente na reciclagem e reorientação dos mecanismos de regulação e financiamento da agricultura criados na era Vargas, sobretudo os institutos por produto e da criação de um modelo de financiamento mais robusto via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), capaz de induzir a expansão da produtividade das grandes propriedades, que tiveram incremento de mecanização em larga escala[14]. Nesse período, ocorre a integração técnica entre agropecuária e indústria, aumentando a lucratividade sistêmica de ambos os setores (Delgado, 2012). A política agrícola era voltada para a desoneração dos riscos produtivos e ao incentivo à integração técnica com a indústria. Predominava ainda a concepção funcionalista do desenvolvimento rural (Embrapa, SNCR etc) e a arquitetura institucional da era Vargas – institutos por produto e políticas subsetoriais (Delgado, 2012, p. 15).

O crescimento econômico, observado até 1981, é interrompido pela grave crise cambial que ocorre em 1982, que leva à estagnação o modelo de desenvolvimento por substituição de importações e a elevados déficits nas "transações externas". Como reação à crise cambial, são tomadas medidas de "ajuste econômico" sem pretensão de estratégia de longo prazo, mas que configuram embrião do apelo à exportação de *commodities* que vem a se consolidar nos anos 2000 com o projeto da economia do agronegócio e a forte reprimarização das exportações (Delgado, 2012, p. 77). Somado a isso, a promulgação da Constituição de 1988 – marcada pelo lobby da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. A FAAB, que aglutinava os interesses do setor e influenciou a "nova institucionalidade" que se construía após o regime militar (Lerrer, 2020, p. 274), altera as condições políticas e jurídicas sob as quais se apoiaram as políticas agrícolas e agrárias do regime militar, somadas as reformas neoliberais nos anos 1990 nas políticas agrícolas que abriram abruptamente o mercado para o comércio exterior, ao passo que foram desconstruídas estruturas de incentivo produtivo e comercial.

A crise econômica e cambial de 1998 e 1999 e o desmonte de estruturas de apoio à produção agrícola e políticas públicas, marcam o período de transição entre dois projetos de economia política, o da "modernização conservadora" (1965-1985) e o da economia do agronegócio, consolidado nos anos 2000 e vigente até hoje. O período de transição está historicamente situado entre as graves crises cambiais de 1982 e 1998/1999. No segundo mandato de Cardoso (1998-2002), a estratégia de ajuste do elevado endividamento externo adotada foi priorizar o setor primário – *commodities* – na pauta exportadora (Delgado, 2012).

O termo "agronegócio" deriva do inglês *Agribusiness*, noção descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas, antes, durante e depois da produção agropecuária, e cuja soma constitui novo setor econômico (Delgado, 2012, p. 89). Portanto, agronegócio é apenas um termo técnico insuficiente para compreender a essência das relações que se dão nesse setor e em função dele, mas que é empregado amplamente para designar a associação entre agroindústria e grande propriedade fundiária, o pacto de economia política do agronegócio e a centralidade do setor para os principais atores influenciadores do processo decisório na política institucional.

A associação entre agroindústria e grande propriedade fundiária, conforme Delgado (1985, 2012), caracteriza o agronegócio no Brasil e realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, com subsídio estatal. O pontapé do relançamento é dado com um conjunto de medidas do segundo governo de Cardoso, que refletiram também o abandono da reforma agrária: (1) programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, visando a incorporação de novos territórios, meios de transporte de carga e corredores comerciais ao agronegócio; (2) fortalecimento da Embrapa e vínculo entre pesquisa subsidiada com empresas multinacionais do agronegócio; (3) regulação frouxa do mercado de terras e inércia diante de terras que declaradamente não cumprem

14 A frota de tratores de quatro rodas vai de 8.372 em 1950 para 545.205 em 1980 (Delgado, 2012, p.17).

função social, abrindo caminho para grilagem de terras devolutas; (4) mudança na política cambial, que eliminou a valorização artificial do real e tornou a economia do agronegócio mais competitiva, com maior potencial de exportação; (5) reativação do crédito rural nos planos de safra, intensificado nos dois governos de Lula (Delgado, 2012, p. 94).

No decorrer dos anos 2000, foi registrado crescimento elevado das exportações primárias e semi-elaboradas, e uma redução das exportações de manufaturados, paralelamente também ocorreu a valorização do preço da terra nacionalmente. A receptividade do mercado externo às *commodities* e a rápida expansão da economia chinesa aceleram o aumento de exportações primárias do Brasil. Entretanto, percebe-se na crise de 2008 que a reprimarização das exportações brasileiras é insuficiente para suprir o déficit nas "transações externas" de maneira sustentável e estrutural. Esse modelo de expansão puxada pelo setor externo que conduz à especialização primário-exportadora, gera um processo vicioso de crescimento econômico, além de limitar fortemente o desenvolvimento econômico e social de um país industrializado com 80% da população urbana (Delgado, 2012, 2013).

Delgado aponta cinco grandes elementos a partir dos quais a hegemonia do agronegócio foi construída, impactando, também, a atuação do poder Judiciário pelo campo da cultura institucional e da cooptação pelo poder econômico:

> Uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais; uma Associação de Agrobusiness (Abag e CNA), ativa para mover os aparatos de propaganda para ideologizar o agronegócio na percepção popular; um grupo de mídias - imprensa, rádio e TV nacionais e locais, sistematicamente identificado com a formação ideológica explícita do agronegócio; uma burocracia (SNCR) ativa na expansão do crédito público (produtivo e comercial), acrescido de uma ação específica para expandir e centralizar capitais às ideias do agronegócio (BNDES); uma operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (Incra, Ibama e Funai), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e de demarcação e identificação da terra indígena; uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico (Delgado, 2013, p. 61).

O fenômeno da alta rentabilidade da produção de *commodities* agrícolas e da especulação da terra desencadeou uma forte demanda de grupos econômicos por grandes propriedades de terras no sul global. No Brasil, grupos nacionais e estrangeiros têm um quantitativo cada vez maior de terras para especulação e para produção, um processo que têm provocado aumento no quantitativo de conflitos por terra, e acirrando uma questão agrária que nunca foi resolvida. Os números saltam de 8 milhões de hectares de terras em conflito em 2014 para 77 milhões de hectares de terras em conflito em 2020 (CPT, 2021).

Oliveira (2016) fala sobre o processo de mundialização da agricultura brasileira, como um avanço da captura da renda da terra pautada pelos preços e demandas internacionais. A estagnação e queda da produção de alimentos é um reflexo da expansão desenfreada da produção de soja e cana-de-açúcar, levando-se em conta também a renda urbana *per capita* e crescimento da pobreza e miséria urbana, que afeta o consumo de alimentos *per capita*. O direcionamento da política agrícola, mesmo que parcialmente, para a produção de alimentos, poderia acarretar em redução de preços e melhoria na questão nutricional. O ideário neoliberal, que nasce de uma estratégia de política externa imperialista a partir do Consenso de Washington, tem forte impacto nessa realidade:

> Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição

> das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, [...] não se fala mais de soberania alimentar, mas sim de segurança alimentar. Em terceiro lugar, as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado o regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais (Oliveira, 2016, p. 123).

Conforme Oliveira (2016), a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Oliveira ressalta, também, o papel das bolsas de mercadorias e futuro que passam a ser o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. A principal bolsa mundial de comercialização de alimentos é a Bolsa de Chicago pertencente ao CME Group e que detém o principal e mais diversificado mercado de derivativos do mundo – por meio dos quais são formados os preços do trigo, do milho, da soja, do óleo de soja, do farelo de soja, da carne bovina, carne suína, dentre outras. Na Bolsa de Nova Iorque se dão as cotações do café, cacau, suco de laranja, dentre outras (Oliveira, 2016, p. 124). Segundo Oliveira (2016, p. 125, 126), existem quatro empresas que controlam, praticamente, todo o mercado de alimentos no mundo: a *Cargill* (EUA), que atua fortemente no Brasil; a *ADM - Archer Daniels Midland Company* (EUA); a *Bunge* (holandesa, hoje com sede em Nova Iorque), que também atua no Brasil; e o *Louis Dreyfus Group*, conglomerado francês.

Esses monopólios atuam sobre o controle da propriedade da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Passa-se a deixar de ocorrer a distinção entre proprietário da terra, o capital agrícola, do capital industrial, assim como do capital financeiro (Oliveira, 2016, p. 127). Na safra brasileira de 2012/13 de cana-de-açúcar moída, os grupos controlados pelo capital estrangeiro detiveram 18,8% da produção. Quando somados ao total dos grupos estrangeiros que possuem participações majoritárias, minoritárias e controle total, esse número chega a 34,8%, ficando 65,2% do lucro sob controle de grupos nacionais entre 2012 e 2013. Oliveira (2016, p. 135) alerta para a necessidade de se diferenciar a presença do capital destrangeiro do controle da gestão das empresas. É um setor do agronegócio que demonstra crescente desnacionalização, mesmo que essa esteja limitada pela legislação. Assim, a internacionalização é acompanhada pela concentração do capital e crescimento da dimensão dos monopólios.

Convencionou-se chamar de "land grabbing" o processo de corrida por terras férteis no sul global. O termo pode ser traduzido como "estrangeirização de terras" e, segundo Castro *et al* (2017, p. 75), faz parte de processos mais amplos de internacionalização. São processos de apropriação por diversos mecanismos que vão de investimentos feitos por estrangeiros como compra, *leasing* e arrendamento às mudanças legais que rompem com as fronteiras nacionais. Nesse processo de apropriação, busca-se o controle sobre terras e recursos da terra, alienando-os para propósitos externos. A estrangeirização de terras é um fenômeno inserido no novo ciclo de expansão do capital e está alinhada com o avanço das fronteiras agrícolas, impactando nos preços das terras, gerando aumento de conflitos por terra e da violência no campo (Castro et al, 2017, p. 76).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro. Disso resulta a regulação da aquisição e o arrendamento de propriedade rural por estrangeiros. Diversos instrumentos infraconstitucionais se referem à validade, limites e tipo de controle sobre a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. Castro *et al* (2017) realizou uma sistematização da ordem cronológica desse quadro normativo nas últimas décadas a partir da Lei nº 5.709, de 1971;

Lei nº 6.634, de 1979; Decreto nº 85.064, de 1980; Lei nº 10.267, de 2001; Decreto nº 4.449, de 2002; e Decreto nº 5.570, de 2005.

A promulgação da Lei nº 13.178, de outubro de 2015, ao lado do PL 2.289 e do Decreto 9.142, de 2017, constituem exemplos de mudanças legais que permitem a internacionalização de terras. Trata-se da ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas em faixas de fronteira. (Castro *et al*, 2017, p. 82). Segundo Oliveira (2010), na ditadura militar ao final dos anos 1960, mais de 20 milhões de hectares de terras foram vendidas a estrangeiros, a maioria delas na Amazônia, a ponto de identificar uma suposta tentativa de constituição de um cordão de propriedades, isolando a região do resto do país.

No governo de Cardoso, removeram-se uma série de obstáculos legais para a livre circulação do capital estrangeiro no Brasil. Revogou-se, através da Emenda Constitucional nº 06, parágrafo do artigo 171 da Constituição que distinguia pessoa jurídica de capital nacional e de capital estrangeiro, no tocante ao acesso à terra. Essa desregulamentação foi parcialmente revertida em 2010, quando tornou-se a reconhecer limites quantitativos, restringindo a compra de terras por estrangeiros a cinco mil hectares e a soma das terras a 25% da área total do município (Castro *et al*, 2017, p. 84). Contudo, há que se pontuar a observação de Sauer e Leite (2012. p. 521), que atentam para a discrepância entre a publicação da lei e sua efetividade:

> [...] existe uma distância entre a edição de uma lei (ou parecer) e sua efetividade. Concretamente, o Incra não dispõe de mecanismos eficazes de fiscalização e os cartórios locais não são compelidos a prestar tais informações (sem considerar que muitos, mesmo sob intervenção, continuam operando normalmente, colocando em dúvida o real alcance do dispositivo legal em tela (Sauer; Leite, 2012, p. 521).

As referidas mudanças institucionais e de legislação tem origem, na maioria das vezes, na Frente Parlamentar da Agropecuária, centro da discussão desses temas no Congresso Nacional. Como afirma Regina Bruno (2021), a FPA converteu-se em campo de disputa entre petistas e ruralistas dentro do parlamento e da política institucional durante os governos petistas. Para Castro *et al* (2017, p. 88), essas repercussões mostram que, se de um lado a estrangeirização da terra virou uma questão geopolítica, para as categorias sociais reaviva demandas históricas, reivindicações por direitos fundamentais e a construção de identidades sociais no campo. Dessa forma, a questão agrária converte-se também em questão geopolítica.

Segundo Nazira Camely (2009), ONGs de países imperialistas atuam, em grande medida, como satélites do imperialismo que tem como objetivo se apropriar de recursos naturais da Amazônia, bem como de grandes extensões de terra. De acordo com Camely:

> As três grandes ONGs da conservação, CI, WWF e TNC apresentam valores elevados para o financiamento de suas atividades na Amazônia brasileira, totalizando US $7,8 milhões para o ano de 2002, conforme os dados de Anderson, A. & Bray, D. (2005, p.60). Seus principais financiadores são a USAID, WWF Internacional e Fundação Moore, que tem suas estratégias de atuação definidas pelo principal órgão do imperialismo, e também principal articulador das políticas ambientais, a USAID. As atividades destas grandes ONGs na Amazônia estão em consonância com os objetivos de conservação da biodiversidade dos projetos vindos de fora, das quais são executoras. Ao focarem na política de delimitação de áreas de proteção ambiental (integral e de uso restrito) tem como principal consequência a expulsão de populações camponesas da Amazônia. Esta política também tem resultado em graves problemas em outras regiões do mundo. Segundo Dowie (2006) as políticas ambientais definidas para os países ricos em biodiversidade acarretaram na desapropriação de terras de mais de 14 milhões de pessoas no mundo (Camely, 2009, p. 136).

As ONGs pesquisadas por Camely (2009, p. 145) denominam de parceiras organizações que, do ponto de vista de uma sociedade de classes, têm interesses diversos e até antagônicos aos dos camponeses, pequenos agricultores, ribeirinhos, indígenas e demais populações-alvo dos projetos ambientalistas. Uma estratégia perversa desenvolvida pelo governo dos EUA, via USAID e por grandes ONGs da conservação ambiental, tem sido a troca de títulos de dívida externa por áreas de proteção ambiental nos países endividados e ricos em biodiversidade (Camely, 2009, p. 116).

As considerações feitas por Camely (2009) são relevantes para pensarmos alternativas frente ao agronegócio. Além do fortalecimento da agroecologia e agricultura familiar, por exemplo, é necessária uma mobilização popular que drible as movimentações políticas dirigidas por ONG's que representam os interesses do imperialismo. Isso é importante, pois embora não tenhamos focado nesse eixo, a questão agrária não trata apenas da concentração de terras, mas também das lutas políticas emplacadas pelos camponeses nas últimas décadas. São esses os caminhos que devem ser retomados para que essas questões estruturais sejam enfrentadas pela classe trabalhadora brasileira. Esperamos que os dados levantados nesse trabalho auxiliem na compreensão dessa realidade a fim de transformá-la.

4. Conclusão

Buscou-se neste trabalho realizar uma revisão bibliográfica acerca dos temas imperialismo, agronegócio e questão agrária no Brasil, tendo em vista enfatizar dois pontos principais que buscam explorar: a entrada do imperialismo a partir da estrangeirização de terras, buscando extrair lucro da renda da terra pela especulação e pela produção de *commodities*, impactando na produção de alimentos e gerando conflitos por terra; e a entrada do imperialismo a partir de ONGs, que atuam no Brasil como satélites da política externa de países imperialistas.

Foi realizada uma contextualização sobre o debate da categoria de imperialismo nas últimas décadas, bem como sobre a formação do que se convencionou chamar de agronegócio. A discussão sobre imperialismo culminou no debate sobre a reprimarização das economias latino-americanas, processo impulsionado pelo capital estrangeiro e pelo pacto de economia política da economia do agronegócio, descrito por Delgado (2012). Dentro desse contexto, é possível compreender melhor a pressão pela liberalização da estrangeirização de terras e também como essas pressões se dão. Da mesma forma, é possível compreender a partir da tese de Camely (2009), sobre a Geopolítica do Ambientalismo, os instrumentos e discursos utilizados para influenciar a gestão de florestas tropicais no sul global, bem como para capturar e gerir grandes extensões de terras e recursos naturais.

É evidente que não foi possível esgotar o tema. Contudo, foi realizada uma revisão bibliográfica que traz à tona diferentes facetas do imperialismo como os investimentos em setores do agronegócio e compra de terras por estrangeiros, que refletem uma importante questão geopolítica de soberania e autonomia sobre a política agrícola e alimentar, bem como a atuação de ONGs de maneira escamoteada, visando controlar grandes extensões de terra e determinar a política ambiental do Brasil e do sul global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Anthony B; BRAY, David Barton. **Global Conservation NonGovernmental Organizations & Local Communitie:** Perspectives on Programs and Project Implementation in Latin America. Miami: Latin American and Caribbean Center (LACC), Florida International University, 2005.

ANDERSON, Perry *et al*. **Balanço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino Americano**. Florianópolis: Insular. 2013.

BARBOZA, Douglas Ribeiro. Imperialismo e questão agrária no brasil: ilusões desenvolvimentistas e dominação externa por dentro. *In*: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Anais** [...].Vitória, 2018, v. 16, n. 1, p. 1-17.

BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária: campo de disputa entre petistas e ruralistas no Congresso Nacional. **Revista ESTUDOS Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 461-502, 2021.

CAMELY, Nazira. **Geopolítica do Ambientalismo**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=175803. Acesso em: 4 dez. 2021.

CASTRO, Luís Felipe P.; HERSHAW, Eva; SAUER, Sérgio. Estrangeirização e Internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Revista Estudos Internacionais, Belo horizonte**, v. 5, n. 2, p. 74-102, 2017.

CPT, Comissão Pastoral da Terra - **Relatório Conflitos no Campo Brasil**, 2021.

DELGADO, Guilherme. **Do "capital financeiro na agricultura" à Economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme. Economia do Agronegócio (Anos 2000) como Pacto de Poder com os Donos da Terra. **Reforma Agrária**, Campinas, ed. especial, p. 61-68, jul. 2013.

DEL ROIO, Marcos. Breve nota sobre a teoria do imperialismo. **Novos Rumos/UNESP**, Marília-SP, Ano 22, nº 47, p. 33-39, 2007.

DOWIE, Mark. **Os refugiados da conservação. Tradução de Antonio Carlos Diegues**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FAGUNDES, Lucas Machado; CACIATORI, Emanuela Gava. A Dependência Econômica Brasileira: Entre o caso das commodities, a financeirização do capitalismo, a desindustrialização e a reprimarização da economia. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas,** Santo Ângelo, v. 20, n. 38, p. 207-229, 23 jul. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, São Paulo, v. 93, p. 9-17, 1999.

FERNANDES, Luis Eduardo. Imperialismo Tardio: notas sobre o seu debate recente. **Revista Fim do Mundo**, Fortaleza, n. 6, set/dez. 2021.

GOUVEA, Marina Machado. Gênese e estrutura de Imperialismo, fase superior do capitalismo, de Lênin. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 21-34, 2020.

GOUVÊA, Marina Machado de Magalhães. **Imperialismo:** aproximações ao debate marxista sobre a caracterização do capitalismo na virada do século XX. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário:** resultados definitivos de 2017. BRASÍLIA: IBGE, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos** de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. BRASÍLIA: IBGE, 2010.

KATO, Karina. Financeirização da terra: campo-cidade hoje e o conceito de bem viver. **Instituto PACS**, Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019. Disponível em: https://pacsinstituto.medium.com/financeiriza%C3%A7%C3%A3o-da-terra-campo-cidade-hoje-e-o-conceito-de-bem-viver-e8a10f4dda30 Acesso em: 4 dez. 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2022.

LERRER, Débora. Revista Agroanalysis: a trajetória de afirmação do "agronegócio" e de consagração de seus agentes. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 1 p. 273-304, jan.–abr. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. México: Ediciones Era, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OSORIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018, p. 41-76.

PATNAIK, Utsa. **A Theory of Imperialism**. New York: Columbia Press, 2017.
SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul. 2012.

SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century:** globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 159-169, 2014.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1694-1713, 2018.

XAVIER, Glauber Lopes. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 147-160, 2017.

CAPÍTULO 5

ECOLOGIA POLÍTICA E A SOBERANIA ALIMENTAR PARA ALÉM DO EXTRATIVISMO

Mariana Fernandes e Beatriz Alves

Introdução

Ao longo dos anos, novos ciclos de conflituosidade marcaram o continente latino-americano. Desde os processos de colonização, a América Latina apresenta um cenário de contradições e disputas, em que diferentes caminhos civilizatórios são pleiteados. Se por um lado, modelos de desenvolvimento baseados no extrativismo são impostos de maneira universal, reconfigurando negativamente territórios e economias e gerando cada vez mais dependência, por outro, movimentos sociais e político-intelectuais apresentam alternativas aos eixos civilizatórios, articulando aspectos de soberania com distintas concepções de apropriação da natureza.

No campo político-intelectual, a Ecologia Política surge como disciplina de reflexão crítica ao passo que se desenvolve como importante espaço de articulação política, no qual as relações de poder desiguais que configuram a intersecção entre meio ambiente e sociedade serão problematizadas. No âmbito dos movimentos sociais, a América Latina destaca-se como espaço de gestação de diversas organizações e grupos históricos dispostos a lutar em prol de suas próprias convicções sobre o destino do território. Em um cenário marcado por processos políticos de disputa de poder constante, esses movimentos irão exercer papel central no debate sobre as transformações impostas ao meio ambiente e suas implicações políticas.

Nesse contexto, os debates que relacionam a questão alimentar com os modelos produtivistas ganharão destaque no continente. Em contraposição ao modelo produtivista extrativista, movimentos por soberania alimentar irão apresentar alternativas aos padrões impostos e demonstrarão a possibilidade de outras concepções de relação com o meio ambiente, compreendendo os sistemas agroalimentares de maneira articulada aos conflitos que envolvem os complexos processos de desenvolvimento.

Dessa forma, compreendendo que o debate entre extrativismo e soberania alimentar ocorre no âmbito da Ecologia Política, pretende-se, neste artigo, apresentar uma reflexão sobre os modelos em disputa no contexto latino-americano e como a soberania alimentar pode ser compreendida como alternativa aos padrões estabelecidos para o continente. As questões orientadoras do trabalho foram: como compreender a Ecologia Política na América Latina? Que modelos produtivos estão em disputa no continente? Como os movimentos por soberania alimentar podem ser entendidos como alternativa ao modelo extrativista?

Para desenvolver tais apontamentos, este estudo divide-se em mais quatro seções. Na seção seguinte, apresenta-se a noção da Ecologia Política no contexto latino-americano a partir da literatura sobre o tema. Em seguida, serão apresentados aspectos sobre o extrativismo produtivista e sua relação com a questão alimentar. Na seção três, o conceito de soberania alimentar será analisado como via alternativa para a questão alimentar. Na última seção, serão apresentadas as considerações finais sobre a reflexão pretendida. Longe de exaurir todas as questões que envolvem o tema, o presente artigo procura contribuir para o debate que envolve a questão alimentar na América Latina, de modo a elucidar que há alternativas para além do extrativismo.

1. A noção de ecologia política no contexto latino-americano

Originariamente, a Ecologia Política surge em meados da década de 1970 a partir de reflexões críticas e em oposição aos movimentos conservadores e neomalthusianos a

respeito dos limites dos modelos de desenvolvimento industrial. Posteriormente, com o surgimento de novos desafios teóricos e práticos relacionados ao campo da ecologia, geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais chegaram à conclusão que não era possível entender os problemas que emergiram sem considerar as dimensões analíticas propriamente políticas (Alimonda, 2014; Martínez-Alier, 2018; Watts, 2015).

Nesse sentido, a ecologia foi se tornando política ao passo que incorporava questionamentos sobre as vontades de poder exercidas sobre a natureza, pelos processos de apropriação guiados por valores e interesses distintos e muitas vezes contrapostos e pela maneira como estes se diferenciam ao entender as transformações impostas ao meio ambiente (Leff, 2017). Ao se desenvolver como um campo acadêmico interdisciplinar, a Ecologia Política se consolida a partir da ideia de que a degradação ambiental é uma questão econômica-política, e não apolítica (Robbins, 2012).

Para os pesquisadores desse campo, os assuntos referentes ao meio ambiente não são questões isoladas dos processos políticos, pelo contrário, como aponta Martínez-Alier (2018), no centro da Ecologia Política encontra-se o debate a respeito das relações de poder desiguais que se configuram na intersecção entre meio ambiente e sociedade. Segundo esse autor, portanto,

> A Ecologia Política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos (Martínez-Alier, 2018, p. 113).

Diferentemente de outras abordagens, por considerar que as estruturas sociais e a utilização do meio ambiente estão entrelaçadas de muitas maneiras, a Ecologia Política evidencia o papel de uma complexa rede de atores na composição dos conflitos ambientais. E, dessa maneira, internaliza os estudos desses conflitos em sua investigação, entendendo "que os movimentos sociais nascidos de semelhantes conflitos ecológicos procuram equilibrar uma balança de poder, hoje em dia tão inclinada em favor de empresas multinacionais" (Martínez-Alier, 2018, p. 356).

O campo se desenvolve a partir da realidade de diferentes atores políticos, sobretudo dos movimentos sociais, a partir da análise de distintas concepções e formas de apropriação da natureza. Sob essa lente, as diferentes estratégias de apropriação da natureza em distintos contextos ecológicos, sejam culturais ou capitalistas, geram processos ecológicos politizados que são resultado de estratégias de poder (Leff, 2017).

Desse ponto de vista, "o enfrentamento entre o crescimento econômico, a iniquidade e a degradação ambiental deve ser analisado nos marcos das relações de poder" (Martínez-Alier, 2018, p. 356). Como aponta Billon (2015), além de centralizar seu campo de análise a partir dos conflitos entre essa rede de diferentes atores, a Ecologia Política os apresenta não como um ponto negativo, mas sim a partir do seu potencial de mudança das estruturas desiguais de poder.

Os conflitos de distribuição ecológica apontados por Martínez-Alier existem em diferentes economias, culturas e formas de conhecimento, e obviamente, em ecossistemas. E, em muitos casos, os grupos locais se envolvem em lutas contra forças hegemônicas para defender seu lugar (Escobar, 2011). Como resultado, a Ecologia Política constantemente dialoga com outras chaves de análise crítica, como o marxismo, os estudos sobre colonialidade e imperialismo, a justiça ambiental, os movimentos por alternativas ao desenvolvimento, dentre outros – característica essa que se dá de forma ainda mais evidente no contexto latino-americano.

Como aponta Leff (2015), é na América Latina que o desenvolvimento da Ecologia Política para além de uma disciplina acadêmica irá se consolidar. Por ser um terreno fértil de pensamento sobre como as relações de poder influenciam os processos ligados às questões ambientais, sobretudo aquelas territoriais, a Ecologia Política latino-americana nasce da emancipação da colonialidade do conhecimento e de uma conexão mais direta e estreita sobre as formas de compreensão dos povos que foram sujeitados aos processos de colonização.

Em mesmo grau, dadas as particularidades do processo de evolução do capitalismo neste território, a Ecologia Política e os movimentos emancipatórios serão construídos em um contexto de defesa contra a dependência e as imposições dos mercados externos. Como demonstra Fernandes (1975), esse processo foi induzido e condicionado pelas influências externas, marcados por um sistema de acumulação dual e apropriação repartida do excedente econômico nacional, a partir da lógica do capitalismo dependente.

Portanto, a Ecologia Política latino-americana, assim como o projeto de soberania alimentar estudado mais adiante, irão se desenvolver também a partir da crítica e oposição ao sistema econômico de desenvolvimento dependente e subordinado ao capitalismo mundial. Nesse contexto, como enxerga Alimonda (2017), por possuir uma aproximação com os movimentos de emancipação popular, a disciplina se irá caracterizar como uma elaboração político-intelectual de vanguarda, que procura responder aos desafios dos povos latino-americanos, reconhecendo a necessidade inevitável de criticar os pressupostos civilizatórios da modernidade e dos modelos de desenvolvimento.

À medida que há uma aproximação maior na região entre os pesquisadores da Ecologia Política e os movimentos sociais, sua prática ultrapassa as fronteiras acadêmicas e intelectuais e se torna cada vez mais ativista. Os ecologistas políticos na América Latina não se limitam a reconhecer o protagonismo dos sujeitos locais na defesa de seu meio e modo de vida, mas também se engajam ativamente nas lutas de resistência. Significa dizer, portanto, que o campo da Ecologia Política na América Latina, vem sendo construído na aliança entre a produção teórica intelectual e as ações políticas (Leff, 2015).

Neste sentido, Alimonda (2015) considera que a formação desse campo político-intelectual se desenvolve como parte do pensamento crítico da região. Primeiro, pois ambos compartilham de um mesmo ponto de partida: "a dúvida sobre a identidade do nosso povo e a busca ansiosa pelas chaves da mesma" (Alimonda, 2015, p. 165). Segundo, pois entendem que as respostas para esse questionamento só podem ser encontradas no exame do passado colonial, marcado pela destruição de civilizações nativas e pela incorporação de princípios da modernidade e colonialidade que subordinam as relações sociopolíticas locais (Alimonda, 2015; Quijano, 2005).

Terceiro, pois tanto a Ecologia Política quanto o pensamento crítico latino-americano enunciam suas reflexões, ainda que gerais, a partir da realidade geo-histórica comum, que se reconhecem, seja em esferas nacionais ou internacionais. E, por fim, pois ambas questionam as metodologias convencionais e tradicionais eurocêntricas das ciências sociais e surgem na fronteira dos espaços de conhecimento estabelecidos (Alimonda, 2015).

No continente latino-americano, ela adquire um propósito estratégico e prospectivo, partindo da ideia de que a transição para um mundo ecologicamente equilibrado compreende um processo de desconstrução da racionalidade da modernidade e da construção de uma racionalidade ambiental em encontro e harmonia com a diversidade cultural e a complexidade do mundo (Leff, 2017). O encontro entre a tradição do pensamento crítico latino-americano e as vastas experiências e estratégias de resistência dos povos frente às investidas econômicas territoriais são presentes nas contribuições de José Carlos Mariátegui, Josué de Castro, Eduardo Galeano, dentre muitos outros, por exemplo, que relacionaram os problemas críticos sociais do continente à forma como o meio ambiente e as disputas de poder sobre ele se formam na região (Martín; Larsimont, 2016).

Ao estar em contato e em contínua retroalimentação com as resistências populares, a Ecologia Política no continente coloca-se como um campo em movimento onde vozes e saberes silenciados são postos em evidência. Alternativas não eurocêntricas e críticas à modernidade tomam corpo nesse campo, possibilitando um autêntico diálogo de saberes. Como indica Alimonda (2017), a Ecologia Política latino-americana se reinventa no passar dos anos enquanto movimento político-intelectual de "vanguarda enraizada", em contínua atenção aos desafios conjunturais da região.

O campo, portanto, está em movimento, tanto no sentido de constante produção de novas elaborações político-intelectuais, como de se pôr ao lado dos movimentos sociais e dos povos locais em suas lutas pela valorização das suas concepções de apropriação do meio ambiente. A Ecologia Política latino-americana é tanto o espaço de discussão, quanto a matriz impulsionadora e catalisadora de alternativas aos modelos da modernidade eurocêntrica impostos a partir de assimetrias de poder. Nesse sentido, entende-se que o debate pretendido neste artigo entre o extrativismo e soberania alimentar, situa-se no âmbito da Ecologia Política, pois é nesse campo que distintas visões de apropriação da natureza são contrapostas.

2. A questão alimentar e o extrativismo como modelo hegemônico

Se hoje a natureza multifacetada da questão alimentar está consolidada, isso é resultado de décadas de discussões a seu respeito ao longo do século XX, especialmente no Pós-Segunda Guerra. Inicialmente, as soluções propostas para sua resolução giravam em torno de alternativas econômicas, principalmente o aumento da produção agrícola; isso porque a fome era vista basicamente a partir de uma perspectiva de disponibilidade suficiente de alimentos. O incentivo à adoção de medidas que levassem a esse aumento e a implementação de programas de assistência por meio do uso dos excedentes eram duas soluções centrais apresentadas.

Coca (2016) enxerga o movimento histórico em torno da questão alimentar a partir da concepção de regimes alimentares, identificando três: o primeiro, entre 1879 e 1930, caracterizado pelas dinâmicas coloniais entre uma Europa industrial e exportadora de bens manufaturados, que por sua vez eram comprados pelas colônias exportadoras de bens primários, construindo a predominância da monocultura. O segundo regime, entre 1950 e 1960, se desenvolve no contexto da Guerra Fria, com a formação dos Estados Unidos como exportador dominante, principalmente de alimentos processados, e o advento da Revolução Verde.

O terceiro regime, que se inicia em 1970 e perdura até os dias atuais, é aquele da hegemonia das grandes corporações e do alimento-mercadoria. Nesse período, observa-se que um pequeno número de corporações controla toda a cadeia alimentar e afasta cada vez mais o produtor e o consumidor, consolidando a mercantilização do alimento. Esse é também um período de paradoxos: enquanto as populações sofrem com a alta incidência da fome, outras sofrem com diabetes e obesidade, associadas à alimentação pouco nutritiva (Coca, 2016).

A alimentação pode ser entendida como ato biológico multidimensional, que traz consigo elementos socioeconômicos, culturais e ideológicos. Nesse sentido, há todo um debate social por trás das questões relacionadas à alimentação que dão complexidade a essa ação; o modo de produção capitalista e sua concepção de alimento-mercadoria, por exemplo, teve efeito direto sobre a forma das pessoas se alimentarem, seus gostos e paladares (Brandemburg; Bezerra; Giordani, 2016).

> Bezerra e Schneider (2012) aprofundam tais análises quando citam que o atual modelo de produção de alimentos está associado a riscos importantes não só em termos

> de saúde e qualidade destes (tanto do ponto de vista nutricional, considerando os aspectos de redução de nutrientes, quanto sanitário, ao se relacionar, por exemplo, a contaminação por resíduos de agrotóxicos), mas também na dimensão social e cultural, principalmente no que se refere à pauperização do pequeno e médio agricultor e agricultora ou, ainda, na interferência na cultura alimentar, reduzindo, sobremaneira, o consumo de alimentos produzidos local e/ou regionalmente, descaracterizando o consumo típico-tradicional de um povo (Brandemburg; Bezerra; Giordani, 2016, p. 3).

A Revolução Verde pode, nesse sentido, ser vista como um movimento de consolidação desse modo de produção capitalista. Ao propor um receituário composto por pacotes tecnológicos, com o uso de insumos químicos, maquinário e equipamentos industriais, na produção agrícola a fim de aumentar sua produtividade, ela se coloca como uma maneira capitalista de domínio da agricultura, caracterizada pela

> [...] maximização do lucro através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado e a aquisição de royalty por intermédio dos pacotes tecnológicos, criando um círculo de dependência para o agricultor que só adquiria os pacotes tecnológicos produzidos pelas transnacionais (Andrades; Ganimi, 2007, p. 47).

É relevante destacar o papel do Estado na implementação do receituário da Revolução Verde. Tomando o Brasil como exemplo, Andrades e Ganimi (2007) ressaltam sua importância na concessão de crédito para compra dos pacotes tecnológicos (recursos químicos e maquinário) estrangeiros, no estímulo à comercialização agrícola e no incentivo ao desenvolvimento de indústrias de processamento de matéria-prima. A modernização da agricultura no Brasil durante o regime militar passa, portanto, pela reafirmação do seu caráter agroexportador e o reforço do grande latifúndio, da monocultura e territorialização do capital – o que leva a conflitos pela terra entre trabalhadores rurais em prol da reforma agrária e aqueles a favor da manutenção dessa estrutura (Andrades; Ganimi, 2007).

O caso brasileiro reflete uma consequência da adoção de inovações tecnológicas na produção agrícola que pode ser observada também em outros países da América Latina. Essas, somadas ao receituário de ajustes e reformas neoliberais imposto aos países da região, provocaram mudanças no setor agrícola. A estrutura produtiva se voltou a favor de produtos com maior demanda no mercado internacional (ou seja, consolidando essas economias em seu papel agroexportador) e se aprofundaram as diferenças nas produções latifundiárias e da pequena produção (Chonchol, 2005).

O que permanece, assim, desde o momento do primeiro regime alimentar, é a manutenção de um modelo produtivo extrativista. Gudynas (2013) destaca que a caracterização do perfil extrativista parte de três noções básicas: o volume de recursos extraídos, a intensidade da extração e o destino dos recursos. Nesse sentido, o extrativismo se caracteriza por atividades pautadas na extração de largas porções de recursos naturais não processados (ou minimamente processados), voltados primordialmente para a exportação (Acosta, 2013), podendo incluir tanto a extração de minério e petróleo, como também as monoculturas de exportação.

> O extrativismo tem sido uma constante na vida econômica, social e política de muitos países do Sul global. Assim, com diferentes graus de intensidade, todos os países da América Latina são afetados por essas práticas. A dependência dos centros metropolitanos por meio da extração e exportação de matérias-primas permanece praticamente inalterada até hoje. Alguns países conseguiram mudar alguns aspectos relevantes do extrativismo tradicional, trazendo uma maior intervenção do Estado nessas atividades, mas isso é tudo. Portanto, além de algumas diferenças de maior ou menor importância, o modo extrativista de acumulação parece estar no centro das políticas de produção dos governos neoliberais e progressistas (Acosta, 2013, p. 63, tradução nossa).

As práticas extrativistas são historicamente responsáveis por uma série de impactos econômicos, sociais e ambientais. A exportação de recursos primários tende a ter resultados econômicos negativos, devido, entre outros fatores, à deterioração dos termos de troca e ao baixo valor atribuído aos produtos. Além disso, os setores extrativistas são majoritariamente desconexos da estrutura econômica nacional, por se voltarem ao mercado externo, limitando o investimento de seus recursos na economia. Em termos sociais, a concentração de renda e riquezas – e, consequentemente, poder – nas mãos dos poucos que atuam nesses setores (especialmente as companhias transnacionais) aprofundam as desigualdades sociais nos países e a distribuição desigual de renda (Acosta, 2013).

A maior produtividade impulsionada pela Revolução Verde não provocou mudanças nesse quadro, mas sim parece ter vindo acompanhada de um aprofundamento desses impactos, especialmente no mundo rural. Observa-se, por exemplo, o lento crescimento da população rural (causado, dentre outros aspectos, pela manutenção da migração campo-cidade), o aumento da pobreza e da desigualdade com a concentração da renda nas mãos dos grandes produtores e a marginalização dos pequenos produtores e trabalhadores sem-terra (Chonchol, 2005). Todos esses elementos contribuíram para intensificar os conflitos no campo entre os grandes latifundiários capitalistas e o camponês.

Somados aos impactos sociais, pode-se também destacar aqueles de cunho ambiental. As iniciativas pregadas pela Revolução Verde em prol do aumento da produtividade vêm associadas "[...] a uma deterioração progressiva da própria base natural que assegura a estrutura e o funcionamento dos sistemas agrícolas" (Meirelles, 2004, p. 11). Dentre seus efeitos, observam-se erosão genética na seleção de variedades mais rentáveis, desmatamento de áreas para a monocultura, contaminação de cursos d'água com o uso de agrotóxicos, erosão do solo com a retirada de vegetação nativa e a perda da fauna e fertilidade do solo devido ao uso intensivo de produtos químicos (Andrades; Ganimi, 2007).

Sob a ótica da Ecologia Política, ao se consolidar como modelo hegemônico na região latino-americana, o extrativismo reforça as assimetrias de poder relacionadas ao acesso aos recursos naturais e aos benefícios obtidos por sua exploração. Ao se alinhar com a lógica do capitalismo dependente, fortalecendo as práticas imperialistas de expansão do capital, o projeto em questão reforça os pressupostos civilizatórios de modernidade e de modelo de desenvolvimento, contribuindo para a produção de conflitos socioambientais na região.

Ao negar os modos de vida local, rechaçando as particularidades do continente em detrimento de um modelo voltado ao mercado externo, o extrativismo será entendido pelos movimentos sociais como um modelo reforçador das mazelas sociais e, portanto, que precisa ser superado. Nesse contexto, como buscamos defender a seguir, a soberania alimentar aponta como via capaz de responder aos anseios da população e como referencial para um modelo produtivo mais justo.

3. A soberania alimentar como uma nova via para a questão alimentar

O modelo produtivo defendido pela agroindústria dá sinais de esgotamento e incapacidade em responder às demandas pela produção de alimentos a partir de práticas sustentáveis e de respeito aos limites ecossistêmicos (Maluf, 2013). Decorre da percepção dos efeitos nocivos do modelo capitalista e extrativista e a complexidade da questão alimentar a necessidade de pensar novas formas de produção, partindo de sistemas agroalimentares locais, diferentes concepções acerca da biodiversidade e da relação entre a produção e o meio ambiente, valendo-se de saberes e práticas tradicionais e de olhar a alimentação como ética e justa (Brandemburg; Bezerra; Giordani, 2016).

Os movimentos populares e organizações da sociedade civil despontam, assim como precursores de inovações e diferentes narrativas, de forma a confrontar o discurso do sistema alimentar industrial e seu modelo de produção (Vivero-Pol, 2019). Nessa perspectiva,

destacamos a emergência da concepção de *soberania alimentar* como um referencial alternativo. Como aponta Coca (2016), as premissas da soberania alimentar podem ser percebidas já na década de 1980, com a busca por melhores condições no mercado de alimentos por parte de movimentos do campo e governos da América Central. Entretanto, foi na década seguinte que tal concepção tomou força com a emergência da *La Via Campesina*.

Em 1992, durante o II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua, líderes de organizações campesinas de diversas regiões do mundo expressaram sua visão crítica sobre os impactos de políticas neoliberais sobre os espaços rurais, destacando seus efeitos negativos sobre os produtores e a sociedade como um todo, e clamaram pela maior participação campesina na formulação de políticas rurais (La Via Campesina, 1992). Nesse sentido, a Declaração de Manágua – documento resultado do encontro – não somente introduz a postura crítica sobre o modelo econômico neoliberal e seus efeitos sobre a agricultura, como também pode ser considerado o marco inicial de formação da Via Campesina ao estabelecer como encaminhamento a continuidade de aproximar os diversos movimento campesinos.

A organização é consolidada durante um novo encontro – dessa vez, em Mons, na Bélgica – realizado em 1993. Sua declaração é clara ao apontar as contradições do modelo neoliberal no qual a fome coexiste com excedente de diversos produtos agrícolas; a agricultura voltada à exportação e lógica da maximização da produção são fatores centrais para que países não consigam atender às necessidades alimentares de suas populações. Isso posto, o documento entende o direito de pequenos produtores em viveram no campo, da existência de uma agricultura diversa, de qualidade e respeitosa de questões ambientais e culturais, e o direito de cada país em definir suas políticas agrícolas como condições básicas para o desenvolvimento agrícola sustentável e socialmente justo (La Via Campesina, 1993).

Na sua proposta de pensar um modelo de desenvolvimento para além do capitalismo, a Via Campesina evidencia a relevância da soberania alimentar como um elemento central para o modelo alternativo por ela defendido. A noção foi introduzida pela primeira vez em seu discurso durante sua II Conferência Internacional em Tlaxcala, México, em 1996. No encontro, representantes de organizações camponesas discutiram os efeitos negativos da crise do capitalismo sobre a produção de alimentos e ressaltaram a incapacidade da noção de segurança alimentar em combater a fome e a pobreza.

> A declaração da Via Campesina [de 1996] identificou, categoricamente, como principais obstáculos da materialização do direito à alimentação, o sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro, os tratados de livre comércio que o circundam, as instituições multilaterais e as medidas de ajuste estrutural (Hoyos; D'Agostini, 2017, p. 182).

Nesse contexto, a soberania alimentar foi introduzida na agenda política internacional pela Via Campesina no mesmo ano durante sua participação no Fórum Mundial pela Segurança Alimentar, um encontro que reuniu representantes das organizações e movimentos da sociedade em paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação organizada pela FAO. Para além de ser uma proposta alternativa ao modelo neoliberal e crítica à (falta de) regulação do comércio internacional, a soberania alimentar se colocou como uma nova forma de pensar a agricultura, o papel da alimentação, o rural, a sustentabilidade e o modo de vida campesino (Heinisch, 2013). É interessante notar que a sua definição foi sendo transformada e enriquecida ao longo dos anos, se fazendo presente em debates e declarações de outros encontros internacionais entre organizações representantes de campesinos.

A segurança alimentar como estratégia de combate à fome, nesse sentido, não seria suficiente para concretizar as iniciativas necessárias para superar os obstáculos à garantia do direito à alimentação. Isso porque vê-se que essa está ancorada em concepções ligadas ao

modelo capitalista de solução – como, por exemplo, na defesa pelo aumento da produtividade agrícola e da importância do livre comércio, somado ao pouco envolvimento dos pequenos produtores – e que, portanto, contribuiria para sua manutenção. A segurança alimentar é vista, assim, como um conceito *conservador*, ao qual são agregadas problemáticas (como a do acesso e da qualidade dos alimentos) sem que haja uma defesa da mudança do modo de produção (Alem *et al*, 2015).

Como indica Maluf (2013), a segurança alimentar como concepção orientada a garantia da disponibilidade e acesso ao alimento se coloca como objetivo público, estratégico e central para as políticas de desenvolvimento de um país. No entanto, é preciso reconhecer suas limitações no que diz respeito à forma como essa enxerga as possíveis saídas para a questão alimentar, sendo importante ainda promover uma ligação entre o enfoque econômico e aquele da saúde e nutrição – o que se reflete na conceituação da segurança *alimentar* e *nutricional* (SAN). É interessante notar que, além de se inscrever no campo dos direitos de todos os indivíduos ao acesso suficiente ao alimento adequado e de qualidade, os objetivos de segurança alimentar encontram também questões relacionadas à soberania expressas na capacidade dos Estados formularem suas políticas agroalimentares.

> Assim, a promoção da SAN requer o exercício soberano de políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita – isto é, à regulação privada – e incorporem a perspectiva do direito humano à alimentação. Desse modo, é estabelecida a conexão entre um objetivo de ações e políticas públicas (segurança alimentar e nutricional) e um princípio (soberania alimentar) que o qualifica. Soberania alimentar implica também que as políticas adotadas em seu nome, particularmente pelos países com poder para tanto, não comprometam a soberania de outros países (Maluf, 2013, p. 144).

Desse modo, a soberania alimentar desponta como modelo alternativo, justo e sustentável, construído a partir da experiência camponesa (Coca, 2016). Ela vem associada à uma crítica às grandes corporações, devido ao controle por elas exercido e pela sua indiferença em fornecer uma alimentação saudável às populações, e à solução de importação de alimentos para o combate à fome, também uma forma de controle por meio das dinâmicas do comércio internacional. Nesse sentido, ela incorpora a defesa à garantia de que camponeses e pequenos produtores tenham direito a acessar os diversos recursos produtivos necessários, como a terra, as sementes, os mercados e o crédito – em outras palavras, a soberania alimentar chama atenção para a importância de uma reforma agrária de grande alcance (Navarro; Desmarais, 2009), capaz de possibilitar esse acesso.

A Via Campesina consegue, assim, introduzir a soberania alimentar na agenda de diversas organizações, sendo pauta de encontros como o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (Havana, 2001) e o Fórum sobre Soberania Alimentar de Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil (Roma, 2002). É importante destacar que essa mobilização não existe em um vácuo histórico, estando diretamente relacionada com a manutenção de índices de fome e insegurança alimentar os quais as iniciativas produtivistas não eram capazes de responder e a piora da situação no início dos anos 2000 – especialmente entre 2007 e 2008, anos marcados pela ocorrência de uma significativa crise alimentar que impulsionou o movimento crítico aos padrões de produção adotados até então.

> As recorrentes crises alimentares, como a mais recente ocorrida no período de 2006 a 2008, e as mudanças no perfil nutricional da população, ao colocarem em questão o próprio sistema alimentar mundial, trouxeram para o primeiro plano um conjunto amplo e complexo de questões que englobam não apenas questões de produção, mas também de acesso aos alimentos, os padrões e hábitos de consumo e a dimensão nutricional da alimentação, com as quais têm que lidar sob um enfoque de soberania e segurança alimentar e nutricional (Burlandy; Maluf, 2016, p. 05).

A primeira década dos anos 2000 é marcada por uma sequência de crises em diversos setores, como o energético, resultado do aumento expressivo do preço do petróleo, e o financeiro, devido às especulações e quebras na área imobiliária estadunidense. Essa conjuntura impactou também no setor alimentar; no entanto, como sugere Rubio (2011), o efeito sobre o setor foi diferenciado no sentido que esse foi visto como saída para a crise energética, ao ser responsável pela produção de insumos para biocombustíveis, e para a crise financeira, com a intensificação da financeirização dos alimentos. O que se observa no período, assim, é uma alta significativa no preço de produtos como o milho, usado na produção de etanol, e demais cereais – passando ainda pelas oscilações do mercado financeiro.

O que distingue a crise alimentar ocorrida entre 2007 e 2008 é sobre quem ela impactou. Latifundiários, usualmente receptores de subsídios, e corporações agroalimentares, controladoras da comercialização e distribuição de insumos produtivos (como agrotóxicos e fertilizantes) e da complexos agroindustriais de produção, foram beneficiados pela alta do preço internacional dos alimentos no período. Por sua vez, pequenos e médios produtores, que não contavam com subsídios de exportação concedidos por governos e, no caso de países em desenvolvimento, ainda sofriam com o oligopólio das corporações transnacionais, foram impedidos de aproveitar os benefícios dessa alta (Rubio, 2011).

Nesse contexto, será em 2007, durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar (Nyéléni, 2007), que o conceito de soberania alimentar será aprofundado e definido para que possa servir de guia às ações futuras.

> A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro das políticas e sistemas alimentares, e não nas demandas dos mercados e das empresas. [...]. A soberania alimentar prioriza as economias e mercados locais e nacionais e capacita a agricultura orientada para o camponês e o agricultor familiar, a pesca artesanal, o pastoreio liderado pelos pastores e a produção, distribuição e consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica (Forum For Food Sovereignty, 2007, p. 8, tradução nossa).

A soberania alimentar emerge como um conceito revolucionário (Alem *et al*, 2015) ao se colocar como uma via alternativa às práticas produtivas neoliberais. Tendo suas raízes na noção de soberania nacional e no direito dos países em determinarem sua produção (sendo muitas vezes entendida como sinônimo de autossuficiência), a soberania alimentar tem incorporado questões de diversidade sociocultural e biológica e os benefícios de sistemas alimentares localizados em suas proposições (Burlandy; Maluf, 2016). O modelo por ela proposto tem como elemento central a produção camponesa, do pequeno e médio produtor agrícola, sem ser exclusivamente voltada para responder ao comércio internacional.

É válido destacar o movimento de retomada aos sabores e práticas alimentares locais; nesse processo, "[a] língua, os costumes e as culinárias nacionais e regionais passam a ser revalorizadas por fortalecerem os vínculos entre indivíduos, grupos e sociedade e, simultaneamente, contribuírem para o resgate de práticas alimentares saudáveis" (Burlandy; Maluf, 2016, p. 10), com destaque para iniciativas em prol de uma alimentação "natural", preocupada com sustentabilidade e critérios éticos. Essa conjuntura se relaciona com a valorização do conhecimento, das práticas e técnicas de povos tradicionais incorporada ao conceito de soberania alimentar, fazendo com que este considere os valores e práticas de povos e grupos sociais em diálogo com as dinâmicas de mercado internacional.

Heinisch (2013) chama atenção para o fato de que apesar da maioria dos indivíduos e organizações que defendem a soberania alimentar compartilharem uma visão sistêmica, há certas correntes que se diferenciam entre si. Há aqueles que defendem uma visão sobre a

autonomia de decisão, focados na necessidade de reconhecer a autonomia dos Estados em determinar suas próprias políticas agrícolas e alimentares. Um segundo grupo seria aquele que trabalha com a ideia de protecionismo, no sentido que cada país tem o direito de decidir sobre sua agricultura e também de protegê-la, concedendo apoios específicos sem que seja preciso negociá-los internacionalmente.

Finalmente, uma terceira corrente se identifica com a noção de soberania alimentar como um caminho para o desenvolvimento rural sustentável e autocentrado – posição essa defendida pela Via Campesina. Nesse sentido, a soberania alimentar é tida como uma alternativa ao modelo agrícola produtivista e se baseia em um sistema agrícola campesino e familiar, diversificado, ecológico e autônomo, livre do controle das corporações transnacionais. Essa postura pode ser entendida como tendo maior força reformista ao propor transformações significativas no comércio internacional visando torná-lo mais justo e respeitoso de dimensões sociais e culturais atribuídas à alimentação e à produção (Heinisch, 2013).

A soberania alimentar está, ainda, diretamente relacionada a questões de direito, com destaque para o direito humano à alimentação (DHAA) – cuja origem remonta à Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) –, sendo usualmente referido no debate em torno da segurança alimentar e dos deveres dos Estados para com seus cidadãos no que tange à alimentação. É interessante notar que o DHAA é uma das dimensões da soberania alimentar, mas esse conceito engloba outros direitos, não necessariamente reconhecidos por parte de instituições internacionais e associados a diferentes níveis, desde o indivíduo até os Estados. Esses direitos, que dialogam com os princípios da Via Campesina para atingir a soberania alimentar, dizem respeito, por exemplo, ao direito aos camponeses e agricultores familiares produzirem e viverem de sua atividade de forma digna.

O direito a decidir o que comer, como comer e por quem o alimento foi produzido, a definir suas próprias políticas agrícolas, alimentares e sociais, a decidir seu nível de autossuficiência e de proteger e regular a produção e o comércio de produtos agrícolas são também direitos incorporados pela soberania alimentar. Ademais, vale notar que esses implicam também em deveres, no sentido de respeito a outros países e populações, evitando assim a adoção de medidas que ferem a soberania alimentar de outros, e de respeito às gerações futuras e ao planeta, adotando assim uma gestão sustentável dos recursos naturais por meio de uma produção agroecológica (Heinisch, 2013).

A soberania alimentar se coloca como uma proposta de alternativa política ao propor uma visão integrativa e relacional das diversas dimensões que compõem a alimentação e a produção de alimentos. A incapacidade de solução ao problema da fome por meio do aumento da produtividade pregado pelo modelo produtivista demonstra como a questão alimentar envolve também fatores políticos e sociais que devem ser levados em consideração. A segurança alimentar, nesse sentido, se mostra como um objetivo de política, enquanto a soberania alimentar é um elemento qualificador dessa (Maluf, 2009) e conceito capaz de propor uma visão alternativa sobre direitos, deveres e princípios norteadores para a alimentação e a produção – tendo como foco central a produção agrícola.

Heinisch (2013) aponta que a soberania alimentar não é sinônimo de autarquia e tampouco é contrária ao comércio de alimentos, portanto, ela se opõe, sim, à forma como esse comércio decorre segundo o modelo neoliberal e seus efeitos na produção de alimentos e na visão desses como mera mercadoria, desprovidos de sua natureza política, social e cultural. Desse modo, o comércio é benéfico quando ele não é o único objetivo da agricultura, quando ele é feito de forma justa e equitativa e quando ele não está desconectado das realidades agrícolas e ambientais onde decorre. O comércio assim "[...] é bom somente como meio para o bem-estar social, não como um fim em si mesmo" (Heinisch, 2013, p. 24, tradução nossa).

Ao questionar o projeto neoliberal de sistemas agroalimentares, a soberania alimentar irá se aliar à agroecologia como um dos seus pilares. A agroecologia surge como um

movimento frente à Revolução Verde (LE COQ *et al*, 2017) e irá se desenvolver na América Latina a partir da consolidação das suas dimensões ecológica, política, social e cultural.

Para Altieri, a agroecologia

> Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (Altieri, 2004, p. 23).

Le Coq *et al* (2017) apontam que um dos pilares da sua oposição ao agronegócio está diretamente relacionada com a objeção à centralização e a hegemonia do conhecimento agrônomo moderno – sendo a defesa dos conhecimentos tradicionais um tema chave para a agroecologia. Paralelamente, como destaca Toledo (2012), a partir da sua tripla articulação entre ciência, tecnologia e movimentos sociais, a agroecologia buscará responder a dez demandas sociais e ecológicas para superar um número similar de problemas provocados pela crise da modernidade, dentre estas demandas, a soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis irão se destacar (Toledo, 2012).

A agroecologia é assim um dos cernes da soberania alimentar, trazendo consigo o incentivo à construção de um sistema agroalimentar sustentável, que considera todo o ecossistema ambiental e social envolvido na produção de alimentos. A defesa aos conhecimentos tradicionais, às sementes nativas, à produção de acordo com a localização geográfica e sazonalidade e a pequena produção são elementos que se inserem na prática agroecológica e se opõe à monocultura geneticamente modificada imposta pela Revolução Verde e pela produção capitalista. Vale notar que esse modo de produção está intimamente relacionado àquele praticado pelo campesinato.

> O modo de apropriação da natureza que prática o campesinato se define pelo uso predominante de energias renováveis (energia solar, vento, água, biomassa e força humana), uma escala de produção pequena, um elevado grau de autossuficiência com relação ao mercado baseado no autoconsumo e o trabalho familiar, um elevado grau de diversidade eco-geográfica, produtiva, biológica e genética [...] (Sevilla Guzmán & Montiel, 2010, p. 204 apud Xavier et al, 2018, p. 4461, tradução nossa).

Importantes questões sociais do campo são também parte da proposta da soberania alimentar, como a defesa do território indígena, a mediação de conflitos com grandes produtores e o acesso à terra por parte dos pequenos produtores e dos sem-terra (Xavier *et al*, 2018). Sua proximidade com esses temas pode ser entendida em sua própria origem a partir de um movimento que se coloca como porta-voz do campesinato e tem como uma de suas diretrizes a luta pela garantia dos seus direitos e o reconhecimento do seu papel para a produção alimentar e a construção de um sistema agroalimentar que parte das comunidades locais e que garanta a proteção de seus produtores.

A partir do exposto, propomos observar a relação entre a soberania alimentar e a América Latina. Inicialmente, é relevante destacar que a estrutura produtiva latino-americana é marcada pela implementação do modelo neoliberal, gerador de exclusões, desigualdades socioeconômicas e atrofia dos setores produtivos em prol da maximização do lucro de corporações transnacionais e elites, como a do agronegócio, que atuam em conjunto com essas. O encarecimento das importações com a desvalorização monetária, o aumento da inflação, a diminuição na demanda de exportação e o aumento dos preços dos insumos para produção agropecuária foram alguns dos efeitos sentidos pela região como resultado das sucessivas crises no início dos anos 2000 (Rubio, 2011).

Desse modo, esses efeitos reverberam pelos países da região e inflaram o acúmulo de resistências que despertavam desde a década de 1990. É importante apontar que esse

movimento foi impulsionado por uma maior autonomia dos países frente à crise de hegemonia estadunidense, pelo aumento dos preços do petróleo e matérias-primas que trouxeram divisas para financiamento de políticas públicas e, finalmente, pela eleição de governos que se colocavam de maneira crítica às políticas neoliberais e seus impactos negativos sobre a região. Nesse contexto, diferentes graus de oposição foram observados entre os países.

Os movimentos postos em prática entre os países da região iam desde aqueles que negavam completamente o modelo neoliberal a partir da adoção de reformas políticas, sociais e econômicas, como foi o caso da Venezuela e Bolívia, passando por países progressistas que investiram em setores sociais sem mudanças estruturais radicais, como Brasil e Argentina, até aqueles que garantiram a manutenção do modelo, como Chile e México. A despeito dessa distinção, Rubio (2011) chama atenção para a forma como a pauta da questão alimentar – em especial, a soberania alimentar – foi introduzida na agenda política latino-americana.

A noção de soberania alimentar desponta assim como um referencial para além da defesa pela autossuficiência e diminuição da dependência alimentar de outros países, sendo entendida, especialmente pelos países que implementaram reformas mais profundas, "[...] como um projeto político para enfrentar a incerteza mundial, assim como uma estratégia de autonomia frente aos países dominantes" (Rubio, 2011, p. 80, tradução nossa). Essa percepção sobre a dimensão política dialoga com o que Burlandy e Maluf (2016) ressaltam sobre a importância de considerar relações micro e macropolíticas durante o exercício de pensar a relação entre a soberania e a segurança alimentar.

A emergência e fortalecimento da soberania alimentar passa pela valorização de práticas e valores de povos e grupos sociais, mas também pelo fortalecimento do Estado em resposta à diminuição do seu papel regulatório pregada pelo modelo neoliberal, no sentido de implementar medidas visando a garantia da soberania e segurança alimentar às suas populações – entendendo o alimento como um direito aos cidadãos dos países. Assim, nota-se que a consolidação da soberania alimentar como qualificadora de políticas de combate à fome e garantia da segurança alimentar passa por diversas dinâmicas – locais, nacionais, regionais e internacionais – que caracterizam a natureza política do alimento e os diferentes atores, conflitos e interesses relacionados.

Concluímos, assim, apontando para como a soberania alimentar se coloca como uma via alternativa ao modelo de produção capitalista – caracterizado pelo controle das grandes corporações sobre os sistemas alimentares, pelas desigualdades do comércio internacional reafirmadas pelas organizações financeiras internacionais, pela prevalência da monocultura, pelo uso de tecnologias nocivas ao meio ambiente e, acima de tudo, pela visão do alimento como mercadoria. A soberania alimentar, em sua defesa do direito de escolha de qual e como o alimento será produzido a partir do campesinato e de povos tradicionais, em respeito ao meio ambiente, vai além do capitalismo e até mesmo de sua noção conceitual, tornando-se uma ética de vida (Coca, 2016).

Considerações finais

O objetivo geral do trabalho foi, portanto, apresentar um olhar sobre a soberania alimentar, em diálogo com o pensamento latino-americano da Ecologia Política, como uma alternativa ao modelo produtivo extrativista. Percebe-se que a América Latina é um espaço marcado por processos de disputa; no âmbito tratado no trabalho, fica nítida a oposição entre os princípios da produção extrativista e aqueles propostos pelos movimentos em defesa da soberania alimentar.

A disputa entre os modelos vai além de uma questão puramente produtiva. O extrativismo tem suas raízes nos processos de colonização da região, nos quais o monocultivo e a extração de recursos naturais foram consolidados com vias de abastecer os mercados e setores industriais da metrópole. Mesmo após o fim do regime colonialista de

fato, percebe-se a manutenção desse modelo na dinâmica entre os países do Norte global e o aprofundamento de impactos sociais e ambientais por ele causados, sobretudo em um contexto de capitalismo dependente, no qual a atuação de corporações monopolistas ressoa como uma dupla espoliação nos países latino-americanos.

Mesmo os avanços tecnológicos propostos pela Revolução Verde não provocaram mudanças nessa estrutura – pelo contrário, eles contribuíram para agravar seus efeitos negativos. Além de fortalecer o caráter agroexportador dos países, a prevalência dos grandes latifúndios e a concentração de terras, observa-se uma deterioração do ambiente, base da própria produção agrícola, impulsionando processos como o desmatamento para o monocultivo, a erosão dos solos, e a contaminação de corpos d'água e perda de fertilidade do solo devido ao uso intensivo de insumos químicos.

Esse modelo é marcado também por seus impactos sociais, como a concentração de renda e riquezas nas mãos de um restrito grupo social, assegurando sua contribuição para a manutenção de destacada desigualdade social nos países onde é prevalecente. É necessário destacar que os países latino-americanos vivem em um paradoxo no qual mesmo sendo reconhecidamente exportadores de produtos agroalimentares, suas populações são acometidas por significativa incidência de insegurança alimentar em variados graus – motivada, dentre outros fatores, pela pobreza e falta de acesso aos alimentos.

Parece ser necessário analisar esse modelo que rompe com tais princípios, ressaltando seus impactos negativos sobre os países nos quais se desenvolve. A perspectiva da Ecologia Política nos parece ser uma via de analisar criticamente o extrativismo e todas as questões a ele adjacentes, como desenvolvimento, desigualdade social e apropriação da natureza. O olhar crítico proposto pelos teóricos da Ecologia Política (em particular, aquelas da América Latina) permite transparecer as raízes coloniais e profundamente marcadas por disputas de poder que vêm com esse tipo de organização produtiva.

O esforço crítico sobre o extrativismo e seus efeitos nos países latino-americanos vem também dos movimentos em defesa da soberania alimentar. Ainda que não intencionalmente ou sem falar a partir dessa bandeira, é possível perceber uma relação muito próxima entre os princípios que compõem a soberania alimentar e aqueles da reflexão da Ecologia Política. É possível perceber que a soberania alimentar desponta no final dos anos 1990 em nítida oposição ao modelo de desenvolvimento e produção pautado em práticas extrativistas, defendendo primordialmente o direito dos povos em decidir sobre sua alimentação.

A soberania alimentar tem em seu cerne a crítica ao sistema agroalimentar que privilegia a produção para o comércio internacional cujo controle se concentra nas mãos de grandes latifundiários e corporações transnacionais. A produção do pequeno e médio produtor, assegurando a manutenção de práticas e técnicas de povos tradicionais, ganha destaque dentro desse modelo – que se preocupa não só com o resultado, mas também com a forma como o alimento é produzido, defendendo iniciativas agroecológicas, pautadas no respeito ao ecossistema ambiental e social envolvido na produção de alimentos.

Nota-se que a soberania alimentar dialoga com as reflexões propostas pela Ecologia Política em sua defesa de uma identidade tradicional a partir da qual deve ser construído um modelo alternativo de produção agroalimentar, sendo particularmente atento às questões de biodiversidade e da relação entre produção e meio ambiente, pautando-se no fortalecimento de sistemas locais que usem práticas sustentáveis em sua produção. Sua proposta se afasta assim das práticas ligadas ao modelo extrativista, colocando-se como uma via alternativa àquele e buscando uma solução para a fome e mazelas sociais a ela associadas para além do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. *In*: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (Ed.). **Beyond Development:** alternative visions from Latin America. Quito/Amsterdam: Transnational Institute/Rosa Luxemburg Foundation, 2013. p. 198. Disponível em: https://www.tni.org/en/publication/beyond-development. Acesso em: 10 mar. 2022.

ALEM, Daniel *et al.* Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 20., 2015. Foz do Iguaçu.

ALIMONDA, Héctor. Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 35, p. 161-168, 24 dez. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44557. Acesso em: 10 mar. 2022.

ALIMONDA, Héctor. En clave de Sur: la ecología política latinoamericana y el pensamiento crítico. *In*: ALIMONDA, Hector; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo. (Org.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Volumen 1. Buenos Aires: Ciccus, 2017. p. 33-50.

ALIMONDA, Héctor. Una introducción a la ecología política latinoamericana (pasando por la historia ambiental). *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO SOBRE CONFLICTOS AMBIENTALES Y CURSO INTERNACIONAL SOBRE ECOLOGÍA POLÍTICA, 1, 2014. Buenos Aires.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 43-56, 2007.

BILLON, Philippe Le. Environmental Conflict. *In*: PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. (org.), **The Routledge Handbook of Political Ecology**. Abingdon e New York: Routledge, 2015, p. 598-608.

BRANDEMBURG, Alfio; BEZERRA, Islandia; GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. Soberania alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade: olhares e contextos. **Guaju**: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos, v. 2, n. 1, p. 2-13, jan. 2016

BURLANDY, Luciene; MALUF, Renato S.. Soberania Alimentar: dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo. *In*: TADDEI, José Augusto *et al* (org.). **Nutrição em Saúde Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2016. cap. 29, p. 387-394.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 19, n. 55, p. 33-48, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300003. Acesso em: 10 mar. 2022.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 ANOS DA PROPOSTA DE SOBERANIA

ALIMENTAR: construindo um regime alimentar alternativo/20 years of the food sovereignty proposal. **Revista Nera**, [S.L.], n. 32, p. 14-33, 17 nov. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.47946/rnera.v0i32.4789. Acesso em: 10 mar. 2022.

ESCOBAR, Arturo. Ecología Política de la globalidade y la diferencia. *In*: ALIMONDA, H (org.). **La naturaleza colonizada:** ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 61-92.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni, 2007.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. *In*: BUTTEL, Frederick; MCMICHAEL, Philip (Ed.). **New Directions in the Sociology of Global Development**. Oxford: Elsevier, 2005, v. 11, p. 229–267.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. AGRICULTURE AND THE STATE SYSTEM: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. S**ociologia Ruralis,** [S.L.], v. 29, n. 2, p. 93-117, ago. 1989. Wiley. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x. Acesso em: 7 mar. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. **Extracciones, Extractivismos y Extrahecciones:** un marco conceptual sobre la apropiacion de recursos naturales. Montevideu: CLAES, mar. 2013 (Série Documentos de Trabajo de CLAES).

GUERREIRO, Luciana García; WHAREN, Juan. Seguridad Alimentaria vs. Soberanía Alimentaria: la cuestión alimentaria y el modelo del agronegocio en la argentina. **Trabajo y Sociedad**, Santiago del Estero, n. 26, p. 327-340, jan. 2016.

HEINISCH, Claire. Soberanía alimentaria: un análisis del concepto. *In*: HIDALGO, Francisco; LACROIX, Pierril; ROMÁN, Paola (eds.). **Comercialización y soberanía alimentaria**. Quito: SIPAE, 2013, p. 11-36.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: convergências e divergências/food security and food sovereignty. **Revista Nera**, [S.L.], n. 35, p. 174-198, 22 abr. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.47946/rnera.v0i35.4855. Acesso em: 7 de mar. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo.** [*S.l.*]: La Via Campesina, [20--]. Disponível em: https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/. Acesso em: 10 mar. 2022.

LA VIA CAMPESINA. Managua Declaration. 1992. *In*: LA VIA CAMPESINA. II International Conference of the Via Campesina, 1992. Appendix E. Disponível em: https://viacampesina.org/en/managua-declaration/. Acesso em: 10 mar. 2022.

LA VIA CAMPESINA. Mons Declaration. 1993. *In*: LA VIA CAMPESINA. II International Conference of the Via Campesina. Appendix F. Disponível em: https://viacampesina.org/en/mons-declaration/. Acesso em: 10 mar. 2022.

LE COQ, Jean François *et al*. Conceptos de agroecología y marco analítico. *In*: SABOURIN, Eric; PATROUILLEAU, Maria Mercedes; LE COQ, Jean François; VÁSQUEZ, Luiz; NIERDELE, Paulo (ed.). P**olíticas Públicas en favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Red PP-AL, FAO, 2017. p. 13-32.

LEFF, Enrique. The power-full distribution of knowledge in political ecology: a view from the South. *In*: PERREAULT, Tom; BRIDGE, Gavin; MCCARTHY, James (Ed.). **Routledge Handbook of Political Ecology**. London/New York: Routledge, 2015. p. 64-75.

LEFF, Enrique. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecología política: una mirada desde el sur. *In*: ALIMONDA, Héctor; PÉREZ, Catalina; MARTÍN, Facundo (orgs.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica.** CLACSO. México/Ciccus, V I, 2017, p. 129-165.

MALUF, Renato S. A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. *In*: MIELITZ, Carlos (org.). **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 135-154.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 174.

MARTÍN, Facundo; LARSIMONT, Robin. ¿Es posible una ecología cosmopolítica? Notas hacia la desregionalización de las ecologías políticas. **Polis**, Revista Latinoamericana, Santiafo, vol. 15, 2016, p. 273-290.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. – 2 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO. **Geo Uerj**, [S.L.], v. 2, n. 22, p. 1-33, 28 dez. 2011. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://dx.doi.org/10.12957/geouerj.2011.2456. Acesso em: 07 mar. 2022.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas,** [S.L.], v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

NAVARRO, Luis Hernández; DESMARAIS, Annette Aurélie. Crisis y soberanía alimentaria: vía campesina y el tiempo de una idea. **El Cotidiano**, Cidade do México, n. 153, p.89-95, jan.-fev. 2009.

NIEDERLE, Paulo; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Ordens Alimentares. *In*: NIEDERLE, Paulo; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As Novas Ordens Alimentares**. Porto Alegre: UFGRS, 2018. p. 25-65.

NOGUEIRA, Rilma Román; SÁNCHEZ, Marlen. **La agroecología: puntal de la soberanía alimentaria**. [*S.l.*]: La Via Campesina, 2015. Disponível em: https://viacampesina.org/es/la-agroecologia-puntal-de-la-soberania-alimentaria/

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER,

Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 107-130.

ROBBINS, Paul. **Political Ecology:** A Critical Introduction (Second Edition). Manden and Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

RUBIO, Blanca Aurora. Crisis mundial y soberanía alimentaria en América Latina. **Revista de Economía Mundial**, Huelva, n. 29, p. 61-87, 2011.

TOLEDO, Victor. M. La Agroecologia En Latinoamerica: Tres Revoluciones, Una Misma Transformacion. **Agroecología**, v. 6, p. 37-46, 2012.

VIVERO-POL, Jose Luis. The idea of food as a commons: multiple understandings for multiple dimensions of food. *In*: VIVERO-POL, Jose Luis; FERRANDO, Tomaso; SCHUTTER, Olivier de; MATTEI, Ugo (ed.). **Routledge Handbook of Food as Commons**. Abingdon/New York: Routledge, 2019. p. 25-41.

WATTS, Michael J. Now and then. The origins of political ecology and the rebirth of adaptations as a form of thought. *In*: PERREAULT, Tom; BRIDGE, Gavin; MCCARTHY, James (Ed.). **Routledge Handbook of Political Ecology**, London/New York: Routledge, 2015, p. 19-50.

XAVIER, Leonardo Pereira *et al*. Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 4, n. 7, p. 4454-4466, nov. 2018.

CAPÍTULO 6

FEMINISMO E RESISTÊNCIA DECOLONIAL EM DEFESA DOS COMUNS, CORPOS E TERRITÓRIOS

Layssa de Almeida e Sarah de Souza Moreira

1. Contextualização

A América Latina teve sua história marcada por um processo de colonização, exploração e escravização que deixou marcas a partir da expropriação de seus bens naturais e da mão de obra, especialmente a negra, para a produção de matérias primas para a exportação, vendo seu sangue esvaindo por suas veias abertas, como nos diz Eduardo Galeano (2010). Posteriormente, a partir do século XX, seu processo de desenvolvimento agregou ainda a ideia da industrialização como caminho para a modernidade, que deveria se expressar em um salto positivo (e homogeneizante) das condições de vida da população, medido essencialmente por sua dimensão econômica em detrimento de parâmetros sociais, políticos, culturais, ambientais. A perspectiva de modernidade intrínseca a tais concepções de desenvolvimento estava ligada à noção de que existe um método universal para alcançar o status de desenvolvido, discurso amplamente difundido pelos países centrais como forma de direcionar o curso desse processo nos países periféricos, "subdesenvolvidos", reforçando o compromisso da modernidade com a racionalidade colonial (Miñoso, 2020).

A problemática do desenvolvimento capitalista e seus processos inerentes de exploração da mão-de-obra, da natureza, dos corpos e territórios, junto à mercantilização da vida, têm sido pauta de diversos estudos e reflexões, bem como alvo de estratégias e alternativas de desconstrução. Apesar de manter seu caráter expansivo e exploratório, esse modelo de desenvolvimento passou por transformações ao longo dos anos, principalmente após o fim da segunda guerra mundial. Nesse período, a articulação entre o capital industrial e o desenvolvimento de tecnologias promoveu mudanças profundas na relação capital-trabalho, gerando processos estruturais de desemprego, dada a redução da demanda por trabalhadores e trabalhadoras, e de financeirização, mediante ao aumento da capacidade de acumulação especulativa (Quijano, 2014).

A partir da década de 70, vemos a consolidação de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, fortemente marcada pelo seu caráter neoliberal, que colocava o capital financeiro no centro do controle das relações, pela dispersão social de trabalhadores e trabalhadoras explorados/as e a desintegração de suas principais organizações sociais, decorrente do avanço do processo de globalização. Já na virada do século, na primeira década dos anos 2000, acompanhamos o processo que Aníbal Quijano (2014) chamou de reconfiguração da colonialidade global do poder. Esse período apresenta como características principais: a aceleração e aprofundamento de uma tendência de reconcentração do controle do poder pelos países do Norte Global; a reprivatização dos espaços públicos; a reconcentração do controle de trabalho, dos recursos de produção e da distribuição; o adensamento da exploração da natureza; e a manipulação e controle dos recursos tecnológicos de comunicação e transporte.

Essa configuração converge com a leitura feita por Maristela Svampa (2012), quando a autora fala sobre a transformação, nesse mesmo período, do modelo de acumulação na América Latina. Antes baseado na valorização financeira, marcado pelas diretrizes do Consenso de Washington, agora em um processo de retomada da exportação de bens primários em grande escala, pautado pelo denominado Consenso de *Commodities*, abrindo maior espaço para projetos que se estruturam no controle, extração e exportação de bens naturais sem maior valor agregado[15]. Vemos, assim, a intensificação de um modelo econômico

15 Consenso de *Commodities*: "ingreso a un nuevo orden económico y político, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo, demandados cada vez más por los países centrales y las potencias emergentes. El nuevo ciclo económico se ha venido caracterizando por la rentabilidad extraordinaria y las altas tasas de crecimiento de las economías latinoamericanas" (Svampa, 2012, p. 1).

e de desenvolvimento extrativista na América Latina, regido pela alta exploração de bens da natureza por parte das grandes corporações que, nesse sentido, ampliam sua dominação sob os territórios, levando à opressão e expulsão dos povos e à destruição de formas culturais e particulares da vida comunitária (Bezerra, Alves, 2020; Svampa, 2012).

O racismo também é um aspecto estruturador do sistema de opressão, que através da escravização dos povos negros e da exploração e genocídio dos povos indígenas, instituiu uma hierarquização entre "raças", que coloca esses sujeitos em situação de subalternidade, de submissão e inferioridade frente aos homens, brancos, colonizadores. A escravidão marca profundamente a vida de negros e negras e dos povos indígenas até os dias de hoje, estrutura que segue legitimando a exploração da mão de obra "mais barata do mercado", submetendo-os/as a atos cotidianos de discriminação, exclusão e violência pela população considerada não-branca, como afirma Sueli Carneiro (2003). Para Lélia Gonzalez (2020), ao analisar a realidade brasileira, o racismo deve ser compreendido como "uma neurose cultural", marcado pelo sintoma da negação do nosso passado escravagista, racista e hierárquico na denegação da nossa "latinoamericafricanidade"[16].

Entretanto, na contramão dessa conformação do modelo de desenvolvimento capitalista, colonial, patriarcal e racista, os povos e sujeitos subalternizados têm construído estratégias de enfrentamento e resistência em defesa da vida, de seus corpos, terras, territórios. A potência dessas ações nos faz pensar: de onde partem os gérmens da reflexão e ação de uma nova racionalidade que precisa ser construída para superar esta razão neoliberal, capitalista, colonial, patriarcal, racista? De trabalhadores e trabalhadoras precarizados/as? Das lutas feministas? Dos movimentos ecologistas? Da força dos movimentos identitários? Da defesa dos Comuns?

Neste artigo, a partir de uma perspectiva decolonial, que pressupõe a reconfiguração de nossos olhares para parâmetros distintos dos dominantes, discutimos as contribuições oferecidas pelos *feminismos* e pelo *debate dos comuns* na construção de caminhos capazes de barrar o avanço dos impactos causados pela expansão do modo de acumulação capitalista, além de apresentar experiências concretas que estão trabalhando na construção de outra lógica de sociedade, mais justa, igualitária, com solidariedade, cooperação e preservação dos bens da natureza.

> A insistência em ser/viver/propor outro modo de vida frente a imposição da uniformização do modelo de desenvolvimento, com base no trabalho precário, temporário e terceirizado, na degradação das condições ambientais e no processo de desterritorialização desses sujeitos, torna essa resistência ainda mais significativa. (Bezerra; Alvez, 2020, p. 115).

A escolha pelo debate do feminismo advém da percepção de que este vem produzindo profundas revoluções na reflexão e construção da teoria política, principalmente quando articulado com a crítica à visão neocolonial e com a perspectiva da interseccionalidade. O feminismo, em sua multiplicidade de identidades e movimentos, tem reforçado a importância de trazer as mulheres para o centro do debate, garantindo-lhes o lugar de sujeitas políticas, rejeitando, por um lado, a invisibilidade e o apagamento promovidos historicamente e, por outro, a proposição de que existe um sujeito universal. Na América Latina, a relação entre o avanço do capital, do extrativismo, da mercantilização e exploração da natureza e da vida das mulheres tem impelido-as a colocarem seus corpos em constante movimento nos territórios, a fim de garantir sua preservação, apesar das tensões e conflitos gerados com os agentes do capital.

> A presença desses corpos femininos, que ousam lutar para definir seu lugar e um projeto de vida em um contexto de forte masculinização do espaço (VÁZQUEZ, 2017), tornou o próprio corpo/ser o primeiro território para pensar a (re) existência

16 Ver texto "A categoria político-cultural de amefricanidade" de Lélia Gonzalez (2020).

> das mulheres nessa fronteira de acumulação capitalista, o que permite repensar o que tem sido a experiência histórica delas nessa região e, portanto, desconstruir seu lugar de invisibilidade (Bezerra; Alves, 2020, p. 114).

Discutimos, nesse contexto, a perspectiva do corpo-território ou território-corpo-terra (Cabnal, 2021), que compreende o corpo da mulher como território violado, uma vez que seu território físico, lugar que representa sua forma de sociabilidade, sua relação com a ancestralidade, seu meio de sustento econômico, sua ação política, está sendo atingido. Todos esses ataques se realizam diretamente sobre os corpos das mulheres (Bezerra, Alves, 2020). Como pensar, portanto, a questão do corpo das mulheres em suas estratégias de resistência como uma barreira ao avanço da acumulação capitalista, tendo em vista a perspectiva estigmatizada do feminino enquanto inferior, pertencente a um lugar social menor e muitas vezes associado àquilo que pode ser dominado? Como explicar que sejam exatamente essas mulheres as protagonistas dos processos de resistência?

No debate sobre os comuns, contamos com as contribuições fundamentais de Silvia Federici (2018) para refletir sobre a necessidade de *reencantar* o mundo, ou seja, descobrir lógicas diferentes da imposta pelo desenvolvimento capitalista e reconstruir novas formas de se relacionar com o mundo, com as pessoas e com o ambiente. Em uma perspectiva que confronta a colonialidade, a autora nos convida ao debate: se as únicas formas de viver e encarar o mundo estão baseadas no que o capitalismo produziu, como podemos esperar construir mudanças realmente revolucionárias? Essa discussão torna central a dimensão de reconstrução da ação coletiva e de gestão dos bens públicos feita por coletivos autônomos e cooperados e por movimentos feministas, conduzindo esse processo por meio da retomada das lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista.

Com o objetivo de aprofundar esses debates, o presente artigo está estruturado em quatro seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos brevemente como elementos da colonialidade marcaram os processos de desenvolvimento na América Latina e como as perspectivas decoloniais podem ser uma importante base para construção de estratégias de resistência. Em seguida, fazemos um resgate do debate sobre os feminismos, reforçando a importância e o lugar das mulheres no enfrentamento ao avanço do sistema de acumulação capitalista e da construção de novos caminhos. Na terceira parte, fazemos um breve percurso sobre a contribuição do debate dos comuns. Por fim, discutimos o entrelaçamento entre essas três perspectivas, refletindo a partir de experiências de lutas feministas e decoloniais que se articulam e evidenciam suas potencialidades enquanto ferramentas de luta e resistência na construção de um novo mundo possível e em defesa dos comuns.

2. As marcas da colonialidade e as experiências de resistência decolonial

Mesmo após o fim dos regimes das administrações coloniais no mundo, é possível observar que o colonialismo, agora através de sua transição para uma colonialidade global, para além de marcas históricas de diferenciação e desigualdade deixadas entre os países, continua a determinar percursos históricos, através de seus símbolos, práticas e perspectivas. A antropóloga afro-dominicana Ochy Curiel (2020) evidencia essa lógica ao apontar que não é difícil enxergar que, ao longo do tempo, não houve substanciais mudanças nas atribuições da divisão internacional do trabalho para países centrais e periféricos, assim como também não foram afetadas as relações hierarquizadas em termos étnicos, raciais e de gênero entre esses países.

O sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008, p. 127) corrobora esse argumento quando nos convida a observar a permanência do que chamou de s*ituações coloniais*, identificadas como momentos de "opressão/exploração cultural, política, sexual e

econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais". Partindo desse olhar, ficam evidentes os sinais da colonialidade na constituição dos elementos da modernidade. Tal modernidade, inclusive, expressa nos discursos de desenvolvimento e progresso dos países, se constituiu, muitas vezes, por processos que mantiveram a ausência de autonomia política e econômica nos países periféricos, invisibilizando e/ou subordinando uma diversidade de sujeitos, alienando-os e expropriando seus conhecimentos e vivências.

Uma das bases de funcionamento desse sistema-mundo[17] é, segundo o peruano Aníbal Quijano (2014), a colonialidade do poder, isto é, a manutenção da estruturação do poder por meio de relações baseadas na dominação, exploração e no conflito entre sujeitas/os sociais para controlar o "sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos". Para o autor, é a raça o elemento que orienta todas essas múltiplas hierarquias do sistema-mundo, constituindo-se enquanto elemento central do sistema "patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu". María Lugones (2020), socialista feminista argentina, aponta uma limitação dessa perspectiva, uma vez que acredita que a raça não sustenta sozinha essa diferenciação produzida, mas é acompanhada, na verdade, por categorias como gênero e heterossexualidade.

Grosfoguel (2008) e Curiel (2020) enxergam a extensão dos símbolos da colonialidade em outras dimensões. O primeiro afirma que essa relação de dominação passa pelas dimensões epistêmica, espiritual e linguística, enquanto a segunda aponta que a colonialidade também tem seus reflexos nos âmbitos do ser e do saber. Como colonialidade do ser, temos o processo de negação da humanidade de determinados grupos, a partir da compreensão de suas práticas de convivência e sociabilidade como atrasadas, descontextualizadas e, portanto, prejudiciais ao estabelecimento da modernidade. Já a colonialidade do saber institui um tipo de racionalidade técnico-científica e epistemológica que valoriza apenas um tipo de conhecimento, estabelecido como neutro, objetivo e universal. Segundo a autora (2020, p. 131), é a partir dessa lógica que se cria "uma grande narrativa universal na qual a Europa e os Estados Unidos são, simultaneamente, o centro geográfico e a culminação do movimento temporal do saber, onde se subvaloriza, ignora, exclui, silencia e invisibiliza conhecimentos de populações subalternizadas".

Segundo Grosfoguel (2008), foi precisamente o processo de conquista do mundo pelo avanço imperialista e colonial que ofereceu ao homem branco, europeu, heterossexual a capacidade de imaginar que era possível produzir um conhecimento único, que poderia ser imposto universalmente (e esse lugar do conquistador que domina, que se "assemelha a Deus", vai ser muito fértil para explicar as relações de dominação entre homens e mulheres; entre colonizadores e escravizados ao longo da história). O processo de manutenção dessas colonialidades segue produzindo, nesse sentido, uma historiografia *vencedora*, que invisibiliza propositadamente seu lugar e seu sujeito/a de formulação, de modo a atribuir-lhe uma ideia de universalidade, o que Grosfoguel (2008) identifica como *egopolítica do conhecimento*.

> Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2008, p. 119).

17 Consideramos aqui sistema-mundo tal qual Wallerstein o define, ou seja: "(...) um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros" (Wallerstein, 1974, p. 337).

É possível enxergar essa universalização de narrativas como marca da colonialidade nos discursos desenvolvimentistas, que sempre foram baseados em ideias dicotômicas de países "atrasados" e "avançados", "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", estabelecendo uma lógica linear dessas trajetórias, em que os países ditos periféricos deveriam buscar sempre o emparelhamento com os países centrais, que supostamente teriam produzido a forma *correta* e *única* de desenvolvimento. A instituição dessa estratégia ideológica tem justificado historicamente os processos de intervenção política e econômica dos países centrais em regiões como a América Latina e a África, seja por meio da dominação física dos espaços, com a estrutura das administrações coloniais, seja pela dominação político-simbólica, com a imposição de medidas que condicionam o desenvolvimento desses países à implementação de práticas e o atendimento de normas específicas (Grosfoguel, 2008).

Podemos tomar como exemplo do processo supracitado, a implementação da Revolução Verde a partir da década de 50 nos países considerados subdesenvolvidos. A proposta de desenvolvimento pela mecanização do campo e melhoramento das sementes para aumento da produtividade vinha carregada dos símbolos do progresso e da modernidade para o âmbito rural, que historicamente traz a insígnia daquilo que é atrasado. Entretanto, o que observamos ao longo do tempo é que esse processo promoveu uma profunda expropriação dos conhecimentos e práticas tradicionais das agricultoras e dos agricultores, alienando-os de seu processo de trabalho e tornando-as/os dependentes de um pacote de insumos, desde as sementes ao maquinário necessário para produção, gerando um processo de endividamento e retirada do campo. Por outro lado, para atender aos anseios da colonialidade, esse processo favoreceu a expansão da monocultura de exportação para o mercado internacional, ao abrir as portas para a consolidação do agronegócio e reforçar a estrutura latifundiária, deixando em situação de extrema vulnerabilidade os povos do campo.

Assim, é perceptível como o caminho de desenvolvimento trilhado pelos países periféricos, a despeito dos esforços de construção de reflexões autônomas sobre o tema, principalmente na América Latina, esteve sempre orientado por uma ideia de modernidade e progresso forjada nas bases da colonialidade, levando à importação de modelos e políticas muitas vezes inadequados para os padrões culturais, políticos, econômicos e sociais dos países. Esse processo gerou, uma vez mais, o apagamento de práticas, saberes e corpos que poderiam ter contribuído para a estruturação de caminhos e estratégias mais atentas às particularidades de cada região, uma vez que já vinham produzindo, vivendo e preservando seus territórios desde os primórdios.

O reconhecimento das dinâmicas constitutivas desses processos fez emergir as contribuições da teoria decolonial, cujo propósito é construir um pensamento crítico capaz de revelar as particularidades históricas e políticas escondidas nas historiografias oficiais, comprometidas com o apagamento da multiplicidade de narrativas, saberes e experiências formuladas ao longo do tempo nas nossas sociedades. Essa tarefa pressupõe o uso de paradigmas não dominantes, o que implica o uso de outras referências de pensamento para além dos apresentados pelo Ocidente, mas também demanda atenção para evitar a armadilha de produzir um novo conhecimento único e universal (Curiel, 2020).

Os conceitos de *geopolítica do conhecimento*, de Enrique Dussel (1994), e de *corpo-política do conhecimento*, formulado por Grosfoguel (2008) contribuem para reforçar a importância da localização das experiências no sentido da transformação das práticas de produção de conhecimento e da nossa própria forma de enxergar e compreender o sistema-mundo. A "resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade" (Grosfoguel, 2008, p. 138) nos permite ter acesso a outras narrativas dos fatos históricos, formulados a partir de olhares distintos daqueles tradicionalmente estabelecidos (e impostos) pelos

colonizadores[18]. O acúmulo de uma diversidade ampla dessas respostas decoloniais, baseadas nas culturas e lugares epistêmicos dos povos subalternos, poderia conduzir ao que Dussel (2001) chamou de *transmodernidade*.

> Os saberes subalternos são aqueles que se situam na intersecção do tradicional e do moderno. São formas de conhecimento híbridas e transculturais (...) daquilo a que chamei "cumplicidade subversiva" contra o sistema. Estas são formas de resistência que reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de conhecimento do ponto de vista da racionalidade não-eurocêntrica das subjetividades subalternas, pensadas a partir de uma epistemologia de fronteira. (…) A análise do sistema-mundo precisa de descolonizar a sua epistemologia, levando a sério o lado subalterno da diferença colonial: o lado da periferia, dos trabalhadores, das mulheres, dos indivíduos racializados/colonizados, dos homossexuais/lésbicas e dos movimentos anti-sistémicos que participam no processo de produção de conhecimento (Grosfoguel, 2008, p. 136).

Curiel (2020, p. 122), entretanto, faz uma ponderação e uma crítica desde o feminismo decolonial, mostrando os desafios que as feministas indígenas, afrodescendentes, populares, feministas lésbicas têm tido em romper com as "formas como o feminismo hegemônico, branco, branco-mestiço e com privilégios de classe entende a subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas".

O estímulo à relocalização das perspectivas é mais um indício da vinculação entre as contribuições decoloniais e as experiências de resistências nos territórios, que ocorre por meio da valorização dos saberes e práticas locais e tradicionais como forma de enfrentamento aos saberes considerados hegemônicos e universais. No âmbito da reflexão sobre os discursos de desenvolvimento, uma diversidade de estratégias nesse sentido têm despontado, reforçando também o maior protagonismo das mulheres na formulação dessas iniciativas. Entre essas propostas, podemos citar a ambiental integral, com ênfase na proposta do bem-viver; a indigenista, de recorte comunitário; a ecofeminista, que destaca a economia do cuidado e a despatriarcalização; e a ecoterritorial, vinculada aos movimentos sociais, que postulam as noções de justiça ambiental, bens comuns, territorialidade e soberania alimentar (Svampa, 2012).

No entanto, essas iniciativas estão ainda situadas no âmbito local e regional e a tarefa de identificá-las e fortalecê-las, além de ampliar o conhecimento acerca de suas formas de funcionamento, é de fundamental importância, considerando que, assim como a colonialidade é global e sistêmica, as respostas a esse padrão dominante de poder também precisam ser. Faz-se necessário, portanto, pensar caminhos e ações concretas, além de estratégias de tradução, que possibilitem o debate acerca de seus princípios gerais e formas de implementação tanto em nível local quanto global.

3. Feminismo como resistência desde os territórios corpo-terra

Sabemos que há uma ampla definição e compreensão sobre o que é feminismo. Aqui o localizamos e reconhecemos como teoria e posição política que tem como objetivo coletivo pensar e atuar para a emancipação de sujeitas autodefinidas como mulheres da dominação/

18 Como exemplo, o autor nos mostra como teria sido interpretado (e como teríamos aprendido de maneira diferente) se tivéssemos ouvido a perspectiva de uma mulher indígena das Américas sobre a expansão colonial europeia sobre seus territórios: "Aquilo que chegou às Américas nos finais do século XVI não foi apenas um sistema econômico de capital e trabalho destinado à produção de mercadorias para serem vendidas com lucro no mercado mundial. Essa foi uma parte fundamental, ainda que não a única, de um 'pacote' mais complexo e enredado. O que chegou às Américas foi uma enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta, que uma redutora perspectiva econômica do sistema-mundo não é capaz de explicar. Vendo a partir do lugar estrutural de uma mulher indígena das Américas, o que então surgiu foi um sistema-mundo mais complexo do que aquele que é retratado pelos paradigmas da economia política e pela análise do sistema-mundo. Às Américas chegou o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/ europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo" (Grosfoguel, 2008, p. 122).

exploração através da crítica e ação anti-sistêmica. Como principais características que marcam o feminismo: 1) a crítica da dominação capitalista e patriarcal (e racista); 2) o sistemático questionamento da cultura androcêntrica; 3) a reflexão que aponta a desconstrução das categorias duais, binárias; 4) a busca de horizontalidade e autonomia; 5) a valorização do diálogo na prática política; 6) a radicalidade na denúncia dos ordenamentos que pretendem disciplinar o campo de quem resiste à dominação (Korol, 2007, p. 17).

Tal definição nos possibilita uma série de debates sobre como o feminismo tem sido revisto, redefinido, reconstruído, ao mesmo tempo em que marca questões centrais para essa teoria e prática política. Um dos elementos diz respeito a tratá-lo no singular ou no plural: feminismo ou feminismos? Quanto a isso, as leituras que preferem usar o conceito no plural, o fazem por considerar que há diferentes lugares, identidades, cosmopercepções que os definem e que devem ser considerados – romper com uma análise universalista, orientada pela experiência das mulheres brancas, urbanas, acadêmicas, ocidentais do Norte Global é o que propõe os diferentes feminismos, como o feminismo negro, o feminismo lésbico, o feminismo decolonial, entre outros. No entanto, outras leituras, mesmo reconhecendo a diversidade como elemento positivo e importante, acreditam que o feminismo, no singular, pode ser o lugar de encontros dessas diferentes linhas teóricas políticas. Aqui optamos por priorizar o singular, por pensarmos no feminismo como essa teoria, movimento e prática que agrega as diversidades de identidades e formas de atuação, na perspectiva de ruptura com o feminismo *mainstream*.

Com relação ao aspecto que localiza o feminismo como uma reflexão e ação de enfrentamento à lógica patriarcal e capitalista (racista e colonialista, como frisamos), vale dizer que essa definição já diz respeito a um lugar de análise, visto que alguns feminismos têm foco apenas no enfrentamento ao machismo (nem mesmo acreditam no patriarcado como estrutura), deixando, portanto, de relacioná-lo à necessidade estruturante de combater também as opressões de raça e classe. Consideramos aqui como central os debates em torno da imbricação entre as opressões de classe, raça e gênero, proposta por Heleieth Saffioti (2004), em uma concepção materialista, que tem no patriarcado um conceito chave para a compressão estrutural das violências contra as mulheres, adaptados a diferentes expressões, em variadas culturas.

Essa análise considera que o patriarcado se expressa em uma (ou diversas) cultura androcêntrica, que tem como base a divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza papéis e lugares de homens e mulheres, como afirma Daniele Kergoat (2003), colocando o masculino como lugar do privilégio, do público, do poder e do saber, e que se expressam também nas relações desiguais de gênero (Scott, 1995).

Outra característica central do feminismo tem sido o questionamento à forma de relação da teoria e prática política construída em um formato verticalizado, autoritário, tendo os homens como únicos agentes políticos, seguindo a "lógica" da divisão sexual do trabalho que estabelece o público como lugar essencialmente masculino. Nesse sentido, as feministas de diferentes correntes têm trazido a importância da construção de uma nova forma de fazer política, mais horizontal, participativa e dialógica, que considere as vozes de todas e mostre o quanto as mulheres têm a contribuir com a politização de temas antes considerados privados: "o privado é público", afirmam os lemas feministas. Tais eixos de reflexão mostram o caráter emancipatório do feminismo, tanto por questionarem elementos estruturantes da política e da teoria social tradicionais quanto por demarcarem a posição das mulheres de que não se calarão e seguirão denunciando todas as formas de opressão, violência ou desigualdade de gênero, raça ou classe.

O feminismo também tem se fortalecido no diálogo com outras teorias sociais e políticas que vem colocando em questão, por exemplo, a necessidade de se pensar a colonização e a colonialidade como elementos centrais da opressão no mundo (Quijano, 1991). Nesse diálogo, constitui-se o feminismo decolonial que também questiona o lugar da

sujeita que fala a partir do feminismo *mainstream*, liberal: essa perspectiva enfatiza que o que tem orientado as reflexões e lutas desse feminismo liberal são as experiências das mulheres ocidentais, do Norte Global, referenciando-se em uma ciência ocidentocêntrica, "bio-lógica", com foco na análise pautada na visão, como afirma Oyèronké (2021), se tornando, assim, mais uma expressão da colonização.

Tais reflexões nos mostram ainda como o feminismo contribuiu para localizar as opressões que se realizam nos corpos e nos territórios, apropriados, explorados e violados pela lógica capitalista, patriarcal, racista, como nos lembra Silvia Federici (2018). Desde a década de 70, quando as mulheres gritavam em suas manifestações, "meu corpo me pertence", "meu corpo, minhas regras", elas já traziam para o âmbito político o quanto são os corpos que têm carregado o peso da exploração do trabalho (marcado pela questão de classe); que têm sentido a dor da violência física, psicológica, moral, até os feminicídios; que tem sofrido a opressão pelo fato de ser identificado como feminino (inferior e objeto de mercantilização e controle pelos homens, pelo mercado, pelo Estado) ou negro, subalternizado, historicamente tratado como colonizado, como feito para o trabalho braçal e para servir aos/às brancos/as.

Para Silvia Federici (2018), o capitalismo, ao longo de seu desenvolvimento, tem regimentado, ordenado e controlado os corpos, ampliando e reconstruindo as diferentes formas de domínio do biopoder, como nos lembra Foucault (2012, 2015) e Achille Mbembe (2016), afastando-os da força e da potência das experiências e vivências individuais e coletivas. O capitalismo não só se apropriou dos conhecimentos e das capacidades nas tarefas da produção, em que se promoveu a mecanização do mundo (que teve como base a mecanização dos corpos), mas também produziu a mercantilização dos corpos e das vidas, a serviço do lucro. Frente a isso, Federici afirma que as resistências devem passar pelo nosso corpo, na reapropriação dos mesmos não apenas como força e agência, mas como lugar do sentir, da possibilidade do reencantamento do mundo, no qual o germe da nova modernidade são os comuns.

Ao mesmo tempo, as feministas comunitárias nos convidam a pensar o corpo como território primeiro de opressões, explorações e controle, ao mesmo tempo em que consideram que há uma imbricação, uma indissociabilidade entre corpo-território ou território corpo-terra (Cabnal, 2021), em um processo de (re) conexão com a natureza, depois da insistente ação do capitalismo e da ciência ocidental de separar natureza e cultura. Nesse sentido, o feminismo comunitário centra sua reflexão na conexão entre as mulheres, seus corpos, seus territórios e a terra, tendo a comunidade como lugar de identidade, de vida e de resistência. Essa concepção converge também com a do feminismo indígena, que busca construir-se a partir de um processo de luta das mulheres, desde a cosmopercepção de sua relação de respeito e cuidado com *la madre tierra* para a construção do *buen vivir*[19]. Autoras como Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014), Lorena Cabnal (2010) e Maria Galindo (2013) têm sido fundamentais no processo de construção de concepções teóricas e práticas dessa nova perspectiva do feminismo (Gargallo, 2014).

Enquanto algumas teóricas do feminismo comunitário negam a existência de um patriarcado nas comunidades originárias, Lorena Cabnal (2010) afirma que há um patriarcado originário ancestral que se aprofunda, ganhando expressões e manifestações próprias, a partir do contato com a sociedade ocidental, colonial, capitalista, neoliberal e sua lógica patriarcal. Em um movimento de resistência a todo esse processo de dominação, exploração e destruição não apenas patriarcal, mas racista e colonial, ela chama a um processo de assumir o corpo como território próprio e "irrepetível" que fortaleça o sentido de afirmação de sua existência, de ser e estar no mundo.

19 Uma das mais importantes formulações no sentido da construção de uma outra forma de viver em sociedade, desenvolvida, principalmente pela população indígena, que consiste em um "complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada" (Quijano, 2014, p.847).

Esse movimento, todavia, deve se dar ao mesmo tempo em que ocorre a luta em defesa do território-terra, como garantia do espaço concreto territorial, onde se manifesta a vida. Nessa batalha, Cabnal acredita que o corpo precisa ser pensado também como território, como o primeiro deles, mas desde um lugar de coletividade das lutas e resistências e não de individualidade.

> No defiendo mi territorio tierra solo porque necesito de los bienes naturales para vivir y dejar vida digna a otras generaciones. En el planteamiento de recuperación y defensa histórica de mi territorio cuerpo tierra, asumo la recuperación de mi cuerpo expropiado, para generarle vida, alegría vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones y esta potencia la junto con la defensa de mi territorio tierra, porque no concibo este cuerpo de mujer, sin un espacio en la tierra que dignifique mi existencia, y promueva mi vida en plenitud. Las violencias históricas y opresivas existen tanto para mi primer territorio cuerpo, como también para mi territorio histórico, la tierra. En ese sentido todas las formas de violencia contra las mujeres, atentan contra esa existencia que debería ser plena (Cabnal, 2010, p. 23).

Assim, o feminismo em toda sua complexidade de questões, visões e identidades, parte do enfrentamento ao patriarcado e suas expressões machistas e violentas, para repensar o lugar das mulheres (socialmente construídas) na formulação de novos saberes, poderes e fazeres, que possam partir do território-corpo para o território-terra, para preservar e reproduzir as vidas das pessoas, das comunidades e do planeta.

4. A contribuição do debate dos comuns

Nesse percurso de reflexões, questionamentos e enfrentamentos, diversos movimentos sociais têm encontrado na defesa dos comuns um lugar de construção de uma nova lógica social e política, que negue toda a estrutura capitalista, patriarcal, racista, colonialista e exploradora dos bens comuns. Para Silvia Federici (2021), o conceito de "comuns"

> refere-se aos bens materiais e às condições sociais necessárias à preservação e à reprodução da vida humana (entre os quais se incluem, por exemplo, a água, a terra, os saberes, a seguridade social e, para alguns teóricos, a internet). A constituição dos comuns implica o desenvolvimento de relações comunais de compartilhamento desses recursos e representa uma contraposição à lógica da propriedade privada do capitalismo (Federici, 2021, p. 90).

No histórico de desenvolvimento do conceito, temos seu surgimento a partir dos anos 90, quando alcança um intenso nível de discussão e materialização em lutas locais e globais. Ao contrário de Federici, Dardot e Laval (2017), dois teóricos que também deram grande contribuição para esse debate conceitual, utilizam o termo no singular, *comum*, seguindo o que Hardt e Negri produziram. Ao dizer que estes autores transformaram a ideia de *commons* conhecida previamente enquanto experiências locais concretas na noção de comum como uma concepção mais abstrata e ambiciosa politicamente, aqueles tendem a enxergar um processo de tradução que permite a universalização do conceito como prática global. Segundo essa perspectiva, o comum seria um "regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista" (ibidem, p. 16).

Segundo Bezerra e Alves (2021), o acesso aos babaçuais é uma necessidade fundamental para manutenção das atividades dessas mulheres, contudo, as terras que antes eram livres, apresentam cada vez mais obstáculos em sua entrada. Para além das cercas das fazendas instaladas pelos proprietários,

> (...) com a valorização do carvão de babaçu, nota-se uma mudança de postura do proprietário da área em relação à presença dessa palmeira: mantém-se o babaçual em pé para a retirada do coco inteiro e a venda para a siderúrgica, a queijeira, a indústria de cerâmica e outros em forma de carvão. É assim que a quebradeira fica sem acesso à matéria-prima (Bezerra, Alves, 2021, p. 97).

Ou seja, enquanto as palmeiras eram vistas como sem valor pelos proprietários, estes permitiam o acesso das mulheres para coleta do material necessário. A partir do momento que compreendem o valor comercial daquele produto, optam por cercear completamente o acesso a essas regiões, de modo que somente os "proprietários" formais, legalizados possam fazer uso dessa matéria-prima em sua totalidade, excluindo completamente a possibilidade do acesso e compartilhamento desse bem natural tão fundamental para a vida das quebradeiras de coco.

Assim, Dardot e Laval (2017), aproximando-se de Federici (2018), acreditam que o enfrentamento a essas dinâmicas precisa estar baseado em um anticapitalismo radical. É necessário ir além das bases do que o capitalismo nos permite refletir para conseguir efetivamente mobilizar novas práticas e perspectivas, capazes de transformar estruturalmente as lógicas dominantes até o momento. Segundo os autores (p. 18), "os combates pela 'democracia real', o 'movimento das praças', as novas 'primaveras' dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular da distribuição de água" são expressões evidentes do ideário político do *comum*.

Essas definições nos mostram a potência que tal conceito traz para as lutas sociais internacionais, na medida em que pautam a necessidade de ampliar as análises acerca da valorização e priorização da lógica da reprodução da vida humana como critério orientador das políticas; que buscam retomar as relações de reciprocidade, cooperação e a lógica comunitária da coletividade; e que defendem os bens naturais e sociais como fundamentais para a manutenção da vida em toda sua amplitude.

Nesse sentido, políticas comuns se expressariam em práticas e perspectivas para a ampliação das formas e possibilidades de cooperação social, rumo à destruição do controle do mercado e do Estado sobre as vidas, especialmente das mulheres, das populações negras e colonizadas do sul global, no sentido de promover o compartilhamento de riquezas para o uso à medida das necessidades, e não com base na lógica do lucro, da mercantilização e da acumulação capitalista (Federici, 2021). Como pode-se perceber, a luta em defesa dos comuns tem um diálogo profundo com o acúmulo das reflexões e lutas feministas, especialmente aquelas travadas pelos feminismos decoloniais, comunitários e negros.

Para os fins de construção deste trabalho, que tem os feminismos e a decolonialidade como categorias principais, compreendidas enquanto ferramentas de relocalização dos sujeitos, de formulação de propostas de desenvolvimento autônomo, que se preocupem com os bens da natureza, e que rompam com a perspectiva patriarcal, racista, colonial, o conceito dos comuns se apresenta como possível resposta no caminho prático da transformação social, política, econômica, cultural, ambiental.

5. Experiência de lutas feministas e decoloniais em defesa dos comuns

Sabemos que o feminismo e as lutas decoloniais das mulheres se constroem tanto no âmbito teórico, nas reflexões, questionamentos e proposições teóricos-epistemológicas, quanto nas lutas sociais, nas ações concretas, cotidianas, que se retroalimentam. Por esse motivo, consideramos fundamental, após esse resgate conceitual e reflexivo, trazer exemplos de como os movimentos e mobilizações em defesa dos territórios corpo-terra, na resistência contra o sistema capitalista, colonialista, patriarcal, racista, tem se dado na América Latina.

Apresentaremos aqui três exemplos de resistência da luta feminista das mulheres no Brasil contra o agronegócio, os megaprojetos e a mineração que estão destruindo seus corpos-territórios.

Dois interessantes exemplos de luta e resistência feminista em defesa dos comuns são o *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB) e a organização das mulheres indígenas, que atualmente tem se organizado em torno da *Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade*. O MIQCB foi criado em 1990 pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí como um espaço de luta em defesa do acesso livre às florestas dos babaçuais, pelo direito à terra e ao território para garantir autonomia, condições e qualidade de vida e trabalho, fortalecendo suas identidades como povos tradicionais. Nessa luta, as mulheres mostram uma relação profunda com o território, a terra e o ambiente (e as próprias palmeiras de babaçu) para a garantia da sua existência, alimentação e renda.

Esse movimento autônomo de mulheres passou a se identificar como feminista, na medida em que foi compreendendo que a invisibilização e desvalorização do trabalho realizado por elas era marcado pelo patriarcado. Uma de suas principais bandeiras de luta tem sido pelo Babaçu Livre e por leis e políticas públicas que possibilitem acesso às palmeiras para quem vive e trabalha com elas, considerando que a vida deve estar além da propriedade privada. Nessa caminhada, a questão da conservação da sociobiodiversidade é central para elas, que buscam fortalecer modelos de agricultura e extrativismo de base agroecológica e econômico-solidária.

Já a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) é um espaço de mobilização, organização e luta das indígenas do Brasil, que realizou, em setembro de 2012, a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, com o tema: Mulheres originárias – reflorestando mentes para a cura da Terra. Elas reuniram em Brasília mais de 4000 mil mulheres, de 150 povos de todos os biomas do país. Em seu manifesto dizem:

> Nós, mulheres indígenas, lutamos pela demarcação das terras indígenas, contra a liberação da mineração e do arrendamento dos nossos territórios, contra a tentativa de flexibilizar o licenciamento ambiental, contra o financiamento do armamento no campo. Enfrentamos o desmonte das políticas indigenista e ambiental[20].

Esse processo de organização específica das mulheres indígenas em espaços como a ANMIGA é recente e tem enfrentado uma série de tabus ao pautar temas como o enfrentamento à violência contra as mulheres, o feminicídio, a exploração sexual e a urgência de maior participação política, questões historicamente debatidas pelo feminismo.

A percepção do machismo patriarcal é uma dessas aproximações, como podemos ver no comentário da socióloga indígena Avelin Buniacá Kambiwá (*In*:Medina, 2022, p. 1): "a Origem da violência machista patriarcal contra mulheres indígenas é a mesma raiz da violência que afeta nossa Mãe Terra". Mesmo com tal aproximação de pautas comuns, muitas lideranças não se identificam como feministas, por relacionar essa luta com algo próprio das mulheres brancas do Norte Global. Outras conseguem ver o diálogo entre os movimentos, mas afirmam a necessidade de dar visibilidade às necessidades específicas das mulheres indígenas. Há ainda as que se identificam com o feminismo comunitário, que chamam a atenção para a importância em falar em vários feminismos ou que mostram seu olhar sobre o feminismo, como comenta *Joênia Wapichana*, *primeira indígena eleita para o Congresso Nacional*, *em 2018*.

20 Manifesto completo pode ser lido no site da articulação disponível em https://anmiga.org/manifesto/. Acesso em 05 out 2021.

> Essa palavra (feminismo) é um conceito que os brancos falam. Vamos contextualizar: o que é o feminismo? É a atuação da mulher? São espaços que a mulher assume? São responsabilidades? Se for nesse sentido, acho que sim (sou feminista), porque já venho atuando, sendo responsável por uma série de defesas e assumindo responsabilidades. Se isso for feminismo, que dizem que é a atuação da mulher, então sim (WAPICHAWA, 2019, p. 1)

As lutas das mulheres indígenas e das quebradeiras de coco nos mostram como tem se dado a articulação das pautas de enfrentamento ao patriarcado, em suas diferentes expressões, e as defesas de terras e territórios tradicionais, originários, que ao longo de séculos vem alimentando e mantendo viva as tradições, culturas e povos. Todas elas veem a terra, a água, a natureza, os saberes ancestrais como comuns, que precisam ser preservados para uso de quem de fato necessita e vive deles. Essas mulheres, suas comunidades e povos são quem, com suas experiências históricas, têm convivido e preservado esses bens, aprendendo como tirar dele apenas o necessário, rejeitando o lucro e a propriedade privada como base de suas relações.

Consideramos importante mencionar também as experiências das *mulheres atingidas*. Embora a categoria não represente ainda uma articulação unificada em torno de um movimento, como nos exemplos anteriores, tem buscado reconhecer e identificar os processos de violação dos direitos vivenciados pelas indígenas, quilombolas, campesinas, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu, pescadoras, decorrentes da instalação de um empreendimento em seus territórios, construindo, a partir disso, identidades e estratégias coletivas de resistência (Furtado, Andriolli, 2021). Essa é uma noção cunhada ao longo das últimas duas décadas, a partir da identificação de uma lacuna no debate realizado pelos movimentos sociais e por outros espaços de produção de conhecimento com relação ao reconhecimento dos impactos, especificamente na vida das mulheres, do avanço do desenvolvimento capitalista, expresso na forma de projetos de expansão territorial e intensa degradação ambiental (Emmerick, 2017)[21].

As mulheres ganham centralidade nesse contexto, por terem suas vivências afetadas por esses megaprojetos em dimensões físicas, econômicas e políticas, uma vez que precisam lidar com a intensificação de seus papeis nas tarefas de produção e reprodução da vida, com a perda de suas atividades laborais, com o aumento do risco de violência sexual e com a necessidade de adaptação às novas configurações territoriais que, muitas vezes, representam alterações em suas formas tradicionais de cultura e sociabilidade.

Essa é uma perspectiva de luta que traz consigo de maneira bastante determinante a noção do território-corpo-terra, que abordamos ao longo deste trabalho. Os relatos das mulheres que têm suas vidas atravessadas por esses processos mostram que elas sentem "o coração explodir quando explode uma mina, a pele rachar quando ondas de resíduos são jogados no ar, apertar o peito ao ver os terrenos de brincar e viver sendo invadidos por dragões de aço" (Queiroz, Praça, 2021, p. 13). A violação dos seus territórios é, portanto, diretamente a violação de seus corpos e de suas formas de viver.

Apesar da luta das mulheres atingidas geralmente ter como ponto de partida o enfrentamento aos megaprojetos e a luta em defesa dos territórios, elas passam, ao longo do seu processo de organização, a debater sobre as relações desiguais de gênero e sobre o impacto

21 Importante denotar que o conceito de *mulheres atingidas* está em construção e disputa, mas tem buscado evidenciar sua postura contrária a duas perspectivas centrais. A primeira delas é a visão essencialista, que hierarquiza os papéis sociais de homens e mulheres, associando estas à natureza por uma vinculação de caráter biológico, em que supostamente as mulheres são mais "sensíveis, cuidadosas e mais preocupadas com o ambiente que os homens", sendo esta, portanto, a razão pela qual tomam a frente dos processos de resistência em seus territórios. A segunda perspectiva é a da cooptação da luta dessas mulheres pelas grandes empresas capitalistas, que acabam por incorporar, em seus discursos e políticas de responsabilidade social e ambiental, a questão de "gênero" a partir de uma visão "universalizante, eurocêntrica e individualista" das mulheres em suas comunidades, de modo a atenuar a capacidade de avanço dessas mulheres no sentido de transformações estruturais nos rumos dos projetos considerados de desenvolvimento em seus territórios (Furtado, Andriolli, 2020).

diferenciado sobre suas vidas, assim como sentem a necessidade de auto-organização dentro dos movimentos mistos como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Em 2011, aconteceu em Brasília o I Encontro de Mulheres Atingidas por Barragens, mesmo ano em que começaram a participar de uma formação sobre feminismo com a Marcha Mundial das Mulheres (Maso, 2020). Como integrantes da Via Campesina, elas passaram a debater sobre o feminismo camponês e popular: hoje elas afirmam que constroem esse feminismo, como comenta Tatiane Paulino Bezerra, que integra a Coordenação Estadual do MAB/Ceará:

> As mulheres organizadas no MAB começam a ocupar espaços de coordenações em nível local, regional e nacional e, em seguida, passam a discutir e construir seus espaços auto-organizados. É daí que surge a consigna 'Mulheres, água e energia não são mercadorias'. E inicia toda uma formulação do nosso papel no MAB, na construção do feminismo popular e na transformação das estruturas opressivas e exploradoras da sociedade capitalista (Bezerra et al., 2021, p. 1)

No Brasil, há exemplos emblemáticos dessas dinâmicas, como o caso da antiga siderúrgica TKCSA (atual Ternium Brasil) no Rio de Janeiro, que impactou principalmente mulheres negras periféricas de um bairro empobrecido do estado, e da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que atingiu mais intensamente as mulheres indígenas. Entretanto, esses casos se reproduzem também por outros estados, como Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco, através da instalação de mineradoras, termelétricas e grandes complexos industriais e, ainda mais amplamente, por toda a América Latina, em países como Guatemala, Honduras, Haiti, Equador[22], acompanhando a lógica da colonialidade global do poder,

De maneira geral, o que se percebe nesses casos são processos de: i) esfacelamento democrático, uma vez que esses grupos sequer são consultados sobre a implementação desses projetos e há uma profunda violação de seus direitos; ii) agravamentos dos danos ambientais, pela contaminação e assoreamento dos rios, poluição dos ares e das águas, emissões de gases; e iii) adensamento da estrutura patriarcal e racista do processo de desenvolvimento capitalista, que impacta mais profundamente as mulheres, uma vez que se aprofunda a divisão sexual do trabalho, a violência masculina e a manutenção dos processos de subordinação das mulheres a papéis sociais marginalizados e invisibilizados.

> A violência não é algo acidental, mas aparece como força econômica para garantir a geração de valor a partir da apropriação dos corpos, do trabalho, dos territórios e das mulheres – força econômica que destrói também a natureza e a subsistência dos povos. (...) Há, portanto, uma conexão direta entre a expansão das relações capitalistas e a escalada de violência contra mulheres, seja para garantir sua sujeição, seja para punir sua resistência à apropriação de seus corpos e trabalho (Melo, 2021, p. 23).

A despeito de todas as intervenções, as mulheres têm protagonizado uma profunda e cotidiana organização e mobilização na direção da luta por sobrevivência e pela garantia de seus direitos nos territórios. Por meio da construção de espaços de resgate da memória, do desenvolvimento e adaptação de suas próprias tecnologias, das descobertas de novas formas de produção e convivência, elas enfrentam, teimosamente, essa realidade, abrindo fissuras na lógica de dominação e evidenciando sua habilidade ancestral na *arte de resolver a vida* (Ribeiro, 2005), ou seja, na produção de formas necessárias à superação das lacunas deixadas pela ausência de direitos e políticas nos lugares onde se encontram.

Essas mulheres enfrentam cotidianamente, portanto, as lógicas patriarcal, racista e capitalista do desenvolvimento e também da produção de conhecimentos e estratégias no sentido da construção de uma outra forma de viver em sociedade, questionando "por um

22 Para mais informações sobre esses casos, ver contribuições publicadas no livro "Mulheres Atingidas: territórios atravessados por megaprojetos" (Queiroz et al., 2021).

lado, a representação clássica homogênea da "mulher" como sendo branca, ocidental, de classe média e heterossexual e, por outro, promove[ndo] as coletividades e a superação dos individualismos" (Furtado, Andriolli, 2021, p. 86).

Nesse debate, é possível mobilizar os conceitos discutidos de corpo-política (Grosfoguel, 2008) e território-corpo-terra (Cabnal, 2021), uma vez que ambos buscam identificar e reforçar o local epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero nos quais estão situadas as perspectivas, dores e vivências, a fim de demarcar as diferentes formas que determinadas realidades históricas são experienciadas. É também nesse sentido que, ao observar os processos de articulação e resistência das mulheres em defesa de seus territórios e da reivindicação de seus lugares como sujeitas de suas histórias, rejeitando a colonialidade do poder, do ser e do saber, que apontamos as potencialidades dos feminismos e da decolonialidade enquanto valiosas ferramentas na ruptura com o sistema-mundo colonial, capitalista, racista e patriarcal.

6. Considerações finais

Nesse percurso, nos propusemos a analisar como o processo de desenvolvimento do sistema-mundo capitalista, patriarcal, racista, colonial tem deixado marcas de esfacelamento e desestruturação de povos, culturas, histórias, bens naturais e territórios. Entretanto, consideramos fundamental também como parte dessa análise reconhecer os atos e práticas políticas de resistência e luta em defesa das vidas, dos corpos e dos territórios-terras desempenhados pelos sujeitos subalternizados que sofrem as consequências do avanço desse sistema.

No debate sobre o processo de construção da decolonialidade como ferramenta para desvendar as condições de produção das relações de dominação dos seres, dos saberes e dos fazeres, compreendemos a importância de reconhecer e valorizar as produções e práticas daqueles que pensam a partir de corpos e lugares étnicos-raciais-sexuais subalternizados. Nessa luta, as mulheres têm sido sujeitas que, através do feminismo em suas diferentes faces, estão à frente do processo de reinvenção do mundo, tanto do ponto de vista teórico-conceitual, com a reformulação de perspectivas políticas e a realocação para o centro do debate de temas antes considerados de menor importância, como a reprodução e a lógica dos cuidados da vida; quanto do ponto de vista prático-metodológico, colocando seus corpos na linha de frente da batalha contra os agentes do capitalismo, não apenas como territórios impactados, mas como territórios-corpos que se protegem, se fortalecem, que lutam pelos comuns.

A perspectiva de luta pelos comuns, por sua vez, desafia noções basilares desse sistema mundo capitalista, tais como a propriedade privada, a competição, o individualismo e o lucro acima da vida. Isso justifica a permanente ofensiva do capital contra os territórios de comunidades indígenas, quilombolas, campesinas: é preciso minar a potencialidade desses espaços pela apropriação de seus bens naturais, pela expropriação de seus saberes, pelo desarranjo do tecido social que conforma sua sociabilidade e sua cultura.

Nesse embate, as estratégias de expansão do capitalismo têm encontrado nos territórios sinais de profunda resistência. A despeito das tensões e conflitos permanentemente causados por esses atores dominantes, os diversos povos e comunidades afetados vêm denunciando os abusos de poder e as destruições causadas. Por sofrerem mais centralmente os impactos dessas agressões em suas vidas cotidianas, as mulheres, mais uma vez, assumem o protagonismo dessas lutas, na defesa dos babaçuais, na busca por reflorestar mentes e preservar a Terra, no enfrentamento às grandes obras e megaprojetos, como a mineração ou as barragens, e anunciam novos mundos possíveis, em que a retomada do comum pode ser a semente para fazer germinar novas práticas, narrativas e racionalidades, distintas das construídas como hegemônicas até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Rosemayre Lima; ALVES, Alice Margarida Negreiros. Mulheres amazônidas, difíceis territorialidades em tempos de crise pandêmica: um exercício de cartografia. *In*: OLIVEIRA, Tatiana. **Mulheres amazônidas:** ecofeminismo, mineração e economias populares. Brasília: INESC, 2021 Disponível em: https://www.inesc.org.br/livro-mulheres-amazonidas-ecofeminismo-mineracao-e-economias-populares/. Acesso em 05 out 21.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos:** el feminismo comunitário. Las Segóvias: ACSUR, 2010.

CABNAL, Lorena. **Apresentação na disciplina Tópicos Especiais em Feminismos.** CPDA/UFRRJ, ago. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira** – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje:** Perspectivas decoloniais, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum.** São Paulo: Boitempo, 2017.

EMMERICK, Joana. Apresentação - Quais os lugares que as mulheres assumem nesses conflitos? *In*: EMMERICK, J., PRAÇA, M. (Org.). **Mulheres e Conflitos Ambientais:** Nem nossos corpos, nem nossos territórios - invisibilidade à resistência. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2017, p. 6-9.

FEDERICI, Silvia. Reencantar el mundo: la tecnologia, el cuerpo y la construcción de los comunes. **Casa de las Américas**, Cuba, n. 291, p.88-98, abril-junio/2018.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FURTADO, Fabrina Pontes; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 66-93, fev. 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2010.

GALINDO, María. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar:** Teoría y propuesta de la despatriarcalización. Bolivia: Mujeres Creando, 2013.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala:** Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014. Disponível em: https://francescagargallo.files.wordpress.com/2014/01/francesca-gargallo-feminismos-desde-abya-yala-ene20141.pdf. Acesso em: 03 out 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: **Por um Feminismo afro-latino-americano**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.) São Paulo - SP: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: **Por um Feminismo afro-latino-americano**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.) São Paulo - SP: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p.115-147, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: EMILIO, M.; TEIXEIRA, Marilene; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam. (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63.

KOROL, Claudia (Orgª.). **Hacia una pedagogia feminista**. Géneros y educación popular. Colección cuadernos de Educación Popular. Buenos Aires: Editorial El Colectivo/América Libre, 2007.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, 75-101, jul./dez., 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n.3, set./dez./2014.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MASO, Tchenna Fernandes; MASO, Tchella Fernandes. Onde estão nossos direitos? O campo feminista de gênero bordado pelas mulheres atingidas por barragens. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 489-518, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. Arte & Ensaios. Rio de Janeiro: revista do Ppgav/eba/ufrj, n. 32,dez. 2016.

MEDINA, Martina. **Mulheres, mães e defensoras da Terra: indígenas e quilombolas falam sobre resistência e luta por futuro melhor**. [*S.l.*]: Um Só Planeta, 8 de maio de 2022. Disponível em: cedefes.org.br/mulheres-maes-e-defensoras-da-terra-indigenas-e-quilombolas-falam-sobre-resistencia-e-luta-por-futuro-melhor/. Acesso em 23 de maio de 2024.

MELO, Cecilia Vieira de. Ternium e CSN, de Santa Cruz à Volta Redonda: impactos da siderurgia privatizada sobre as vidas das mulheres. *In*: QUEIROZ, Ana Luisa *et al.* (Org.) **Mulheres Atingidas:** territórios atravessados por megaprojetos, 2021, p. 22-81.

MIÑOSO, Yudersky Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje:** Perspectivas decoloniais, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

OYEWUMI, OYERONKÉ. **A invenção das mulheres**. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro - RJ: Bazar do Tempo, 2021.

PAREDES, Julieta. GUZMÁN, Adriana A. **El tejido de la rebeldia:** Qué es el feminismo comunitário? La Paz: Ed. Comunidad Mujeres Creando Comunidad. Moreno Artes Gráficas, 2014.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

QUEIROZ, Ana Luisa. PRAÇA, Marina. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. *In*: QUEIROZ, Ana Luisa *et al.* (Org.) **Mulheres Atingidas:** territórios atravessados por megaprojetos, 2021, p. 9-21.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Lima: Ed. Indígena, 1991.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de "resolver" a vida. *In*: LIANZA, Sidney. ADDOR, Felipe (Org.). **Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005, p. 113-125.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes:** mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos** *CES* (Online), Coimbra, v. 18, p. 1-5, 2012.

SVAMPA, Maristella. Pensar el desarrollo desde América Latina. *In*: **Renunciar al bien común:** extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina. - Buenos Aires: Mardulce, 2012, p. 17-58.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Brasil Blackwel, 1990.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WAPICHANA, Joênia *et. al.* **Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam**. São Paulo: Geledés, Publicado em 2 de maio de 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/existe-feminismo-indigena-seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam/. Acesso em 23 de maio de 2024.

IMAGEM DA CAPA

Foto de **Projeto Café Gato-Mourisco na Unsplash**, 2022. Disponível em: Foto de PROJETO CAFÉ GATO-MOURISCO na Unsplash . Acesso em 14 de outubro de 2024.

Foto de **Hector Brasil na Unsplash**, 2023. Disponível em: Foto de Hector Brasil na Unsplash . Acesso em 14 de outubro de 2024.